



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º SEI-002158/2025

ITEM	ÍNDICE CONTEÚDO	PÁGINA
01	PREÂMBULO	02
02	OBJETO	02
03	PRAZO	02
04	PREÇO ESTIMADO	03
05	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03
06	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	04
07	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	04
08	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	06
09	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	06
10	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	07
11	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	08
12	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	09
13	FORMULAÇÃO DE LANCES	09
14	GARANTIA DA PROPOSTA	10
15	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
16	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
17	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	14
18	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	15
19	RECURSOS	19
20	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	20
21	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZOS	20
22	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	22
23	NOTA DE EMPENHO	22
24	SUBCONTRATAÇÃO	23
25	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	23
26	REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS	24
27	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	25
28	ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO	27
29	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	27
30	GARANTIA CONTRATUAL	29
31	ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	29
32	MANUTENÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	30
33	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	30
34	IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	30
35	DISPOSIÇÕES FINAIS	31
36	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	32
37	FORO	32
ANEXOS		
I	TERMO DE REFERÊNCIA	33
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	113
III	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	118
IV	TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	132
V	MINUTA CONTRATUAL	133
VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA-FACULTATIVA	152
VII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA	153

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Macaé, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, para **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **GLOBAL**, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 4.960/2022, Decretos Municipais nº 026/2023 e 032/2026 e suas alterações posteriores.

1.2. Data da sessão: **01/07/2026**.

1.3. Horário: **09:00** horas (Horário de Brasília)

1.4. Local: Portal do Município de Macaé:
<https://transparencia.macaee.rj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa>, Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br/app/editais?q=985847>.

1.5. UASG: **985847**

2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação trata-se do Registro de Preços para **contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé**, conforme condições, quantidades e especificações contidas no **Termo de Referência - ANEXO I** deste edital.

2.2. O Município de Macaé não se obriga a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, nas quantidades indicadas no **Termo de Referência – ANEXO I** deste edital, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.

2.3. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano, a contar a partir da publicação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, passível de prorrogação, por igual período, mediante justificativa do órgão ou ente gerenciador, nos termos do artigo 59-A do Decreto Municipal nº 255/2025.

3.2. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

3.3. O início da execução dos serviços deve ocorrer em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas. Tendo a empresa um período máximo de 15 (quinze) dias corridos para instalação dos equipamentos e 30 (dias) para a implantação completa do Sistema de segurança eletrônico (SSE).

3.4. Os serviços serão executados nos endereços presentes no Adendo B do termo de referência.

4. PREÇO ESTIMADO

4.1. O preço total estimado da presente licitação é **R\$ 17.160.000,00 (dezesete milhões, cento e sessenta mil reais)**, conforme **Modelo de Proposta de Preços – ANEXO II** deste Edital.

4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Macaé a utilizá-lo integralmente.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

5.1.1. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

5.1.1.1. Programa de Trabalho: 12.122.0037.2.202.000 - Manutenção dos Serviços Administrativos

5.1.1.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

5.1.1.3. Número Reduzido: 448

5.1.1.4. Fonte de Recurso: 573

5.1.2. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

5.1.2.1. Programa de Trabalho: 12.361.0079.2.173.000 - Manutenção do Ensino Fundamental

5.1.2.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

5.1.2.3. Número Reduzido: 609

5.1.2.4. Fonte de Recurso: 500

5.1.3. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

5.1.3.1. Programa de Trabalho: 12.361.0079.2.173.000 - Manutenção do Ensino Fundamental

5.1.3.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

5.1.3.3. Número Reduzido: 610

5.1.3.4. Fonte de Recurso: 573

5.1.4. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

5.1.4.1. Programa de Trabalho: 12.365.0021.2.215.000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Pré-Escola

5.1.4.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

5.1.4.3. Número Reduzido: 840

5.1.4.4. Fonte de Recurso: 500

5.1.5. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

5.1.5.1. Programa de Trabalho: 12.365.0021.2.215.000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Pré-Escola

5.1.5.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

5.1.5.3. Número Reduzido: 841

5.1.5.4. Fonte de Recurso: 573

6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste pregão **quaisquer** empresas que:

7.1.1. Estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, por meio do sítio www.compras.gov.br;

7.1.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

7.1.2. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

7.1.3. Declarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

7.2. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

7.3. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

7.4. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

7.4.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012, e a Lei Complementar nº 130/2009;

7.4.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

7.4.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

7.4.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

7.5. Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

7.5.1. Seja observada a similaridade do objeto pelas empresas participantes.

7.5.2. As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida no item 7.5.5. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

7.5.3. Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e solvência, para fins de qualificação econômico-financeira;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

7.5.4. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

7.5.5. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

7.5.6. O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

8.1. Diante das condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21, visto o valor estimado da contratação implicar em montante superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, as empresas interessadas caracterizadas como microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, poderão participar do procedimento licitatório, porém não poderão usufruir dos benefícios legais previstos na Lei Complementar 123/2006.

9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:

9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.1.4.1. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente de órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

9.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.1.7. Sociedades empresárias que estiverem em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;

9.1.8. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica do Município de Macaé.

9.1.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

9.1.10. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. A etapa de que trata o **subitem 10.1** será encerrada com abertura da sessão pública.

10.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicafe.

10.2. O envio da proposta, nos termos do disposto no **subitem 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

10.3.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

10.3.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.3.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

10.3.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **subitem 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 15 do edital**.

10.7. A proposta deverá ser inserida no Sistema Comprasnet SIASG no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

10.7.1. Que compreende a descrição dos serviços ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o **Termo de Referência – ANEXO I** deste edital;

10.7.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;

10.7.3. O prazo de prestação dos serviços, contados do recebimento da solicitação do Município de Macaé;

10.7.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

10.8. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Macaé, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.9. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.

10.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico <https://transparencia.macaee.rj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou www.compras.gov.br.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

11.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do **Termo de Referência – ANEXO I** e do **Modelo de Proposta de Preços – ANEXO II** deste edital.

12.1.1. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do **ANEXO II** deste edital.

12.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

12.3. Somente as licitantes com propostas aceitas participarão da fase de lances.

12.4. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

12.5. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no **Termo de Referência – ANEXO I** deste edital.

12.6. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional e os **VALORES UNITÁRIO E TOTAL** do(s) item(ns) deverá(ão) conter até **02 (duas) casas decimais**. Caso a licitante não atenda esta condição, o pregoeiro desconsiderará os dígitos excedentes após a fase de lances.

13. FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

13.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

13.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

13.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

13.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00 (um real)**.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

13.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

13.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

13.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

13.7.1. Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios.

13.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

13.9. Será adotado para envio de lances no pregão eletrônico o modo disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o **subitem 13.9**, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

13.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos **subitens 13.9 e 13.9.1**, a sessão pública será encerrada automaticamente.

13.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

13.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos **subitens 13.9 e 13.9.1**, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

13.9.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, cumpridos os demais requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

14. GARANTIA DA PROPOSTA

14.1. Prestação de garantia no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para execução dos serviços, art. 58, da lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1.º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

14.1.1. Caução em dinheiro;

14.1.2. Seguro- garantia;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

14.1.3. Fiança bancária.

14.2. O comprovante do recolhimento da garantia deve ser **emitido** até o horário final para cadastramento de sua proposta no sistema compras.gov.

14.3. O comprovante do recolhimento da garantia será **encaminhado** via sistema após fase de lances, considerando que o sistema compras.gov não realiza upload de arquivos antes da referida fase, mediante a solicitação do Agente/Comissão de Contratação.

14.4. Deverá ser encaminhado juntamente com o solicitado no subitem anterior o Comprovante de Pagamento.

14.5. O não envio da garantia será motivo de desclassificação da proposta.

14.6. A **elaboração** do referido documento após o horário de abertura do CERTAME será motivo de desclassificação.

14.7. A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame.

14.8. A Comissão/Agente de Contratação da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelas licitantes, assim como solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise e produção dos documentos necessários.

14.9. A Garantia em trata o item 14.1.1 será devolvida aos licitantes do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

15. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Serão desclassificadas as propostas que:

15.1.1. Contiverem vícios insanáveis;

15.1.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

15.1.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

15.1.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

15.1.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

15.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

15.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

15.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

15.4.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

15.4.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos no artigo 60, II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.4.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

15.4.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

15.5.2. Empresas brasileiras;

15.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

15.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

15.5.5. Persistindo o empate após aplicar os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, será realizado sorteio, automaticamente pela própria Plataforma COMPRASGOV, tendo em vista a nova funcionalidade sistêmica.

16. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

16.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

16.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

16.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

16.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Macaé para orientar sua decisão.

16.6. A licitante classificada em primeiro lugar será instada a realizar **PROVA DE CONCEITO** com roteiro presente no **ADENDO C** do termo de referência, de caráter eliminatório para os itens 02, 03, 04, 09 e 10.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

16.6.1. A prova de conceito deverá ser realizada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do pedido formalizado pelo Pregoeiro e registrado em Ata.

16.6.1.1. Caso ocorra desistência, recusa, ou outro fato impeditivo para a realização da prova de conceito, o Pregoeiro poderá antecipar a convocação da licitante remanescente.

16.6.2. O não comparecimento para a realização da prova de conceito no prazo definido e/ou reprovação na prova de conceito, a licitante será desclassificada, sendo comunicado a todos os licitantes, e, em ato contínuo, convocação da(s) empresa(s) remanescente(s), em ordem de classificação, para realização de prova de conceito no prazo previsto no Termo de referência.

16.6.3. A Comissão Avaliadora, caso entenda necessário, poderá solicitar que determinado item seja dispensado ou demonstrado novamente em virtude de eventuais dúvidas mesmo após a demonstração pelo licitante;

16.7. O pregoeiro poderá contar com o apoio técnico para conferir a compatibilidade da proposta apresentada pela licitante quanto às especificações constantes no Termo de Referência.

16.7.1. As propostas das empresas melhor colocadas para os itens, após a fase de lances, serão analisadas pelo solicitante ou equipe técnica presentes no momento da aceitação das mesmas. Caso não seja possível a análise das propostas durante o certame, o mesmo será suspenso até que seja avaliada toda a descritivo, pelo solicitante ou equipe técnica por ele designado.

16.8. As especificações técnicas definidas deverão ser igualadas ou poderão ser superadas por soluções divergentes das especificadas, desde que sejam mantidas as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades da solução. Para isso, a licitante deverá encaminhar toda a documentação técnica e explicações que permitam a manifestação fundada e conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução divergente.

16.9. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

16.10. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

16.12. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

16.13. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

16.14. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

16.15. Após solicitação do Pregoeiro no sistema, o licitante terá o prazo de **02 (duas) horas**, para envio de proposta realinhada, exclusivamente por meio do sistema, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o **item 16** do edital.

16.15.1. Caso o licitante não envie por meio do sistema eletrônico, no prazo previsto no subitem anterior, a proposta alterada após negociação de que trata o **item 16** do Edital, o Pregoeiro poderá fazer a readequação do valor da proposta.

16.16. Caso haja, na proposta realinhada, qualquer alteração nos descritivos dos itens por parte da licitante que venham a alterar o objeto, o pregoeiro convocará a licitante a retificar a sua proposta.

17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

17.1.1. Sicaf (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, V, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

17.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

17.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

17.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

17.2. Efetuada a verificação referente ao item acima, a habilitação das licitantes será consultada por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.

17.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, desde que sejam complementação de informações acerca de documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou sejam atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema.

17.4. Excepcionalmente, quando necessário, à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o Pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Coordenadoria Especial de Licitações, informando o número do Pregão; o endereço para envio da documentação é: Avenida Camilo Nogueira da Gama, nº 250, Novo Botafogo, Macaé-RJ CEP: 27.947-280.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

17.5. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

18. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

18.1. A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:

18.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição, ou;

18.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

18.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

18.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício, ou;

18.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá em:

18.2.1. Certidões ou atestados, emitidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem capacidade técnica na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, comprovando a realização de pelo menos 10% (dez por cento) dos serviços referentes à parcela de maior relevância técnica e operacional ao objeto do Termo de Referência, e que comprovem o desempenho satisfatório dos serviços, devidamente averbados e registrados no conselho profissional competente.

18.2.1.1. Parcela de maior relevância técnica:

18.2.1.1.1. Item 2 - Quantidade exigida: 250 equipamentos;

18.2.1.1.2. Item 3 - Quantidade exigida: 37 equipamentos;

18.2.1.1.3. Item 4 - Quantidade exigida: 25 equipamentos;

18.2.1.1.4. Item 5 - Quantidade exigida: 50 equipamentos;

18.2.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.2.1.3. A Prefeitura de Macaé se ressalva do direito de vir a fazer diligências para aferir a veracidade das informações colocadas na proposta pela empresa adjudicada, para que então ocorra a assinatura do contrato entre as partes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

18.2.2. Comprovação de possuir Certificação de adequação e conformidade das normas e requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações), indicando que a empresa implementou políticas e medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais e sensíveis coletados e processados.

18.2.3. Comprovação de possuir autorização do fabricante para realizar manutenções dos equipamentos utilizados.

18.2.4. Atestado de visita técnica do local onde será executado o serviço, conforme **ANEXO VI** do termo de referência, expedido pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação, de segunda a sexta-feira no horário das 09:00h às 17:00h, através do telefone (22) 2763-6312 ou por endereço eletrônico – e-mail: sectec@macae.rj.gov.br, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da licitação. A última visita ocorrerá até o último dia anterior a data da realização do certame e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante. O local de encontro para o representante da licitante será definido no momento do agendamento da visita técnica, de onde seguirá juntamente com o representante designado pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação até o local de execução dos serviços.

18.2.4.1. Caso a empresa opte por não realizar a visita, deverá apresentar Declaração, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, conforme **ANEXO VII** do Edital, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita técnica e que **não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros**, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar o Município de Macaé.

18.2.4.2. Não será permitida a reunião de vários licitantes numa mesma data e horário, para evitar o conhecimento prévio acerca do universo de licitantes.

18.2.4.3. A falta de apresentação do atestado de visita técnica ou da declaração de conhecimento das áreas onde serão executados os serviços, será motivo de inabilitação do licitante.

18.2.5. A empresa deverá possuir registro ativo no CREA ou CFT, demonstrado através de Certidão de Registro;

18.2.6. Comprovação de possuir em seu quadro funcional ou como sócio, na data prevista da entrega da proposta, profissional de nível superior (engenheiro elétrico ou eletrônico ou telecomunicações) reconhecido por entidade competente (CREA) ou (técnico em eletrotécnica) reconhecido por entidade competente (CFT) responsável técnico pelos serviços a serem contratados, mediante apresentação de contrato social ou carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

18.3. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

18.3.1. Balanço patrimonial, demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício no caso de pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, conforme Art. 69, Caput c/c, inc. I e §6 da Lei 14.133/2021, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais.

18.3.1.1. O Balanço a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do passivo não circulante (PNC) e do ativo total (AT), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índices de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

b) Índices de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

c) Solvência Geral

$$SG = AT / (PC + PNC)$$

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

PCN = Passivo não Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

AT = Ativo Total

18.3.1.2. Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

18.3.1.2.1. Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

18.3.1.2.2. Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

18.3.1.2.3. Solvência Geral $\geq 1,00$

18.3.2. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social de 10% (dez por cento) **do valor total estimado e/ou ofertado da contratação, considerando como valor estimado e/ou ofertado, o somatório dos lotes/itens em que a licitante apresentar proposta, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.**

18.3.2.1. Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedado em casos em que o consórcio for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte.

18.3.3. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

18.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal, social e trabalhista** consistirá em:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

18.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

18.4.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.4.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e **contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei**, na forma da legalidade específica;

18.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, **inclusive Dívida Ativa**, relativos aos tributos de ICMS, do domicílio ou sede do licitante;

18.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante.

18.4.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS.

18.4.6. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, conforme art. 68, inc. IV da Lei 14.133/2021.

18.4.7. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e de acordo com a Lei Federal n.º 12.440/2011.*

18.4.7.1. *As provas de inscrição previstas nos subitens 18.4.1 e 18.4.2 poderão ser confirmadas através das apresentações das Certidões Negativas e/ou Positivas com efeitos de Negativa previstas nos subitens 18.4.3, 18.4.4 e/ou 18.4.5.*

18.5. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:

18.5.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

18.5.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;

18.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

18.6.1.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

18.6.1.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

18.6.2. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

18.8. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

18.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

19. RECURSOS

19.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento, nos recursos referentes ao julgamento das propostas e ao ato de habilitação ou inabilitação de licitante, deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

19.3. Será concedido prazo de **10 (dez) minutos**, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.4. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

19.5. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única, apenas nos casos de habilitação/inabilitação e de julgamento das propostas.

19.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

19.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19.8. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

19.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.10. Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

20.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à **Autoridade Competente do Município de Macaé (Ordenador de Despesas)** para o procedimento de adjudicação do objeto e homologação da licitação.

21. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZOS

21.1. O Registro de Preços para prestação dos serviços ora licitados conforme as quantidades estimadas e especificações constantes no **ANEXO I** visam a futuras contratações pelo **Município de Macaé**.

21.2. Homologado o resultado da licitação, o **Município de Macaé**, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará as licitantes vencedoras, para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, compareçam para assinatura da Ata de Registro de Preços.

21.3. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo **Município de Macaé**.

21.4. É facultado ao **Município de Macaé**, quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, nos prazos e condições estabelecidos no item anterior, convocar a licitante remanescente na ordem de classificação.

21.5. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

21.6. Não será permitida a licitante contratada ceder total ou parcialmente, sub-rogar, ou transferir, no todo ou em parte, o objeto dessa licitação, sob pena de sanções administrativas.

21.7. Todos os contatos, reclamações e penalidades serão feitos ou aplicados diretamente à empresa que participar da licitação. Em nenhum caso o **Município de Macaé** negociará com entidades representadas ou subcontratadas pelas licitantes.

21.8. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

21.9. A(s) licitante(s) vencedora(s), quando da solicitação efetiva da prestação de serviços deverá retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da comunicação efetivada pelo **Município de Macaé**.

21.10. A(s) licitante(s) não poderá(ão) oferecer em sua proposta quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela.

21.11. A existência de preços registrados não obriga o **Município de Macaé** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específicas para a prestação dos serviços ora licitado, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de prestação dos serviços em igualdade de condições.

21.12. Quando da licitação específica para a prestação dos serviços ora licitados, resultar preço igual ou superior ao registrado, deverá o **Município de Macaé** revogá-la no interesse público e processar a prestação dos serviços por intermédio da Ata de Registro de Preços.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

21.13. A Ata de Registro de Preços será válida por 01 (um) ano, a contar a partir da publicação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, passível de prorrogação, por igual período, mediante justificativa do órgão ou ente gerenciador, nos termos do artigo 59-A do Decreto Municipal nº 255/2025.

21.14. *A (s) licitante (s) vencedor (as) deverá(ão), obrigatoriamente, iniciar a prestação dos serviços solicitado na referida Nota de Empenho no subitem anterior, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. Tendo a empresa um período máximo de 15 (quinze) dias corridos para instalação dos equipamentos e 30 (dias) para a implantação completa do Sistema de segurança eletrônico (SSE), sob pena das sanções legais cabíveis.*

21.14.1. *O prazo a que se refere o subitem anterior começará a contar a partir do recebimento da nota de empenho.*

21.15. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada e estendida a qualquer Órgão Público ou Entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao **órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços**, desde que devidamente comprovada a vantagem em sua utilização, nos termos do art. 86, §2º, I, II e III da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.16. O (s) Órgão (aos) Público (s) e/ou Entidade (s) da Administração que não participar (em) do registro de preços, e que desejar (em) fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá (ão) manifestar seu interesse junto ao **órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços**, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

21.17. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não pelo fornecimento a outros Órgãos Públicos e/ou Entidades da Administração, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

21.18. As aquisições adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder por Órgão Público e/ou Entidades da Administração, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos **registrados** na Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 86, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.19. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem, nos termos do art. 86, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.20. Em cumprimento ao artigo 82, VII, Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o art. 58, II, Decreto Municipal nº 026/2023, a licitante deve informar o interesse em participar do cadastro de reserva, consistente em registrar aqueles que aceitam cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

21.20.1. Para tanto, os licitantes interessados deverão manifestar seu interesse, antes do encerramento da sessão, através de e-mail licitacao.seminf@macae.rj.gov.br, informando o item ao qual pretende se cadastrar.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

21.21. As hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências estão elencadas no **item 08 da Minuta da Ata de Registro de Preços - ANEXO III**.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE REVERVA

22.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame;

22.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

22.3. O registro a que se refere o subitem 22.1 tem por objetivo a formação do cadastro de reserva no caso de impossibilidade do atendimento pelo primeiro colocado da ata.

22.4. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 22.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

22.5. O anexo que trata o subitem 22.1 consiste na ata de realização da sessão pública do pregão, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

22.6. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 22.1 será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital. Os licitantes remanescentes serão convocados na ordem de classificação e em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme preceitua o art. 59, §1º do Decreto Municipal nº. 026/2023.

22.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 62 e art. 63 do Decreto Municipal nº. 026/2023.

23. NOTA DE EMPENHO

23.1. Será emitida Nota de Empenho para cada solicitação realizada pelo **Município de Macaé**, onde no momento da retirada deverá ser assinada e datada pelo representante da empresa contratada, conforme Ata de Registro de Preços.

23.2. Em havendo documentação vencida, o **Município de Macaé** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.

23.3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

23.4. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.

23.5. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

23.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **subitem 23.5** do Edital, a Administração, observado o valor estimado, poderá:

23.7.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

23.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do art. 90 §4º, da Lei Federal 14.133/2021.

23.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante, salvo na hipótese do **subitem 23.7.1** deste Edital.

23.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **subitens 23.5 e 23.7** deste Edital.

24. SUBCONTRATAÇÃO

24.1. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Município de Macaé**, em moeda corrente nacional, **em 30 dias corridos**, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do **item 28**.

25.1.1. O pagamento só será liquidado após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

25.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

25.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionabilíssimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

25.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

26. REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS

26.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis;

26.2. Os preços dos contratos que vierem a ser pactuados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data orçamento estimado (22/10/2025), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último período anterior ao novo ciclo, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo, no caso de materiais e equipamentos, à variação dos índices IPCA-IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, nos termos do artigo 182, da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.3. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

26.4. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

26.5. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

26.6. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

26.6.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato;

26.6.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

26.7. A revisão dos preços registrados em Ata poderá ser realizada a pedido do beneficiário do registro, ou por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, nos termos dos artigos 61 e 62 do Decreto Municipal nº 026/2023.

26.8. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, o Município de Macaé convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a Ata de Registro de Preços.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

27. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

27.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022.

27.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

27.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

27.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

27.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

27.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

27.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

27.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

27.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

27.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

27.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

27.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

27.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

27.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

27.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

27.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:

27.3.1. Acompanhar os prazos de entrega, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;

27.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, mediante termo detalhado;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

27.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;

27.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

27.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

27.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

27.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

27.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;

27.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

27.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega dos bens;

27.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;

27.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

27.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

27.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

27.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

27.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços;

27.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

27.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

27.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

27.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;

27.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no termo de referência e no contrato;

27.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

28. ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

28.1. O objeto será recebido:

28.1.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de 05 (cinco) dias.

28.1.2. Definitivamente, após a verificação da perfeita adequação dos serviços ao Termo de Referência, mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 10 (dez) dias.

28.2. Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação, o que caracterizará não recebimento dos serviços e em atraso, caso ultrapassado o prazo de execução contratual.

28.3. Havendo indicações de pendências, será concedido prazo de até 05 (cinco) dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

28.4. O não cumprimento do prazo a que se refere o subitem anterior caracterizará atraso, sujeitando-se a Contratada às penalidades cabíveis.

28.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

29.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

29.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

29.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

29.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

29.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

29.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

29.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

29.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

29.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

29.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

29.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

29.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

29.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

29.2.1. Advertência por escrito;

29.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

29.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

29.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

29.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022, bem como o Decreto Municipal nº 032/2026.

29.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

29.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

29.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

29.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

29.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

30. GARANTIA CONTRATUAL

30.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, com cópia a Coordenadoria Especial de Contratos da SEMED no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

30.1.1. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé;

30.1.2. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição e verbas rescisórias;

30.1.3. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;

30.1.4. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;

30.1.5. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso;

30.1.6. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

30.1.7. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;

30.1.8. O atraso injustificado na prestação da garantia sujeitará o contratado à sanção de advertência, com a fixação de prazo para a devida regularização;

30.1.9. O descumprimento do prazo estabelecido no item anterior sujeitará o contratado à multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 2% (dois por cento) do valor total do contrato; e

30.1.10. A não apresentação definitiva da garantia, após notificação, ensejará rescisão unilateral do ajuste, cumulada com multa de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato e impedimento de licitar e contratar com o Município de Macaé por até 3 (três) anos.

31. ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

31.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, na forma do artigo 71, II, Lei Federal nº 14.133/2021 e por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

32. MANUTENÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

32.1. O Órgão ou entidade que realizar o registro de preços deverá criar sistema de controle, a fim de que a solicitação de material ou serviço não ultrapasse as quantidades máximas estabelecidas no edital.

32.2. O Órgão ou entidade realizadora do Registro de Preços disponibilizará no site oficial do Município de Macaé os preços registrados, para orientação dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

32.3. O Órgão ou entidade que realizar o registro de preços deverá publicar trimestralmente, durante a vigência da ata de registro de preços, os preços registrados na imprensa oficial e no site da Prefeitura municipal de Macaé.

33. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

33.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

33.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

33.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

33.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da detentora da ata de registro de preços/contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

33.5. A detentora da ata de registro de preços/contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

34. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

34.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

34.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

34.2.1. Eletrônico, no endereço: licitacao.seminf@macae.rj.gov.br, até às 23:59 hs de **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública;

34.2.2. Escrito através do Protocolo da Coordenadoria Especial de Licitações, informando o número do Pregão; o endereço para envio da documentação é: Avenida Camilo Nogueira da

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

Gama, nº250, Novo Botafogo, Macaé-RJ CEP: 27.947-280, das 09h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até às 17h de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

34.3. As licitantes poderão obter informações e esclarecimentos sobre a licitação mediante contato telefônico, número (22) 99105-5302.

34.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações interpostas.

34.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos <https://transparencia.macaerj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> e www.compras.gov.br.

34.6. A cada esclarecimento e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

35. DISPOSIÇÕES FINAIS

35.1. Será admitida a assinatura digital nos documentos a que se referem o presente edital e seus anexos, mediante uso de certificado digital padrão ICP-Brasil.

35.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.

35.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

35.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

35.5. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

35.6. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

35.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

35.8. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos <https://transparencia.macaerj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou www.compras.gov.br.

35.9. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus ANEXOS e da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

35.10. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município, juntamente com seu extrato no Diário Oficial do Município, bem como em jornal diário de grande circulação.

35.11. A sessão de pregão eletrônico será transmitida pela internet, permitindo o acompanhamento por qualquer interessado junto ao Portal da Transparência do Município.

35.12. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 4.960/2022, no Decreto Municipal nº 026/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.

35.13. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

36. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

36.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços
- ANEXO IV – Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços
- ANEXO V – Minuta Contratual
- ANEXO VI – Modelo de Declaração de visita técnica-Facultativa
- ANEXO VII – Modelo de Declaração de Não visita técnica

37. FORO

37.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Macaé/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

Macaé, 15 de junho de 2026.

Augusto Damaceno Alonso Ferrom
Coordenadoria Especial de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus adendos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé.

1.2. Os serviços que se pretende contratar são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Os quantitativos a serem contratados se encontram detalhados no item 11 deste Termo de Referência.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano, a contar a partir da publicação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado, por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano a contar a partir da publicação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O presente processo tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus adendos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé.

2.3. A adoção de tecnologias avançadas para o monitoramento e apoio à segurança, permitirá ainda, em conformidade com legislações pertinentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurar o tratamento adequado dos dados pessoais e sensíveis dos usuários. Por fim, a implementação deste sistema contribuirá significativamente para aprimorar atender aos requisitos de modernização e eficiência almejados pela Prefeitura de Macaé.

2.4. A contratação será por meio de licitação na modalidade **PREGÃO**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

2.5. O tipo de licitação é o **MENOR PREÇO**.

2.6. A adjudicação será **GLOBAL**.

2.6.1. O critério de julgamento será o de menor preço GLOBAL, pois os serviços possuem interdependência. Destaca-se, também, que referido critério não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, ou seja, haverá um melhor aproveitamento dos recursos do mercado e, com isso, ampliação da competitividade do certame.

2.6.2. A adjudicação por item possibilita a contratação de diversos fornecedores distintos, fato que representaria prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto, uma vez que poderá acarretar transtornos para uma eficiente execução contratual, como por exemplo, a integração dos equipamentos com o software de integração e gerenciamento, além da gestão dos dados a ser realizada. Inclusive a adjudicação na forma GLOBAL visa atrair um maior número de empresas a participar do certame, pelo maior vulto a ser contratado.

2.7. A contratação se dará pelo Sistema de Registro de Preços.

2.7.1. Justificamos a adoção do Sistema de Registro de Preços, tendo em vista que:

- a) Possibilidade de maior economia de escala, uma vez que diversos órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços para o prazo de até 01 (um) ano. É o atendimento ao Princípio da Economicidade;
- b) Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro;
- c) Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração;
- d) A solicitação de fornecimento ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os produtos registrados;
- e) Ausência da obrigatoriedade em se adquirir os produtos e serviços registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais;
- f) Vinculação do particular pelo prazo de validade da ata às quantidades e aos preços registrados;
- g) Celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados;
- h) Atendimento de demandas imprevisíveis;
- i) Possibilita a participação de pequenas e médias empresas, em virtude da entrega ou fornecimento do bem ou serviço registrado ocorrer de forma parcelada.

2.8. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

2.9. Tipo de Julgamento "Aberto".

2.10. Será efetuada uma **PROVA DE CONCEITO**, conforme roteiro que consta como Anexo deste Termo de Referência, de caráter eliminatório com a licitante mais bem classificada para os itens 02, 03, 09 e 10.

2.10.1. A prova deverá ser realizada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do pedido formalizado pelo Pregoeiro e registrado em Ata.

2.10.1.1. Caso ocorra desistência, recusa, ou outro fato impeditivo para a realização da prova de conceito, o Pregoeiro poderá antecipar a convocação da licitante remanescente.

2.10.2. O não comparecimento para a realização da prova de conceito no prazo definido e/ou reprovação na prova de conceito, a licitante será desclassificada, sendo comunicado a todos os licitantes, e, em ato contínuo, convocação da(s) empresa(s) remanescente(s), em ordem de classificação, para apresentação de amostra no prazo previsto deste Termo.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

2.10.3. A Comissão Avaliadora, caso entenda necessário, poderá solicitar que determinado item seja dispensado ou demonstrado novamente em virtude de eventuais dúvidas mesmo após a demonstração pelo licitante;

2.10.4. A POC deverá demonstrar o funcionamento integral da solução proposta, incluindo:

- (i) Reconhecimento facial com acurácia mínima de 98%;
- (ii) Latência de resposta inferior a 500 milissegundos;
- (iii) Integração com aplicativo móvel e plataforma web de gerenciamento;
- (iv) Transmissão segura dos dados com uso de criptografia no padrão AES-256;
- (v) Procedimentos necessários a atendimento a LGPD.

2.11 Não será vedada a participação de empresas em consórcio, desde que seja observada a similaridade do objeto pelas empresas participantes.

2.12. Considerando o volume e a complexidade dos serviços, tendo em vista que será necessário que a empresa possua estrutura e capacidade técnica para atender a demanda não será aplicado o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe os Art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. Deste modo, justifica-se pela inviabilidade de aplicar o inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, em razão de se causar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto ora solicitado, amparado nos termos do art. 49 inc. III da mesma Lei. Assim, aplica-se o procedimento licitatório em **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.

2.13. Esta contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual, para o exercício de 2025 através do código 27430.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus adendos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A definição adequada dos requisitos da contratação é fundamental para garantir uma seleção eficiente e eficaz da solução que melhor atenda às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, em consonância com os princípios da sustentabilidade, eficiência e qualidade. Tais requisitos devem ser estabelecidos considerando as normativas aplicáveis, padrões de qualidade e desempenho, e diretrizes de sustentabilidade, garantindo um processo de contratação responsável e em acordo com a legislação vigente.

4.2. Os requisitos a seguir especificados servem como base para a escolha de soluções tecnológicas que facilitam a gestão eficiente do tempo dos servidores, alinhando-se às necessidades da Educação pública municipal e respeitando os limites legais e éticos estabelecidos. A solução contratada deverá observar as diretrizes da Portaria MJSP nº 961/2025, especialmente no que se refere à proteção de dados pessoais e biométricos sensíveis, aplicando medidas técnicas e administrativas para evitar o uso indiscriminado, o vazamento de dados, e

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

garantindo a rastreabilidade e integridade das informações processadas no sistema, conforme previsto nos arts. 5º a 12º da referida Portaria.

4.2.1. Requisitos Gerais: A solução deverá ser capaz de ser uma importante ferramenta na prevenção de delitos nas unidades desta Secretaria, uma vez que possibilita o monitoramento online e 24 (vinte quatro) horas da circulação de pessoas em suas dependências internas e externas. Assim, aliado ao serviço da Guarda Municipal, ronda escolar e Polícia Militar, garantindo maior eficiência nas ações de repressão, além de possibilitar ações de prevenção. Essa solução deve ser acessível em diferentes dispositivos e sistemas operacionais, garantindo alto grau de compatibilidade e integração.

4.2.2. Requisitos Legais: A contratação deverá obedecer à Lei 14.133/2021 em todos os seus aspectos, respeitando princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4.2.3. Requisitos de Sustentabilidade: Priorizar soluções que promovam a eficiência energética utilizem menos recursos materiais e tenham uma menor pegada de carbono. Deverá ser dada preferência a equipamentos com selos de sustentabilidade ou certificações ambientais, assim como àqueles que apresentem um plano de logística reversa para reciclagem ou disposição final adequada.

4.2.4. Requisitos da Contratação: A solução completa deverá incluir não apenas a locação dos equipamentos, mas também a prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, e atualizações necessárias para garantir a operacionalidade e segurança do sistema em longo prazo. Deverá também oferecer capacidade de expansão para atender o previsto crescimento anual de usuários.

4.3. Concluindo, os requisitos estabelecidos visam a assegurar que a contratação propicie um sistema de segurança eletrônico (SSE) funcional, seguro, eficiente e sustentável, alinhado às necessidades atuais e futuras da Secretaria Municipal de Educação. A especificação focada nos aspectos essenciais, sem redundâncias ou excessos, é imprescindível para fomentar um ambiente competitivo, maximizando a eficácia da futura licitação e assegurando o melhor retorno possível para a Educação pública.

4.4. Todas as normas e descrições relativas à solução apresentada estão disponibilizadas no **ADENDO I** deste Termo de Referência.

4.5. A empresa contratada deverá realizar os serviços utilizando-se de mão de obra própria para instalação e manutenção de seus equipamentos e tecnologias empregadas. Quanto à infraestrutura, poderá ser utilizada a rede e instalações pré-existente (dos serviços de internet e telefonia) caso esteja em boas condições e mediante autorização do fiscal do contrato, devendo ser considerada essa utilização.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, com início de execução e apresentação de plano de ações, no máximo, 72 (setenta e duas) horas após a assinatura.

5.1.1. Após o prazo do subitem 5.1, a empresa terá um período máximo de 05 (cinco) dias corridos para início de instalação dos equipamentos, devendo as instalações serem concluídas na sua integralidade em até 90 (noventa) dias corridos.

5.1.2. A implantação do Sistema de segurança eletrônico (SSE) deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

5.2. Os serviços, objeto deste termo, serão executados, de segunda à sexta-feira no horário das 08:00 às 17:00 horas, aos cuidados dos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação, inicialmente, na forma e nos endereços elencados nos **ADENDO II** deste Termo de Referência.

5.3. O prazo de garantia dos serviços observará o disposto na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4. Não será permitida a subcontratação dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá ao servidor, designado como Gestor do Contrato por intermédio de Portaria específica, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação. A gestão contratual seguirá os princípios da norma ABNT ISO/IEC 20000-1:2020, observando a documentação formal dos serviços prestados, os critérios de aceitação definidos no SLA, e os métodos de auditoria e aferição baseados em evidência

- João Batista da Costa Junior – Matrícula 27325

6.2. Caberá à Comissão de Fiscalização, designada por intermédio de Portaria específica, formada pelos servidores abaixo indicados, a fiscalização da contratação, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

- Cleidimar Robaina da Silva - Matrícula: 45474

- Cesar Augusto Salabert Rosa - Matrícula: 43070

- Anderson da Silva Soares - Matrícula: 408494

6.3. Considerando que a designação do Gestor do Contrato e das Comissões de Fiscalização se deu através das portarias abaixo indicadas, quando da assinatura do contrato, será fornecido aos fiscais uma cópia do Termo de Referência e do Contrato assinado para início da fiscalização.

- Órgão Gestor Financeiro: Secretaria de Educação

- Órgão Fiscalizador: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto será recebido:

7.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

7.2.2. Definitivamente, após a verificação da perfeita adequação dos serviços ao Termo de Referência, mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 10 (dez) dias.

7.3. Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação, o que

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

caracterizará não recebimento dos serviços e em atraso, caso ultrapassado o prazo de execução contratual.

7.4. Havendo indicações de pendências, será concedido prazo de até 05 (cinco) dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

7.5. O não cumprimento do prazo a que se refere o subitem anterior caracterizará atraso, sujeitando-se a Contratada às penalidades cabíveis.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.7. Os pagamentos serão efetuados pela Educação Municipal em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

7.8. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.9. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

7.10. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

7.11. Será efetuada a **RETENÇÃO OU GLOSA** no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

a) Não produziu os resultados acordados;

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) Deixou de utilizar os materiais e/ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

d) Na ocorrência de não cumprimento dos prazos estipulados implicará em aplicação de glosas conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	APLICAÇÃO	ID. GLOSA
Tipo 1: Inobservância do tempo máximo para o início do atendimento aos chamados técnicos para restabelecimento do serviço.	24 (VINTE E QUATRO) HORAS	2
Tipo 2: Inobservância do tempo máximo para o restabelecimento do serviço, após o início do atendimento.	24 (VINTE E QUATRO) HORAS	3
Tipo 3: Inobservância do tempo máximo para	30 (TRINTA) DIAS	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

substituir equipamento que apresentar defeitos frequentes ou recorrentes.	CORRIDOS	
Desinstalar ou manter inoperante qualquer equipamento sem prévia autorização da Secretaria.	24 (VINTE E QUATRO) HORAS	3

GLOSAS

DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE GLOSAS	
1	3% (três por cento) do valor a ser pago referente aos equipamentos, + 0,5% (meio por cento) por dia corrido de atraso.
2	0,25% do valor global do contrato por dia corrido de atraso
3	0,5% do valor global do contrato por dia corrido de atraso

I- Considera-se dia corrido todos os dias da semana em que houver expediente/atendimento na localidade. O dia em que houver mudança de horário no atendimento padrão, sem aviso prévio, também não será contado como dia corrido.

II- Para cada quebra de serviço, a CONTRATADA terá os valores glosados nas faturas vincendas calculadas pela fórmula definida pelo tipo de glosa, com dedução máxima de 15% do valor global do contrato. Atrasos superiores a 15 dias estão também sujeitos a outras penalidades e advertências. Outras infrações também podem acarretar penalidades e advertências, mais detalhes no Item 17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, do Termo de Referência. A glosa será aplicada ao próximo pagamento, considerando a resolução do problema ou o limite de dedução de 15%.

III- Se após os descontos o valor ficar com mais de duas casas decimais, o valor será limitado até a segunda casa decimal sem arredondamentos.

IV- Caso um mesmo equipamento origine mais de 03 (três) chamados em um mesmo mês ou 05 (cinco) chamados em 02 (dois) meses seguidos, independentemente do problema que gerou o chamado, a CONTRATANTE poderá a seu critério, exigir a troca técnica do equipamento por um outro, sem geração de custos adicionais a CONTRATANTE. Sendo o mesmo prazo de instalação de novo equipamento.

V- A contagem de prazo limite para solução se inicia no dia seguinte à data de abertura do chamado, independentemente do horário (e não da data da resposta da CONTRATADA ao chamado, caso seja posterior).

VI- O desconto dos valores previstos acima não exclui o pagamento de multas decorrentes da instauração de procedimento de penalização, por parte da CONTRATANTE, por descumprimento do contrato, assegurada a ampla defesa nos termos da legislação vigente.

7.12. Acordo de níveis de serviço (SLA – Service Level Agreement) a serem observados na execução do contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, em conformidade com a Nota Técnica nº 08/2024 do TCE-RJ e a Portaria MJSP nº 961/2025. Os indicadores



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

descritos abaixo têm por finalidade garantir a mensuração objetiva dos resultados, a efetividade do controle contratual e a aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual.

Indicador	Objetivo	Fórmula de Cálculo	Meta	Método de Aferição
Chamados solucionados em até 24h	Avaliar a capacidade de resolução rápida de problemas técnicos	$CS24h\% = \frac{(\text{Chamados resolvidos em até 24h}}{\text{Total de chamados}} \times 100$	$\geq 95\%$	Sistema de chamados + relatório mensal auditável
Chamados resolvidos no primeiro atendimento	Mensurar agilidade e qualidade do atendimento	$CPA\% = \frac{(\text{Chamados resolvidos no 1º atendimento}}{\text{Total de chamados}} \times 100$	$\geq 85\%$	Sistema de chamados + checklist técnico
Disponibilidade da plataforma	Medir a estabilidade da solução em nuvem	$TD\% = \frac{(\text{Horas disponíveis}}{\text{Total de horas no mês}} \times 100$	$\geq 99,5\%$	Logs de sistema + verificação automatizada
Correção de defeitos recorrentes	Avaliar eficácia na substituição de equipamentos defeituosos	$ICD = (0,6 \times pDA + 0,3 \times pDM + 0,1 \times pDB)$	$\geq 90\%$	Histórico de chamados e substituições registrado

8. REAJUSTE

8.1. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

8.1.1 O procedimento referente ao reajustamento deverá ser concluído no prazo máximo de 60 dias contados a partir do requerimento com todos os documentos necessários

8.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

CONTRATADA, e da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

8.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

8.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá demonstrar habilitação: jurídica; fiscal, social e trabalhista, e; econômico-financeira, na forma prevista no instrumento convocatório.

9.2. Quanto à habilitação capacidade jurídica, será exigido do licitante o seguinte:

9.2.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;

9.2.2. Registro comercial, no caso de licitante empresário individual;

9.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, no caso de licitante sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de licitante sociedade civil, acompanhado de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;

9.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

9.2.6.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012 e a Lei Complementar nº 130/2009;

9.2.6.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

9.2.6.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

9.2.6.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690/2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.3. Quanto à habilitação técnica, será exigido do licitante o seguinte:

9.3.1. Certidões ou atestados, emitidos por Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem capacidade técnica na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, comprovando a realização de pelo menos 10% (dez por cento) dos serviços referentes à parcela de maior relevância técnica e operacional ao objeto deste Termo de Referência, e que comprovem o desempenho satisfatório dos serviços, devidamente averbados e registrados no conselho profissional competente.

Parcela de maior relevância técnica:

* Item 2 – Quantidade exigida: 250 equipamentos;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

* Item 3 - Quantidade exigida: 37 equipamentos;

* Item 4 - Quantidade exigida: 25 equipamentos;

* Item 5 - Quantidade exigida: 50 equipamentos;

A exigência de atestado tem por fundamento a comprovação da qualificação técnica dos participantes do certame a fim de verificar se a empresa possui ou não condições de realizar os serviços (objeto da licitação) de forma a evitar que empresas sem experiência na prestação dos serviços inviabilizem, por incapacidade técnica, a execução do contrato.

A escolha dos itens de maior relevância foi baseada na complexidade técnica relacionada aos serviços, referente ao sistema de segurança eletrônico (SSE) da Secretaria de Educação da Prefeitura de Macaé.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

A Prefeitura de Macaé se ressalva do direito de vir a fazer diligências para aferir a veracidade das informações colocadas na proposta pela empresa adjudicada, para que então ocorra a assinatura do contrato entre as partes.

9.3.2. Comprovação de possuir Certificação de adequação e conformidade das normas e requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações), indicando que a empresa implementou políticas e medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais e sensíveis coletados e processados.

Adicionalmente, a empresa contratada deverá:

a) Designar formalmente um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), em conformidade com o art. 41 da LGPD, apresentando seu nome e contatos à Administração Pública no ato da assinatura contratual, mantendo-os atualizados durante toda a vigência do contrato;

b) Apresentar um Plano de Resposta a Incidentes de Segurança, prevendo comunicação à Administração, aos titulares e à ANPD no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a ciência do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD;

c) Dispor de Política de Retenção e Descarte de Dados Pessoais, assegurando que o tratamento seja realizado apenas pelo período necessário ao cumprimento das finalidades contratuais, observadas as hipóteses legais de conservação previstas na LGPD.

9.3.3. Comprovação de possuir autorização do fabricante para realizar manutenções dos equipamentos utilizados.

9.3.4. Visita Técnica Facultativa:

9.3.4.1. Atestado de visita técnica do local onde será executado o serviço, conforme **ADENDO D** do Termo de Referência, expedido pela Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Educação, de segunda a sexta-feira no horário das 09:00h às 17:00h, através do telefone [\(22\) 2763-6312](tel:(22) 2763-6312) ou por endereço eletrônico – e-mail: sectec@macae.rj.gov.br, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da licitação. A última visita ocorrerá até o último dia anterior a data da realização do certame e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante. O local de encontro para o representante da licitante será

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

definido no momento do agendamento da visita técnica, de onde seguirá juntamente com o representante designado pela Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia até o local de execução dos serviços.

Caso a empresa opte por não realizar a visita, deverá apresentar Declaração, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, conforme **ADENDO E** deste Termo de Referência, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita técnica e que **não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros**, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar o Município de Macaé Grande.

Não será permitida a reunião de vários licitantes numa mesma data e horário, para evitar o conhecimento prévio acerca do universo de licitantes.

A falta de apresentação do atestado de visita técnica ou da declaração de conhecimento das áreas onde serão executados os serviços, será motivo de inabilitação do licitante.

9.3.5. Responsabilidade Técnica:

9.3.5.1. A empresa deverá possuir registro ativo no CREA ou CFT, demonstrado através de Certidão de Registro;

9.3.5.2. Comprovação de possuir em seu quadro funcional ou como sócio, na data prevista da entrega da proposta, profissional de nível superior (engenheiro elétrico ou eletrônico ou telecomunicações) reconhecido por entidade competente (CREA) ou (técnico em eletrotécnica) reconhecido por entidade competente (CFT) responsável técnico pelos serviços a serem contratados, mediante apresentação de contrato social ou carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços, podendo a licitante apresentar declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de anuência do profissional.

9.4. Quanto à habilitação capacidade econômico-financeira, será exigido do licitante o seguinte:

9.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados da cópia do Termo de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.4.1.2. O Balanço a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do passivo não circulante (PNC) e do patrimônio líquido (PL), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índices de Liquidez Geral ILG = $(AC + RLP) / (PC + PNC)$

b) Índices de Liquidez Corrente ILC = AC / PC

c) Solvência Geral SG = $AT / PC + PNC$

Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$ Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$ Solvência Geral $\geq 1,00$

9.4.3. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado e/ou ofertado da contratação, considerando como valor estimado e/ou ofertado, o somatório dos lotes/itens em que a licitante apresentar proposta, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

9.4.4. Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedado em casos em que o consórcio for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte.

9.4.5. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.4.5.1. Se a licitante não for sediada no Município de Macaé-RJ, na qual a competência para emissão da respectiva certidão comprobatória é o Cartório Único de Registro de Distribuição, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s), preferencialmente, de declaração da autoridade judiciária competente, informando que o Distribuidor é único, ou, caso contrário, relacionando os Distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir as referidas certidões. Ressalte-se que a Comissão/Agente de Contratação poderá promover diligência para esclarecer a questão, até mesmo no caso em que a certidão seja emitida pelo próprio Poder Judiciário da sede da licitante e dela seja possível inferir o número de cartórios existentes.

9.5. Quanto à habilitação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigido do licitante o seguinte:

9.5.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.5.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legislação específica;

9.5.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, inclusive Dívida Ativa, relativos aos tributos de ICMS, da sede do licitante;

9.5.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante.

9.5.5.2. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar as Certidões de Tributos Mobiliária (ISS e Taxas).

9.5.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, na forma da legislação específica;

9.5.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e de acordo com a Lei Federal n.º 12.440/2011.

9.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.7. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

9.8. Fica facultada ao Pregoeiro, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

9.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10. GARANTIA DA PROPOSTA

10.1 Prestação de garantia no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para execução dos serviços, art. 58, da lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1.º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

10.1.1. Caução em dinheiro;

10.1.2. Seguro- garantia;

10.1.3. Fiança bancária.

10.2. O comprovante do recolhimento da garantia para licitar será encaminhado via sistema após fase de lances mediante a solicitação do Agente/Comissão de Contratação.

10.3. O não envio da garantia tornará motivo de desclassificação da proposta.

10.4. A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame.

10.5. O Pregoeiro da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelas licitantes, assim como solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise e produção dos documentos necessários.

10.6. A Garantia será devolvida aos licitantes do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

11. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO <i>Descrição completa do material/serviço/obra</i>	CATSER	UND.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE DE ENERGIA AC 110/220 VAC E DADOS TCP/IP E CABEAMENTOS CAT5/6E POR UNIDADE PARA COMUNICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM A WEB.	21687	UND.	125	R\$ 2.200,00	N/A	R\$ 275.000,00
2	LOCAÇÃO DE CÂMERAS IP FULLHD, COM POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO FACIAL E ANALÍTICOS COM GRAVAÇÃO EM NUVEM, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	21660	UND.	2500	R\$ 250,00	R\$ 625.000,00	R\$ 7.500.000,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

3	LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO PARA CONTROLE DE ACESSO FÍSICO, COMPOSTO POR CATRACAS PARA GESTÃO DE ENTRADA/SAÍDA E ACESSO PCD, E POR DISPOSITIVOS DE IDENTIFICAÇÃO POR RECONHECIMENTO FACIAL COM CAPACIDADE PARA, NO MÍNIMO, 3.000 FACES.	27430	UND.	375	R\$ 840,00	R\$ 315.000,00	R\$ 3.780.000,00
4	LOCAÇÃO DE CONTROLES DE ACESSO PARA PORTAS MANUAIS POR RECONHECIMENTO FACIAL COM ARMAZENAMENTO E PROCESSAMENTO DE NO MÍNIMO 3000 FACES, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	27430	UND.	250	R\$ 320,00	R\$ 80.000,00	R\$ 960.000,00
5	LOCAÇÃO DE NOBREÁKS PARA MANTER A OPERACAO DOS EQUIPAMENTOS POR 01 HORA, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	22233	UND.	500	R\$ 56,00	R\$ 28.000,00	R\$ 336.000,00
6	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E ALARME MONITORADO, COMPOSTO POR CENTRAL DE COMUNICAÇÃO SEM FIO COM CONECTIVIDADE VIA INTERNET (WI-FI), E POR ATÉ 15 SENSORES DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO PARA PORTAS, JANELAS E AMBIENTES INTERNOS	23868	UND.	125	R\$ 420,00	R\$ 52.500,00	R\$ 630.000,00
7	CENTRAL DE MONITORAMENTO LOCAL DE 40"	21660	UND.	125	R\$ 2.100,00	N/A	R\$ 262.500,00
8	CENTRO DE	21660	UND.	5	R\$	N/A	R\$



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	MONITORAMENTO AVANÇADO DE 160"				12.050,00		60.250,00
9	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE APLICAÇÃO MOBILE DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES ATRAVES DE HARDWARE DE CONTROLE, HOSPEDADA EM NUVEM PARA CONTROLE DE ACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA/PÂNICO, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	25860	UND.	125	R\$ 1.290,00	N/A	R\$ 161.250,00
10	SOFTWARE DE INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CADASTRO DE USUÁRIOS DE CONTROLE DE ACESSO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	26077	UND.	125	R\$ 1.600,00	R\$ 200.000,00	R\$ 2.400.000,00
11	GESTÃO E BACKUP DOS DADOS COM FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO FULLDUPLEX, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	27758	UND.	125	R\$ 530,00	R\$ 66.250,00	R\$ 795.000,00
VALOR MENSAL						R\$ 1.366.750,00	
VALOR GLOBAL						R\$ 17.160.000,00	

11.1. A estimativa para contratação se deu após verificação junto à Secretaria Municipal de Educação.

11.2. Para aferição dos quantitativos, a Secretaria Municipal de Educação tomou como base o número de unidades, localidades e número de usuários e servidores.

12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 17.160.000,00 (Dezessete milhões, cento e sessenta mil)**.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação (28.01)

Programa de Trabalho: 12.122.0055.2.343.000 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMED

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 145

Fonte de Recurso: 573

Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

Programa de Trabalho: 12.361.0033.2.349.000 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 219

Fonte de Recurso: 500

Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

Programa de Trabalho: 12.361.0033.2.349.000 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 220

Fonte de Recurso: 573

Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

Programa de Trabalho: 12.365.0033.2.215.000 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 369

Fonte de Recurso: 500

Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

Programa de Trabalho: 12.365.0033.2.215.000 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 370

Fonte de Recurso: 573

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do **Contrato**, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé, cuja guia de depósito deve ser solicitada.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

14.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vale-transporte, vale-refeição e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

14.3.1. A garantia na modalidade seguro-garantia poderá ser entregue em até 01 (um) mês, contado da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme artigo 96, § 3º da Lei Federal nº 14.133/21.

14.4. A Contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada por cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão.

14.5. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia.

14.6. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso.

14.7. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90(noventa) dias.

14.8. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização.

14.9. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

14.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para a apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem subsequente.

14.11. A apresentação da garantia não isenta as partes de suas obrigações e responsabilidades atribuídas neste Termo de Referência e todas as documentações inseridas no Processo Administrativo.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Executar os serviços, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

b) Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

c) Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

d) Responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.

e) Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

f) Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que eles venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Educação exigir a retirada daquelas cujas condutas seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Educação por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- g) Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Educação o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.
- h) Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos materiais fornecidos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.
- i) Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
- j) Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.
- k) Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.
- l) Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, *e-mail*).
- m) Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.
- n) Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.
- o) Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.
- p) Assumir total responsabilidade pelos serviços e materiais utilizados que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé Grande e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.
- q) Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços e materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.
- r) Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.
- s) Obter as licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- t) Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- u) O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.
- v) Informar ao contratante, qualquer impossibilidade de execução de serviços, de acordo com áreas de risco existentes, solicitando se necessário apoio de força policial.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.
- b) Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços e materiais efetivamente executados e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- d) Fornecer se necessário apoio de segurança com forças policiais em caso de áreas de risco.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

17.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Educação, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

17.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

17.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Educação Pública direta e indireta do Município de Macaé Grande, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Educação Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 032/2026.

17.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Educação pública.

17.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

17.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

17.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, será descontado da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

18.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ADENDO A

1. OBJETO

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus adendos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Na atual conjuntura em que a vulnerabilidade da segurança pública impede uma ação mais eficiente na preservação do patrimônio público e no bem-estar dos usuários, se faz necessária a contratação de serviços especializados para os prédios públicos do município. A presente licitação tem por objetivo assegurar a necessária segurança aos prédios públicos descritos, por meio de sistema de segurança eletrônico (SSE) (vídeo monitoramento por câmeras, controle de acesso facial e alarme de pânico).

2.2 Com a implantação do sistema de segurança eletrônico (SSE), os seguintes benefícios podem ser considerados:

- Aspecto da segurança do ambiente monitorado. Quanto a este aspecto, é inegável que, a existência por si só de um sistema monitorado por imagens, controle de acesso e alarmes de pânico, já desencoraja possíveis tentativas de violação da segurança do local e, via de regra, encoraja a que servidores que circulam pelo ambiente passem a observar com mais rigor as regras e padrões de segurança definidos para cada local e, ainda;
- Impõe o fator psicológico de dissuasão, pois o agente invasor terá surpresas ao invadir os ambientes; • inibe a ação de invasores, depredadores e pessoas mal-intencionadas, pois os serão intimidados pelas câmeras de segurança.
- Facilita o trabalho de pronta resposta (Polícia Militar, Guarda Municipal e Ronda Escolar), fornecendo pormenores do incidente ou violação da segurança que esteja ocorrendo no local monitorado;
- O sistema de monitoramento de segurança por câmeras, controle de acesso e alarmes, proporcionará mais tranquilidade e segurança nos finais de semana, onde a comunidade escolar está ausente;
- As câmeras, controle de acesso facial e os hardware de acionamento dos alarmes de pânico serão distribuídos em pontos estratégicos, detectando possíveis problemas, pois além do acompanhamento em tempo real de toda movimentação nesses ambientes, o alarme poderá disparar um sinal de alerta que será encaminhado à central de monitoramento instantaneamente, que enviará agentes em poucos minutos ao local, para investigação do ocorrido, podendo com isso evitar roubos, depredação do imóvel monitorado, ataques entre outros.

2.3 A contratação do objeto, nos moldes propostos, é de interesse, necessidade e conveniência da Prefeitura de Macaé, uma vez que não existe nenhuma estrutura de segurança eletrônica e controle de acesso nestas unidades, implicando em dificuldades em gerenciar e tomar medidas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

eficazes relativas à segurança do prédio e de seus ocupantes. Assim, esse sistema garante maior eficiência nas ações de repressão, além de possibilitar ações de prevenção. Vale ressaltar ainda que a implantação do sistema de segurança eletrônico (SSE) possibilita a redução de utilização de postos de vigilância fixos da Guarda Municipal, aumentando a segurança e gerando economia aos cofres do Estado.

2.4 A Lei nº 14.643/2023 cria o Sistema de Acompanhamento e Combate à violência nas Unidades, prevendo em seu Art. 1º, inciso II, a sistematização e divulgação de medidas e soluções de gestão eficazes no combate à violência escolar.

2.5 Para a promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor, onde os estudantes se sintam acolhidos e respeitados. Isso inclui ter políticas e práticas que proibam o bullying, a discriminação, o assédio e a violência em todas as suas formas. Além disso, é importante promover a inclusão, a diversidade e o respeito pela diferença, promovendo a aceitação e a valorização de todos os estudantes.

2.6 A Segurança na escola é fundamental para que os alunos se desenvolvam normalmente e não tenham problemas relacionados a permanência nos prédios das unidades. Além disso, para as unidades é a garantia de credibilidade e confiança junto à comunidade escolar.

2.7 Diante desta nova realidade estabelecida, onde ações de conscientização, prevenção e combate às ações relacionadas à violência nas unidades fazem-se urgentes, a Secretaria Municipal de Educação, busca estabelecer estratégias para garantir a segurança dos alunos e dos profissionais do magistério e da educação no interior e no entorno das unidades e unidades administrativas.

3. DO SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA

O sistema de segurança eletrônico (SSE), é um conjunto de recursos tecnológicos que tem como principal objetivo, intensificar a capacidade de vigilância e monitoramento permanente de ambientes públicos, no controle e identificação de usuários (usuários, visitantes, servidores públicos e prestadores de serviços) em violações, intrusões, depredações e demais ocorrências criminosas, podendo assim, oferecer maior eficiência nas intervenções preventivas e repressivas e ainda auxiliar no processo investigativo para a identificação de infratores. É uma fonte inestimável de informações e subsídios no auxílio às atividades de controle local e ações de inteligência aos órgãos de segurança.

O sistema não tem a capacidade efetiva de coibir, apenas inibir ações criminosas contra o patrimônio público e pessoas.

É um instrumento de identificação, dissuasão, prevenção e investigação. O (SSE) é composto pelos seguintes sistemas:

- Instalação de sistema de controle de acesso biométrico facial (SCA);
- Instalação de sistema de circuito fechado de televisão (SCFTV IP);
- Instalação de sistema APP de alarme de pânico (SAP);
- Instalação de alarme, com central monitorada e sensores de presença (SACM);

3.1 Justifica-se esta contratação apenas com a necessidade emergencial de se intensificar a capacidade de vigilância e monitoramento permanente de ambientes públicos, mas além desta demanda a Secretaria Municipal de Educação possui a necessidade de calcular a frequência escolar por meio do registro de presença de aluno através de autenticações realizadas nos dispositivos faciais, que fornecerão com exatidão e em tempo real a presença de cada aluno nas unidades, proporcionando o acompanhamento dos gestores educacionais por meio da solução de acesso a relatórios, estatísticas e gráficos gerados e armazenados em nuvem, através de uma aplicação web, de forma global ou individual (visão global do município por unidade escolar)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

auxiliando na tomada de decisão. A solução tecnológica também visa aperfeiçoar a comunicação entre as unidades educacionais e os pais/responsáveis dos alunos, por meio de envio de notificação de entrada e saída dos alunos das unidades por envio de SMS/Whatsapp aos telefones cadastrados, respeitando a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.

3.2 O sistema deverá funcionar de forma que, depois de cadastrados, os alunos ao entrarem na escola passarão pelo equipamento que registrará sua presença, otimizando, também, o tempo do professor durante as aulas, uma vez que computada a presença do aluno ao entrar na escola, não é necessário fazer a chamada durante a aula. Outro ponto positivo será a diminuição das filas nos horários de início das aulas. Ressalta -se que o dispositivo deverá gerar uma participação maior dos responsáveis pelos alunos, uma vez que eles receberão o registro de frequência no celular via SMS. Sendo assim, será possível implantar melhorias nas condições de planejamento e intervenção imediata nas unidades que apresentarem baixos índices de frequência. Importante ressaltar que com os dados fornecidos por este sistema, a merenda poderá ser gerida de forma mais eficaz, evitando desperdícios e custos desnecessários. Proporcionando economia ao município.

3.3 Tal equipamento, acompanhado da aplicação web, deverá promover a padronização dos processos, de entrada e saída dos alunos, redução de custos, melhoria na gestão do tempo e, consequentemente, qualidade na dinâmica operacional das atividades administrativas, promoção e facilitação da integração da família do aluno através das notificações via celular, criando vínculos definitivos entre família e a escola. Deverá promover ainda, melhoria da qualidade da gestão educacional do município, pois estarão munidos de dados em tempo real da movimentação dos alunos nas unidades. Espera-se que a aplicação auxilie na geração de relatórios de controle de frequência de um determinado aluno que não compareceu à unidade escolar, além de identificação através de uma autenticação por reconhecimento facial, o que permite saber que, de fato, quem registrou sua presença na escola foi o próprio aluno, controle de dados estatísticos em benefício de programas do governo, manutenção de unidades, gestão de merenda e outros recursos públicos, requisição de verbas, entre outros, com a utilização das soluções tecnológicas é possível eliminar processos internos analógicos, elevando o tempo útil dos profissionais.

3.4 O Município de Macaé possui 115 unidades escolares as quais atendem, atualmente cerca de 42.000 alunos matriculados.

3.5 O Sistema de Circuito fechado de TV (SCFTV IP), tem como principal objetivo possibilitar o monitoramento de vários locais em um único ponto, centralizado e gerenciado, auxiliando a supervisão e controle predial, proporcionando mais segurança aos servidores, alunos e público em geral.

3.6 Controle de acesso, trânsito e localização de pessoas em todas as dependências com disponibilidade de aplicativo mobile para acionamento de sinal de emergência/pânico e imediata comunicação com a Guarda Municipal, Ronda Escolar e Polícia Militar.

3.7 Devido à complexidade da contratação, deverá estar contemplado os serviços de instalação, o serviço de manutenção e suporte técnico tanto dos equipamentos, quanto do sistema, bem como da hospedagem em nuvem pública de alta disponibilidade. Desta forma, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realização do serviço de forma integrada, como forma de assegurar qualidade na prestação do serviço, no gerenciamento dos dados. Ressaltamos que, por se tratar de um serviço muito específico e diferenciado, optamos pela realização de modo global a fim de atender as necessidades de qualidade, prazos e segurança na realização dos serviços, que são itens integrados em sua concepção técnica e operacional.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E VALOR TOTAL ESTIMADO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

4.1 Serviço a ser executado e valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN	QUANTIDADE	VALOR ANUAL
	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus adendos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé.	01	12 meses	R\$ 17.160.000,00

4.2 Cronograma de Execução:

Item	Etapa Única	Período
1, 5,7, 8 e 9	Serviço de instalação de infraestrutura de rede de energia AC 110/220 VAC e dados; Implementação de central de monitoramento local de 40"; Implementação de centro de monitoramento avançado de 160" Serviço de implantação de aplicação mobile de controle de informações através de hardware de controle;	A partir da Ordem de Início dos Serviços. 45 dias para implementação total.
Item	Etapa Mensal	Período
2	Câmeras IP full HD com gravação em nuvem.	Mensal (período de 12 meses) 60 dias para implementação total.
3	Catracas de entrada/saída e acesso a cadeirantes com dispositivos faciais inteligente	Mensal (período de 12 meses) 45 dias para implementação total.
4	Controle de acessos para portas manuais.	Mensal (período de 12 meses) 45 dias para implementação total.
5	Nobreak para manter a operação dos equipamentos por até 1 hora unidade.	Mensal (período de 12



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

		meses) 45 dias para implementação total.
6	Alarme monitorado.	Mensal (período de 12 meses) 45 dias para implementação total.
10	Software de integração, gerenciamento e cadastro de usuários de controle de acesso.	Mensal (período de 12 meses) 30 dias para implementação total.
11	Gestão e backup dos dados com fornecimento de link dedicado a internet.	Mensal (período de 12 meses) 30 dias para implementação total.

ITEM 1 CODIGO 21687: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE DE ENERGIA AC 110/220 VAC E DADOS TCP/IP E CABEAMENTOS CAT5/6E POR UNIDADE PARA COMUNICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM A WEB.

Objetivo geral:

· Garantir a instalação funcional, segura e em conformidade com as normas técnicas vigentes da infraestrutura elétrica e de dados necessária para a operação contínua e confiável dos equipamentos de controle de acesso e das câmeras CFTV IP em cada ponto designado.

Vistoria Técnica:

· Realização de vistoria prévia nos locais de instalação para levantamento de necessidades, definição de trajetos de cabos, pontos de energia e dados para controle de acesso e câmeras, e identificação de eventuais interferências ou necessidades específicas (incluindo análise de pontos de fixação e ângulos de visão para as câmeras).

Fornecimento de Materiais:

· Todos os materiais necessários para a execução completa dos serviços de infraestrutura

Infraestrutura Elétrica:

· Lançamento de circuitos elétricos independentes e dedicados para os equipamentos de controle de acesso e alimentação de switches PoE ou fontes específicas para câmeras, partindo de quadro de distribuição existente ou a ser instalado (conforme necessidade avaliada na vistoria).

· Instalação de disjuntores termomagnéticos individuais por circuito, devidamente dimensionados para a carga dos equipamentos e conforme norma ABNT NBR 5410.

· Passagem de cabos elétricos (fase, neutro e terra) em eletrodutos ou canaletas apropriadas, separadas da infraestrutura de dados, conforme normas.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Instalação de tomadas de energia padrão ABNT (2P+T) próximas a cada equipamento de controle de acesso que necessite de alimentação AC direta, na tensão especificada (110VAC ou 220VAC – a ser definida por ponto). Recomenda-se prever ambas as tensões se houver incerteza ou equipamentos mistos. Para câmeras IP, verificar se a alimentação será via PoE (Power over Ethernet) através do cabo de dados ou se necessitam de ponto de energia dedicado próximo (menos comum).

- Garantia de aterramento eficaz para todos os pontos e equipamentos conectados, conectado ao sistema de aterramento geral da edificação, conforme ABNT NBR 5410.

Infraestrutura de Dados (cabeamento estruturado):

- Lançamento de cabos de rede UTP Categoria 5 ou 6 (Cat5/6) no mínimo, sendo recomendado Categoria 6A (Cat6A) para melhor performance, maior longevidade e suporte a PoE de maior potência, desde o ponto de cada equipamento (controle de acesso e câmera CFTV IP) até o rack de telecomunicações ou switch mais próximo com disponibilidade de porta e capacidade PoE adequada (se aplicável). A categoria exata a ser utilizada deve ser definida em projeto ou pelo Contratante.

- Instalação de eletrodutos, canaletas ou esteiras dedicadas para o cabeamento de dados, garantindo separação física do cabeamento elétrico para evitar interferência eletromagnética, conforme ABNT NBR 14565.

- Conectorização dos cabos nas duas extremidades, utilizando conectores compatíveis com a categoria do cabo instalado.

- Na ponta do equipamento:

- Controle de Acesso: Tomada RJ45 fêmea (Keystone) em espelho/caixa de sobrepor adequada ou conector RJ45 macho diretamente, se aplicável ao equipamento.

- Câmera CFTV IP: Conector RJ45 macho, preferencialmente com capa de proteção ou solução adequada para ambiente externo/interno conforme localização da câmera.

- Na ponta do rack/switch: Conectorização em patch panel da categoria correspondente ou diretamente no switch (se aplicável e acordado), garantindo organização e identificação.

- Identificação clara e legível dos pontos de rede em ambas as extremidades, seguindo um padrão lógico (ex: catraca-01, facial-01, cam-entrada-01, cam-corredor- 02).

Obras Civas:

- Execução de cortes e aberturas em piso (concreto, granito, etc.), paredes e/ou forros para embutir eletrodutos/canaletas, quando necessário e definido na vistoria para passagem dos cabos de controle de acesso e CFTV.

- Recomposição do piso, paredes e/ou forros após a passagem da infraestrutura, com acabamento similar ao existente (material de acabamento final pode ser fornecido pelo contratante ou incluído no escopo, a definir).

- Fixação segura de eletrodutos, canaletas e caixas de passagem/tomadas e preparação dos pontos para fixação das câmeras (buchas, parafusos, etc.).

- Construção de telhados, coberturas e espaços de apoio se necessário.

Instalação dos Equipamentos:

- Fixação das catracas (pedestal e PCD) no piso, conforme especificações do fabricante e local definido.

- Instalação dos suportes para os terminais de reconhecimento facial nas catracas designadas.

- Fixação dos terminais de reconhecimento facial nos suportes, em altura e ângulo adequados para o uso.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Fixação das câmeras CFTV IP nos locais definidos (paredes, tetos, postes, etc.), utilizando suportes adequados, garantindo o ângulo de visão e o ajuste de foco/zoom inicial (se aplicável). Considerar proteções (domes, caixas de proteção) se necessário.

- Conexão física dos cabos de energia (quando aplicável) e dados aos respectivos equipamentos (catracas, faciais e câmeras).

Testes e Comissionamento:

- Teste de continuidade, tensão e aterramento em todos os pontos de energia instalados (AC).
- Verificação da alimentação PoE nos pontos das câmeras e equipamentos que a utilizam.
- Teste de certificação do cabeamento de rede Cat6/6A com equipamento apropriado, verificando parâmetros como mapa de fios, comprimento, perda de inserção, NEXT, PSNEXT, etc., para todos os pontos de dados (controle de acesso e CFTV), com apresentação de relatório.
- Teste básico de conectividade (ping) de cada ponto de rede (controle de acesso e CFTV) até o gateway da rede local ou switch principal.
- Verificação básica de imagem das câmeras (confirmação de que estão online e transmitindo vídeo na rede local, sem necessidade de configuração avançada de NVR/VMS neste escopo de infraestrutura).

Documentação:

- Entrega de "As-Built" simplificado indicando o trajeto dos cabos, localização dos pontos de energia/dados (incluindo os de câmeras) e identificação dos circuitos/pontos.
- Relatórios dos testes de certificação de rede para todos os pontos instalados.

Limpeza:

- Remoção de entulhos e limpeza da área de trabalho após a conclusão dos serviços.

Normas técnicas de referência:

- ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão.
- ABNT NBR 14565: Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers.
- ANSI/TIA-568 (última revisão): Commercial Building Telecommunications Cabling Standard.
- NR-10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- NR-35: Trabalho em Altura (se aplicável).
- Manuais e especificações técnicas dos fabricantes das catracas e terminais faciais.

Materiais especificação mínima:

- Cabos Elétricos: Flexíveis, antichama, seção dimensionada conforme carga e NBR 5410 (mínimo 1,5mm² para iluminação/comando, 2,5mm² para tomadas), isolamento mínima 750V. Cores padronizadas (azul claro para neutro, verde ou verde/amarelo para terra, outras cores para fases).
- Cabos de Rede: UTP Cat5/6 ou Cat6A, 4 pares trançados, 23 ou 24 AWG, CM, CMR ou LSZH conforme ambiente, de fabricante reconhecido (ex: Furukawa, Commscope, Nexans, Panduit).
- Eletrodutos/Canaletas: PVC rígido antichama ou metálico galvanizado (conforme ambiente e necessidade de proteção mecânica). Dimensionados para ocupação máxima de 40-50% da área interna útil. Canaletas com divisórias internas para separação de energia e dados, se usadas em conjunto.
- Conectores RJ45: Macho e fêmea (Keystone) Cat5/6 ou Cat6A, compatíveis com os cabos.
- Tomadas Elétricas: Padrão ABNT NBR 14136, 2P+T, 10A ou 20A conforme necessidade.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Disjuntores: Termomagnéticos, curva B ou C (conforme carga), capacidade de interrupção adequada, de fabricante reconhecido (ex: Schneider, Siemens, Steck, WEG).
- Quadros de distribuição (se necessário): Com barramento de neutro e terra, espaço de reserva, porta com identificação.
- Patch Panels (se aplicável): Cat5/6 ou Cat6A, 24 ou 48 portas, padrão 19".
- Materiais de Fixação e Acabamento: Parafusos, buchas, abraçadeiras, fitas isolantes, anilhas de identificação, caixas de passagem, espelhos, etc.

Execução e boas práticas:

- Todos os serviços devem ser executados por profissionais qualificados e com experiência comprovada.
- Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.
- Manter o local de trabalho organizado e sinalizado.
- Garantir a separação mínima entre cabos elétricos e de dados conforme NBR 14565.
- Realizar as conexões elétricas de forma segura, com terminais apropriados quando necessário.
- Evitar curvas acentuadas nos cabos de dados (respeitar raio mínimo de curvatura).
- Não exceder a tensão máxima de puxamento dos cabos UTP.
- Manter o destrançamento dos pares do cabo UTP no mínimo possível durante a conectorização (máx. 13mm).
- Identificar todos os componentes da instalação (cabos, tomadas, disjuntores).
- Seguir rigorosamente as recomendações dos fabricantes dos equipamentos a serem instalados.

Garantia:

- A empresa contratada deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses para os serviços executados e materiais fornecidos (exceto quando a garantia do fabricante do material for superior).

ITEM 02 – CODIGO 21660: LOCAÇÃO DE CÂMERAS IP FULLHD, COM POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO FACIAL E ANALÍTICOS COM GRAVAÇÃO EM NUVEM, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.

As câmeras fornecidas no regime de locação deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

- Tipo: Câmera de rede IP, formato Bullet, adequada para uso interno e externo.
- Sensores de Imagem: Equipadas com duplo sensor de imagem:
- Resolução mínima: Full HD (1920x1080 pixels) ou superior.
- Alta sensibilidade em condições de baixa luminosidade.
- Recursos de otimização de imagem como WDR (Wide Dynamic Range) para lidar com variações de iluminação.
- Iluminação infravermelha (IR) integrada com alcance adequado para monitoramento noturno eficaz.
- Compressão de Vídeo: Suporte aos padrões eficientes de compressão H.265+, H.265, H.264+, H.264 e MJPEG.
- Possibilidade de analíticos de vídeo inteligentes (VCA) integrados:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Conectividade: Interface de rede Ethernet RJ45 (10/100 Mbps ou superior).
- Protocolos: Suporte aos principais protocolos de rede (TCP/IP, IPv4/IPv6, HTTP, HTTPS, FTP, SMTP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, NTP, UPnP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, Bonjour) e conformidade com padrões de interoperabilidade como ONVIF (Perfil S, G, T).
- Armazenamento: Capacidade de gravação local (slot para cartão de memória SD/SDHC/SDXC) como backup e integração total com a solução de gravação em nuvem especificada.
- Segurança: Recursos de segurança robustos, incluindo autenticação de usuário, criptografia HTTPS, filtragem de endereço IP, proteção por senha complexa.
- Grau de Proteção: Mínimo IP66 ou IP67, garantindo proteção contra poeira e jatos d'água/imersão temporária.

Requisitos da solução de gravação em nuvem:

- Plataforma: Fornecimento de acesso a uma plataforma de gravação de vídeo em nuvem (VSaaS - Video Surveillance as a Service) robusta e segura.
- Armazenamento: Capacidade de armazenamento contínuo ou por eventos (conforme definido) de todas as câmeras contratadas, com período de retenção mínimo 30 dias.
- Acesso: Acesso remoto seguro à plataforma via navegador web e aplicativos móveis (iOS/Android) para visualização ao vivo, reprodução de gravações e gerenciamento de alertas.
- Segurança e Privacidade: A solução deve garantir a segurança dos dados armazenados, com criptografia em trânsito e em repouso, e estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Escalabilidade: A solução deve permitir a fácil adição ou remoção de câmeras conforme a necessidade.

Serviços incluídos na locação:

- Fornecimento dos Equipamentos: Entrega de todas as câmeras e acessórios necessários (fontes de alimentação, suportes) em regime de locação, conforme especificações.
- Instalação e Configuração: (Opcional, se aplicável) Instalação física das câmeras e configuração inicial na rede local e na plataforma de gravação em nuvem.
- Suporte Técnico: Suporte técnico remoto e/ou presencial para diagnóstico e solução de problemas relacionados ao hardware (câmeras) e software (plataforma de nuvem), com tempo de resposta e solução definidos em Acordo de Nível de Serviço (SLA).
- Manutenção Preventiva e Corretiva: Realização de manutenções preventivas periódicas e manutenções corretivas para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e da solução. Inclui a substituição de equipamentos defeituosos sem custo adicional durante a vigência do contrato.
- Monitoramento da Saúde do Sistema: Ferramentas que permitam o monitoramento proativo do status das câmeras e da conectividade com a nuvem.

ITEM 03 – CÓDIGO: 27430: LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO PARA CONTROLE DE ACESSO FÍSICO, COMPOSTO POR CATRACAS PARA GESTÃO DE ENTRADA/SAÍDA E ACESSO PCD, E POR DISPOSITIVOS DE IDENTIFICAÇÃO POR RECONHECIMENTO FACIAL COM CAPACIDADE PARA, NO MÍNIMO, 3.000 FACES.

O sistema integrado fornecido em regime de locação deverá ser composto por catracas e dispositivos de reconhecimento facial, atendendo, no mínimo, às seguintes características técnicas e de serviço:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

1. Especificações Técnicas da Catraca Pedestal

- **Tipo:** Catraca Pedestal.
- **Estrutura:** Aço carbono com pintura epóxi ou em aço inox AISI 304, oferecendo durabilidade e resistência à corrosão.
- **Mecanismo:** Eletromecânico robusto, com controle de giro bidirecional (entrada e saída).
- **Braços:** 3 braços em aço inox polido e/ou braço articulado.
- **Comunicação:**
 - o **Interface:** Ethernet (TCP/IP) 10/100 Mbps para comunicação direta com a rede e software de gerenciamento.
 - o **Portas Adicionais:** Pode incluir interfaces como RS232, RS485 ou Wiegand para integração com leitores ou controladoras externas.
 - **Memória:** Capacidade para armazenamento local de usuários (listas de acesso) e eventos (registros de passagem), permitindo operação offline.
 - **Recursos Adicionais:**
 - o **Pictogramas:** Indicadores luminosos (LEDs) para orientação de passagem (liberado/bloqueado/sentido).
 - o **Sinal Sonoro:** Beep para indicar status da liberação ou tentativa de acesso inválida.
 - o **Função Pânico (braço-que-cai):** O braço superior deve cair em caso de emergência ou falta de energia, liberando a passagem.
 - **Alimentação:** Fonte de alimentação bivolt automática (100-240 VAC).
 - **Ambiente de Operação:** Projetada para ambientes internos.

2. Especificações para Acesso PCD (Pessoa com Deficiência)

- **Largura:** Projetada para atender aos requisitos da norma ABNT NBR 9050, com vão livre de passagem de, no mínimo, 90cm, permitindo a passagem confortável de cadeiras de rodas.
- **Sinalização:** Pictogramas luminosos (setas verde/vermelho) para indicar a direção e o status da passagem (liberada/bloqueada), posicionados de forma visível.

3. Especificações Técnicas do Dispositivo de Reconhecimento Facial

- **Sistema Operacional:** Linux embarcado.
- **Tela (Display):**
 - o **Tamanho:** 4.3 polegadas
 - o **Tipo:** LCD Touch Screen capacitivo
 - o **Resolução:** 272 x 480 pixels
- **Câmera:**
 - o **Tipo:** Câmera dupla (Dual-lens)
 - o **Resolução:** 2 Megapixels (MP)
 - o **Recursos:** Amplo alcance dinâmico (WDR - Wide Dynamic Range).
- **Reconhecimento Facial:**
 - o **Capacidade de faces:** 3.000
 - o **Distância de reconhecimento:** 0.3 m a 1.5 m
 - o **Duração do reconhecimento:** Menor que 0.3 segundos por pessoa
 - o **Taxa de precisão:** ≥ 99%

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

o **Funcionalidade Anti-Spoofing:** Suporte à detecção de vivacidade para evitar fraudes com fotos ou vídeos.

· **Leitor de Cartão:**

o **Tipo de Cartão:** Mifare 1K (M1 card)

o **Frequência de leitura:** 13.56 MHz

o **Capacidade de Cartões:** 3.000

· **Capacidade de Armazenamento:**

o **Eventos:** 150.000 registros

· **Autenticação:**

o **Métodos suportados:** Reconhecimento facial, cartão de proximidade (Mifare) e senha (PIN).

o **Modos combinados:** Suporte a modos de autenticação combinados (ex: rosto + cartão).

· **Rede e Comunicação:**

o **Rede cabeada:** 1 Interface ethernet RJ45 auto-adaptativa (10/100/1000 Mbps)

o **Rede sem fio (Wi-Fi):** Suportado (IEEE 802.11b/g/n)

o **Protocolos de Rede:** TCP/IP

· **Interfaces:**

o **Rede:** 1x RJ45

o **RS-485:** 1

o **Wiegand:** 1 (configurável como entrada ou saída)

o **Saída de trava elétrica (Relé):** 1

o **Botão de saída:** 1

o **Entrada de sensor de Porta:** 1

o **Interface USB:** 1 (Tipo A)

o **Alarme de tamper (Violação):** 1

· **Áudio:**

o **Saída de Áudio:** Avisos sonoros (Voice Prompt).

· **Alimentação:**

o **Tensão:** 12 VDC

o **Corrente:** 1 A

o **Consumo:** ≤ 6 W

· **Ambiente de Operação:**

o **Temperatura:** -10 °C a 50 °C

o **Umidade:** 10% a 90% (Sem condensação)

· **Características Físicas:**

o **Nível de Proteção:** IP65 (Protegido contra poeira e jatos d'água)

o **Instalação:** Montagem em parede/superfície.

Serviços Incluídos na Locação do Sistema Integrado

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- **Fornecimento dos Equipamentos:** Entrega de todos os equipamentos (catracas, dispositivos faciais) e acessórios necessários (fontes de alimentação, suportes) em regime de locação, conforme especificações.
- **Instalação e Configuração:** Instalação física dos equipamentos e sua configuração inicial na rede local e na plataforma de gerenciamento.
- **Suporte Técnico:** Suporte técnico remoto e/ou presencial para diagnóstico e solução de problemas de hardware, com tempo de resposta e solução definidos em Acordo de Nível de Serviço (SLA).
- **Manutenção Preventiva e Corretiva:** Realização de manutenções periódicas e corretivas para garantir o pleno funcionamento da solução, incluindo a substituição de equipamentos defeituosos sem custo adicional durante a vigência do contrato.

ITEM 04 – CODIGO: 27430: LOCAÇÃO DE CONTROLES DE ACESSO PARA PORTAS MANUAIS POR RECONHECIMENTO FACIAL COM ARMAZENAMENTO E PROCESSAMENTO DE NO MINIMO 3000 FACES, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.

Os dispositivos fornecidos no regime de locação deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

Sistema Operacional:

- Linux embarcado Tela (Display):
- Tamanho: 4.3 polegadas
- Tipo: LCD Touch Screen capacitivo
- Resolução: 272 x 480 pixels Câmera:
- Tipo: Câmera dupla (Dual-lens)
- Resolução: 2 Megapixels (MP)
- Recursos: Amplo alcance dinâmico (WDR - Wide Dynamic Range) para bom desempenho em contraluz.

Reconhecimento Facial:

- Capacidade de faces: 3000
- Distância de reconhecimento: 0.3 m a 1.5 m
- Duração do reconhecimento facial: Menor que 0.2 segundos por pessoa
- Taxa de precisão do reconhecimento facial: $\geq 99\%$
- Funcionalidade Anti-Spoofing: Suporte à detecção de vivacidade para evitar fraudes com fotos ou vídeos.

Leitor de Cartão:

- Tipo de Cartão suportado: Mifare 1K (M1 card)
- Frequência de leitura: 13.56 MHz
- Capacidade de Cartões: 3.000 Capacidade de Armazenamento:
- Eventos: 150.000 registros Autenticação:
- Métodos suportados: Reconhecimento facial, cartão de proximidade (Mifare), senha (PIN).
- Modos combinados: Suporte a modos de autenticação combinados (ex: rosto + cartão).

Rede e Comunicação:

- Rede cabeada: 1 Interface ethernet RJ45 auto-adaptativa (10/100 Mbps)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Rede sem fio (Wi-Fi): Suportado (IEEE 802.11b/g/n)
 - Protocolos de Rede: TCP/IP Interfaces:
 - Rede: 1x RJ45
 - RS-485: 1
 - Wiegand: 1 (configurável como entrada ou saída)
 - Saída de trava elétrica (Relé): 1
 - Botão de saída (Exit Button): 1
 - Entrada de sensor de Porta: 1
 - Interface USB: 1 (Tipo A)
 - Alarme de tamper (Violação): 1 Áudio:
 - Saída de Áudio: Avisos sonoros (Voice Prompt) Alimentação:
 - Tensão: 12 VDC
 - Corrente: 1 A
 - Consumo de Energia: ≤ 6 W Ambiente de Operação:
 - Temperatura de Operação: -10°C a 50°C (14°F a 122°F)
 - Umidade de Operação: 10% a 90% Características Físicas:
 - Nível de Proteção: IP65 (Protegido contra poeira e jatos d'água de baixa pressão)
 - Instalação: Montagem em parede/superfície
 - Dimensões: 118.4 mm x 118.4 mm x 21.8 mm Fechadura Eletroímã:
 - Tipo: Fechadura Eletromagnética.
 - Força de Tração: Mínimo de 150 kgf.
 - Material: Acabamento em alumínio ou aço com tratamento anticorrosão.
 - Alimentação: 12 VDC.
 - Corrente de Operação: Conforme especificação do fabricante (Ex: 345 mA).
 - Modo de Operação: Fail Safe (energizado para travar / desenergizado para destravar).
 - Aplicação: Portas de madeira, divisórias, alumínio ou aço (pode requerer suportes específicos dependendo do tipo de porta e batente, os quais devem estar inclusos na solução).
 - Indicação Visual: LED para status (opcional, mas desejável).
 - Sensor de Status da Porta: Sensor integrado para indicar porta aberta/fechada (opcional, mas desejável).
 - Compatibilidade: Totalmente compatível com a saída de relé do terminal de controle de acesso especificado.
- Botoeira de Saída:**
- Tipo: Botão de Comando para Saída.
 - Material: Aço Inoxidável ou material de alta durabilidade e resistência.
 - Tipo de Contato: Contato seco NA/NF (normalmente aberto / normalmente fechado) selecionável ou disponível.
 - Capacidade dos Contatos: Adequada para a corrente e tensão do sistema de controle de acesso.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Instalação: De embutir ou sobrepor (conforme necessidade do local), com acabamento adequado.
- Durabilidade: Alto ciclo de operações.
- Compatibilidade: Totalmente compatível com a entrada de botão de saída do terminal de controle de acesso especificado.

Serviços incluídos na locação:

- Fornecimento dos Equipamentos: Entrega de todas os equipamentos e acessórios necessários (fontes de alimentação, suportes) em regime de locação, conforme especificações.
- Instalação e Configuração: (opcional, se aplicável) Instalação física dos equipamentos e configuração inicial na rede local e na plataforma de gerenciamento.
- Suporte Técnico: Suporte técnico remoto e/ou presencial para diagnóstico e solução de problemas relacionados ao hardware, com tempo de resposta e solução definidos em acordo de nível de serviço (SLA).
- Manutenção Preventiva e Corretiva: Realização de manutenções preventivas periódicas e manutenções corretivas para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e da solução. Inclui a substituição de equipamentos defeituosos sem custo adicional durante a vigência do contrato.

ITEM 05 – CODIGO:15750 LOCAÇÃO DE NOBREAKS PARA MANTER A OPERACAO DOS EQUIPAMENTOS POR 01 HORA, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.

Especificações Técnicas Mínimas: Os equipamentos a serem locados deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

- Potência Nominal: 600VA.
- Tensão Nominal de Entrada: 120V.
- Tensão Nominal de Saída: 120V.
- Tipo de Nobreak: Interativo (Line-interactive) ou superior.
- Forma de Onda (Modo Bateria): Senoidal por aproximação (PWM) ou senoidal
- Conexão de Entrada: Plugue padrão NBR 14136.
- Tomadas de Saída: Quantidade adequada para os equipamentos a serem conectados padrão NBR 14136.
- Proteções: Contra sobrecarga, curto-circuito, subtensão, sobretensão, descarga total da bateria.
- Bateria(s): Interna(s), selada(s), tipo VRLA, livre(s) de manutenção.

Requisito de Autonomia:

- O Nobreak fornecido, independentemente do modelo específico, deverá obrigatoriamente garantir uma autonomia mínima de 01 (uma) hora para a carga total dos equipamentos a ele conectados.

Serviços incluídos na locação:

- Fornecimento dos Equipamentos: Entrega de todas os equipamentos e acessórios necessários (fontes de alimentação, suportes) em regime de locação, conforme especificações.
- Instalação e Configuração: (opcional, se aplicável) Instalação física dos equipamentos e configuração inicial na rede local e na plataforma de gerenciamento.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Suporte Técnico: Suporte técnico remoto e/ou presencial para diagnóstico e solução de problemas relacionados ao hardware, com tempo de resposta e solução definidos em acordo de nível de serviço (SLA).
- Manutenção Preventiva e Corretiva: Realização de manutenções preventivas periódicas e manutenções corretivas para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e da solução. Inclui a substituição de equipamentos defeituosos sem custo adicional durante a vigência do contrato.

ITEM 06 – CÓDIGO: 14818 - LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E ALARME MONITORADO, COMPOSTO POR CENTRAL DE COMUNICAÇÃO SEM FIO COM CONECTIVIDADE VIA INTERNET (WI-FI), E POR ATÉ 15 SENSORES DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO PARA PORTAS, JANELAS E AMBIENTES INTERNOS.

- Este item abrange a locação de um sistema de alarme robusto e de alta tecnologia, projetado para oferecer segurança e monitoramento contínuo do patrimônio. A solução inclui uma central de controle com comunicação sem fio e conectividade Wi-Fi, além de até 15 sensores sem fio que serão fornecidos no kit de locação para instalação na unidade. Isso garante proteção eficaz e flexibilidade na cobertura, conforme a necessidade do local.
- Especificações Técnicas Mínimas:
- Os equipamentos a serem locados deverão atender, no mínimo, às seguintes características:
- Central de Alarme: Pannel de controle principal com processamento de eventos e interface para comunicação.
- Conectividade: Comunicação sem fio para todos os dispositivos (sensores, sirenes, etc.) e conectividade via internet (Wi-Fi) para monitoramento remoto e relatórios.
- Capacidade de Zonas: A central de alarme deve suportar um número adequado de zonas de detecção, compatível com a expansão futura e a integração de diversos tipos de sensores.
- Comunicação de Eventos: Envio de notificações de eventos (disparo de alarme, falha de energia, bateria baixa) via internet para plataformas de monitoramento ou aplicativos móveis.
- Armazenamento de Eventos: Registro interno de eventos com data e hora para histórico de atividades e auditoria.
- Alimentação: Opera com energia elétrica convencional e possui bateria interna recarregável para autonomia em caso de interrupção do fornecimento de energia.
- Sensores Inclusos no Kit de Locação (máximo de 15 unidades):
- Sensores de Abertura: Dispositivos sem fio para detecção de abertura de portas e janelas.
- Sensores de Presença: Dispositivos sem fio com tecnologia de infravermelho passivo (PIR) para detecção de movimento em ambientes internos.
- Sirene: Sirene interna de alta potência para sinalização sonora de intrusões.
- Teclado de Acesso: Interface para armar/desarmar o sistema e realizar configurações básicas.
- Controle Remoto (Opcional): Dispositivo para armar/desarmar o sistema à distância.
- Requisito de Configuração e Funcionalidade:
- O sistema de alarme fornecido deverá obrigatoriamente permitir a instalação e o gerenciamento dos até 15 sensores sem fio que compõem o kit de locação, os quais serão definidos conforme a necessidade do local a ser protegido. Deve proporcionar monitoramento remoto através de aplicativo, possibilitando armar, desarmar e visualizar o status do sistema de qualquer local com acesso à internet.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Serviços incluídos na locação:
- Fornecimento dos Equipamentos: Entrega de todos os equipamentos e acessórios necessários (central de alarme, até 15 sensores, sirene, teclado, fontes de alimentação, baterias) em regime de locação, conforme especificações.
- Instalação e Configuração: Instalação física da central de alarme, pareamento e configuração inicial dos até 15 sensores sem fio fornecidos na rede local e na plataforma de gerenciamento (aplicativo ou software).
- Suporte Técnico: Suporte técnico remoto e/ou presencial para diagnóstico e solução de problemas relacionados ao hardware e software do sistema de alarme, com tempo de resposta e solução definidos em acordo de nível de serviço (SLA).
- Manutenção Preventiva e Corretiva: Realização de manutenções preventivas periódicas e manutenções corretivas para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e da solução. Inclui a substituição de equipamentos defeituosos sem custo adicional durante a vigência do contrato

ITEM 07 – CODIGO: 21660: CENTRAL DE MONITORAMENTO LOCAL DE 40”

Equipamento de Exibição (Display):

- Item: Televisor (TV) LED 40 polegadas.
- Tamanho da Tela: 40 polegadas (diagonal).
- Resolução: Full HD (1920 x 1080 pixels), essencial para clareza das imagens de câmeras de alta definição.
- Conectividade: Pelo menos 1 (uma) porta de entrada HDMI, versão 1.4 ou superior (compatível com Full HD).
- Alimentação: AC 100-240V, 50/60Hz (padrão brasileiro).
- Padrão: VESA Cabeamento de Vídeo:
- Item: Cabo HDMI de Fibra Óptica Ativo (AOC - Active Optical Cable).
- Tipo: HDMI via Fibra Óptica Ativa. Garante a integridade do sinal em longas distâncias sem perda e imunidade a interferências eletromagnéticas.
- Versão HDMI: 2.0 (ou superior). Suporta resoluções até 4K@60Hz e largura de banda de 18 Gbps, garantindo compatibilidade com Full HD e futuras expansões.
- Conectores: HDMI Tipo A (Macho) em ambas as pontas.
- Direcionalidade: Crítico: Cabos HDMI de fibra óptica são direcionais. Com um conector marcado como "Source" (Fonte - conectar ao DVR/NVR) e outro "Display" (Tela - conectar à TV).
- Metragem: A ser definida no local. Medir a distância exata entre a saída HDMI do equipamento de gravação (DVR/NVR) e a entrada HDMI da TV, seguindo o trajeto planejado (incluindo curvas e passagem por canaletas/infraestrutura). Adicionar uma pequena folga (ex: 0.5m a 1m), mas evitar excesso. Não pode ser dobrado com ângulos agudos.
- Alimentação: Geralmente alimentado pela própria porta HDMI, mas verificar especificações do fabricante do cabo.

Suporte para TV:

- Item: Suporte de parede para TV.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Tipo: Fixo ou Inclinável (recomendado para monitoramento, oferece ajuste vertical). Evitar articulados se não houver necessidade de movimentação constante, pois fixos/inclináveis são mais robustos e discretos.
- Compatibilidade VESA: Deve ser compatível com o padrão VESA da TV escolhida.
- Capacidade de carga: Deve suportar o peso da TV de 40 polegadas com margem de segurança.
- Material: Aço carbono com pintura anticorrosiva.
- Kit de Instalação: Deve incluir parafusos para fixação na TV (diversas métricas) e parafusos/buchas adequados para o tipo de parede onde será instalado (alvenaria, drywall etc.).

Infraestrutura e acabamento:

- Item: Canaletas de PVC para passagem de cabos.
- Modelos de Referência: 10x20mm ou 16x40mm.
- Dimensões: Escolher a dimensão baseada na quantidade e espessura dos cabos a serem passados (cabo HDMI de fibra óptica + cabo de alimentação da TV). A canaleta de 16x40mm oferece mais espaço e facilidade na passagem, especialmente para o conector HDMI.
- Material: PVC rígido antichama.
- Tipo: Com fita adesiva dupla-face para fixação rápida ou sem adesivo para fixação com parafusos (mais seguro a longo prazo).
- Metragem: Suficiente para cobrir todo o trajeto dos cabos desde a origem (tomada/DVR) até a TV.
- Acessórios: Curvas, luvas de emenda, T's, tampas de acabamento, conforme necessidade do trajeto para um acabamento profissional.

Infraestrutura Elétrica:

- Item: Ponto de alimentação elétrica para a TV.
- Especificações Técnicas (Conforme NBR 5410)
- Tomada: 1 (uma) tomada padrão brasileiro (NBR 14136), 2P+T (Fase + Neutro + Terra), preferencialmente de 10ª.
- Tensão: Compatível com a tensão da rede local (127V ou 220V) e com a especificação da TV.
- Circuito: Recomenda-se que seja alimentada por um circuito dedicado ou de tomadas de uso geral (TUG) com proteção adequada no quadro de distribuição.
- Disjuntor: Disjuntor termomagnético compatível com a corrente do circuito (Ex: 10A ou 16A).
- Fiação: Cabos com seção nominal adequada (mínimo 1,5mm², recomendado 2,5mm² para tomadas), com isolamento antichama.
- Aterramento: O pino de Terra da tomada deve estar funcional e conectado ao sistema de aterramento da edificação para segurança do equipamento e do usuário.
- Proteção Adicional: Instalação de um DPS (Dispositivo de Proteção contra Surtos) classe III na tomada ou no circuito que alimenta a TV para proteção contra picos de tensão.

ITEM 08 – CODIGO: 21660: CENTRO DE MONITORAMENTO AVANÇADO DE 160”

Equipamento de Exibição (Display):

- Monitores para Video Wall:

o Quantidade: 04 (quatro) unidades

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

o Modelo: TV 40 Polegadas

· Controlador de Video Wall:

o Quantidade: 01 (uma) unidade

o Modelo: Video Wall Machine Controller 2x2 4 Telas Ultra HD 4K

· Cabeamento de Vídeo Principal:

o Quantidade: 01 (uma) unidade

o Tipo: Cabo HDMI Fibra Óptica 2.0

o Comprimento: 20 metros

o Especificação: Suporte a 4K@60Hz

· Estação de Processamento (Computador Dedicado):

o Quantidade: 01 (uma) unidade

o Especificações Mínimas:

o Processador (CPU): Intel Core i7 (13ª/14ª Geração, e.g., i7-13700K/i7- 14700K) ou AMD Ryzen 7/9 (Série 7000, e.g., Ryzen 7 7700X/Ryzen 9 7900X). Alternativa de Alta Performance: Intel Core i9 (13ª/14ª Gen) ou AMD Ryzen 9 (7950X).

o Placa de Vídeo (GPU): Solução com no mínimo 4 (quatro) saídas de vídeo independentes (HDMI ou DisplayPort), capacidade de renderização 4K e suporte a aceleração de decodificação H.264/H.265. Recomendações: NVIDIA GeForce RTX 4070/4070Ti/4080, AMD Radeon RX 7800XT/7900XT, ou NVIDIA RTX A-Series (e.g., A2000 12GB, A4000). A seleção final considerará a compatibilidade e disponibilidade de 4 saídas.

o Memória RAM: 64 GB DDR4 ou DDR5 (conforme plataforma de CPU/Placa- mãe selecionada), otimizada para operação contínua e multitarefa intensiva.

o Armazenamento Primário: SSD NVMe de alta velocidade (mínimo 1TB recomendado) para Sistema Operacional e Software VMS.

o Placa-Mãe: Compatível com os componentes selecionados, com interfaces adequadas (PCIe, USB 3.x, Rede Gigabit).

o Fonte de Alimentação (PSU): Capacidade adequada (potência nominal superior ao consumo máximo estimado do sistema), com certificação de eficiência (mínimo 80 Plus Bronze) e qualidade para operação 24/7.

o Gabinete: Formato adequado (Torre ou Rackmount, conforme necessidade) com excelente fluxo de ar para garantir a refrigeração dos componentes em operação contínua.

o Sistema Operacional: Windows 11 Pro 64-bits ou Linux compatível (a ser definido conforme VMS utilizado).

· Periféricos quantidade: 01 (um) kit de teclado e mouse sem fio USB ABNT2 ou equivalente.

· Materiais Auxiliares: Cabos de força, adaptadores de vídeo (se necessários), organizadores de cabos e demais pequenos materiais indispensáveis para a montagem e conexão dos equipamentos listados.

A execução de instalação contempla as seguintes atividades:

· Instalação Física do Video Wall:

· Montagem e fixação dos 04 monitores em estrutura/suporte adequado (a ser fornecido ou definido em conjunto com o cliente) na configuração 2x2.

· Alinhamento e nivelamento preciso dos monitores para garantir a continuidade visual.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Instalação dos Equipamentos:
 - Instalação física do Controlador Video Wall Machine Controller 2x2.
 - Montagem interna dos componentes do Computador de Alto Desempenho.
 - Instalação do Sistema Operacional e drivers essenciais no computador.
 - Conectividade:
 - Passagem e conexão do cabo HDMI Fibra Óptica de 20 metros entre o computador e o controlador do video wall.
 - Conexão do controlador do video wall às 4 TVs utilizando cabos HDMI de curta distância (inclusos se padrão do controlador, ou fornecidos à parte se necessário).
 - Conexão das 4 saídas de vídeo da GPU do computador ao controlador do video wall (ou diretamente às telas, dependendo da topologia final e capacidade do controlador).
 - Conexão dos periféricos (teclado e mouse) ao computador.
 - Configuração:
 - Configuração do software do Controlador Video Wall para operar no modo 2x2, criando uma superfície de exibição única ou gerenciando as 4 telas conforme especificado.
 - Configuração do sistema operacional do computador para reconhecer e gerenciar as múltiplas saídas de vídeo destinadas ao video wall.
 - Configuração básica de rede no computador (IP, máscara, gateway) para conectividade à rede local (se aplicável).
 - Testes e Validação:
 - Testes funcionais de exibição no video wall, verificando a correta distribuição da imagem.
 - Verificação da estabilidade e desempenho básico do computador.
 - Teste de funcionamento dos periféricos.
 - Organização:
 - Organização básica dos cabos na área da estação de trabalho e atrás do video wall para segurança e estética.
- Ao final do serviço, será entregue:
- Centro de Monitoramento Remoto funcional composto por: Video Wall 2x2 (4x TVs 40"), Computador de Alto Desempenho, Controlador de Video Wall e Periféricos, devidamente instalados, conectados e configurados para exibição.
 - Sistema testado quanto à funcionalidade básica de hardware e exibição no video wall, pronto para a instalação/integração do software VMS pelo cliente.

ITEM 09 – CODIGO: 25860: SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE APLICAÇÃO MOBILE DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES ATRAVES DE HARDWARE DE CONTROLE, HOSPEDADA EM NUVEM PARA CONTROLE DE ACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA/PÂNICO, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.

A solução deverá ser composta pelos seguintes módulos e funcionalidades: Aplicativo Móvel (App)

- Plataformas Suportadas: Compatível com os sistemas operacionais Android e iOS mais recentes, disponível para download nas respectivas lojas oficiais (Google Play Store e Apple App Store).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Instalação e Autenticação: Instalação simplificada. Acesso mediante autenticação segura por usuário e senha individuais, previamente cadastrados na plataforma de gerenciamento.
- Botão de Alerta/Pânico:
- Interface intuitiva com um botão de alerta/pânico proeminente e de fácil acionamento.
- Mecanismo para minimizar acionamentos acidentais (ex: confirmação ou tempo de pressão).
- Ao ser acionado, o aplicativo deve transmitir, em tempo real e de forma segura (via HTTPS), as seguintes informações para a plataforma de monitoramento:
- Identificação única da Unidade associada ao usuário.
- Identificação do Usuário (opcional, conforme configuração de privacidade).
- Coordenadas geográficas (GPS) do dispositivo no momento do acionamento (com permissão do usuário).
- Timestamp (data e hora) do acionamento.
- Nível de bateria do dispositivo (recomendável).
- Status da conexão de dados/Wi-Fi (recomendável).
- Funcionamento Offline: Capacidade de armazenar localmente um acionamento caso o dispositivo esteja sem conexão e transmiti-lo automaticamente assim que a conexão for restabelecida.
- Notificações: Capacidade de receber notificações push da plataforma central (ex: confirmação de recebimento do alerta, mensagens da central).

Plataforma de Monitoramento e Gestão (Web)

- Acesso: Plataforma baseada em nuvem, acessível via navegador web padrão de mercado (Chrome, Firefox, Edge atualizados), com acesso restrito mediante autenticação segura (usuário e senha) e controle de perfis de permissão.
- Painel de Alertas (Dashboard de Monitoramento):
- Exibição em tempo real dos alertas recebidos em um painel centralizado.
- Sinalização visual e sonora configurável para novos alertas.
- Informações exibidas por alerta: Nome/ID da Unidade, Nome/ID do Usuário (se aplicável), Data/Hora do Alerta, Localização (preferencialmente em mapa interativo), Status do Alerta (Novo, Em Atendimento, Resolvido, Falso Alarme, etc.).
- Filtros e ordenação de alertas por status, unidade, data/hora.
- Gestão de Alertas:
- Funcionalidade para o operador "Aceitar" ou "Acionar Atendimento" de um alerta, mudando seu status.
- Campo para registro de observações, ações tomadas e detalhes do atendimento para cada alerta.
- Histórico de mudanças de status e interações do operador com o alerta.
- Mecanismo de Verificação ("contra senha"):
- A plataforma deve exibir, para o operador que está tratando o alerta, a "contra senha" ou código de verificação previamente cadastrado para a unidade ou usuário que originou o alerta.
- Este código deve ser utilizado pelo operador durante o contato telefônico ou outro meio com a unidade/usuário para confirmar a autenticidade da emergência antes de escalar a resposta.
- Gerenciamento de Cadastros:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Unidades: Interface para cadastrar, editar, ativar/inativar e excluir unidades (localidades, departamentos, etc.). Possibilidade de associar informações relevantes (endereço, telefones de contato, responsável, "contra senha").
- Usuários: Interface para cadastrar, editar, ativar/inativar e excluir usuários. Associação de usuários a unidades específicas. Atribuição de credenciais de acesso ao app móvel.
- Perfis de Permissão: Sistema de controle de acesso baseado em perfis (ex: Administrador, Operador de Monitoramento, Supervisor, Usuário App) com permissões granulares para acesso a funcionalidades da plataforma e visualização de dados.
- Relatórios:
- Geração de relatórios gerenciais e operacionais customizáveis.
- Exemplos: Relatório de alertas por período, por unidade, por tipo de status, por operador; Relatório de tempo de resposta; Log de atividades dos usuários da plataforma.
- Opção de exportação dos relatórios em formatos comuns (ex: PDF, CSV, XLSX).
- Dashboard Geral (Visão Gerencial):
- Painel com indicadores gráficos (KPIs) sobre a operação.
- Exemplos: Número total de alertas no período, alertas ativos, distribuição de alertas por status, tempo médio de primeiro atendimento, unidades com maior número de acionamentos.

Requisitos Não Funcionais

- Hospedagem: Solução hospedada em ambiente de nuvem de alta disponibilidade (mínimo 99,5% de uptime mensal), escalável e seguro.
- Comunicação entre app móvel e plataforma criptografada (HTTPS/TLS).
- Armazenamento seguro dos dados em repouso (criptografia de banco de dados).
- Proteção contra vulnerabilidades comuns (OWASP Top 10).
- Política de senhas fortes e logs de auditoria de acesso e ações na plataforma.
- Desempenho: Baixa latência na entrega de alertas (< 10 segundos do acionamento no app até a exibição no painel). Interface da plataforma web responsiva.
- Usabilidade: Interfaces do app e da plataforma web deve ser intuitivas e de fácil utilização para os respectivos perfis de usuário.
- Escalabilidade: Arquitetura que permita o crescimento futuro no número de usuários, unidades e volume de alertas sem degradação significativa de performance.

Escopo dos serviços incluídos

- Implantação e Customização: Instalação, configuração inicial da plataforma e do aplicativo, eventuais customizações de baixa complexidade acordadas (ex: identidade visual básica).
- Hospedagem em Nuvem: Fornecimento e gerenciamento da infraestrutura em nuvem necessária para a operação da solução.
- Treinamento: Capacitação dos usuários administradores e operadores da plataforma de monitoramento. Fornecimento de material de apoio/manual do usuário para o app móvel.
- Suporte Técnico: Canais de suporte técnico (telefone, e-mail, portal) para resolução de dúvidas e problemas, com níveis de serviço (SLA) definidos para tempo de resposta e solução.
- Manutenção: Manutenção corretiva (correção de bugs), preventiva e evolutiva (atualizações de segurança, novas funcionalidades menores, compatibilidade com novas versões de SO mobile e navegadores).

Hardware de controle

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Dispositivo desbloqueado para que você escolha a companhia telefônica de sua preferência.
- Tela IPS de 6.6".
- Tem 2 câmeras traseiras de 50Mpx/2Mpx.
- Câmeras frontais de 8Mpx.
- Processador Octa-Core de 2GHz com 8GB de RAM.
- Bateria de 5 Ah.
- Memória interna de 128GB.
- Com reconhecimento facial e sensor de impressão digital.

ITEM 10 – CODIGO:15741: SOFTWARE DE INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CADASTRO DE USUÁRIOS DE CONTROLE DE ACESSO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.

Plataforma Centralizada de Gerenciamento de Segurança:

A solução deverá contemplar uma plataforma de software unificada, robusta e escalável, solução comprovadamente equivalente, que integre as funcionalidades de configuração, gerenciamento, monitoramento e cadastro para o sistema de controle de acesso e Câmeras.

Gerenciamento de Dispositivos e Configuração:

- Gerenciamento Centralizado: A plataforma deve permitir adicionar, configurar, monitorar o status (online/offline) e gerenciar centralizadamente todos os dispositivos de controle de acesso (reconhecimento facial) conectados à rede.

- Configuração Remota: Possibilitar a configuração remota de parâmetros essenciais dos dispositivos, incluindo:

- o Configurações de rede (TCP/IP, porta de comunicação, servidor).

- o Sincronização de data e hora.

- o Personalização da interface do dispositivo, incluindo a exibição do logotipo da instituição (escola/secretaria/prefeitura) nas telas aplicáveis.

- Comandos Remotos: Suportar o envio de comandos remotos aos terminais, como reinicialização, reset de fábrica, abertura de porta (se aplicável), sincronização de dados de usuários e eventos.

- Modo Offline: Garantir que os terminais de reconhecimento facial operem de forma autônoma (offline), autenticando usuários e registrando eventos mesmo em caso de falha de comunicação com o servidor central. Os dados devem ser sincronizados automaticamente quando a comunicação for restabelecida.

- Atualização de Firmware: Permitir a atualização remota do firmware dos dispositivos através da plataforma central.

Gerenciamento de Pessoas e Credenciais:

- Cadastro Unificado: A plataforma deve oferecer um módulo centralizado para o cadastro e gerenciamento de usuários (alunos, funcionários, visitantes), incluindo:

- o Dados Pessoais (Nome, ID, Turma, Responsável Associado etc.).

- o Cadastro de templates faciais, suportando o registro via captura direta por câmera compatível ou upload de fotos de alta qualidade.

- o Associação de diferentes tipos de credenciais (facial, cartão, senha - se necessário) a um mesmo usuário.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

o Gerenciamento de períodos de validade para usuários (ex: ano letivo para alunos, contratos para terceiros).

o Possibilidade de cadastro em lote (importação de dados de planilhas ou outros sistemas).

- Sincronização: Garantir a sincronização automática e eficiente dos dados de usuários e suas credenciais faciais com os dispositivos de controle de acesso designados.

- Banco de Dados: Utilização de banco de dados robusto e seguro, preferencialmente hospedado em nuvem pública ou em servidor local seguro, gerenciado pela plataforma central.

Controle de Acesso Lógico:

- Níveis de Acesso e Grupos: Permitir a criação de múltiplos níveis de acesso (ex: Acesso Geral Alunos, Acesso Restrito Secretaria, Acesso Visitantes) e grupos de acesso.

- Horários e Zonas de Tempo: Possibilitar a definição de horários e calendários específicos (zonas de tempo) durante os quais o acesso é permitido para diferentes grupos ou indivíduos (ex: horário de aula, acesso em contraturno, feriados).

- Regras de Acesso: Permitir a atribuição flexível de níveis de acesso e horários a usuários ou grupos, definindo quem pode acessar qual local e quando.

- Anti-Passback (Opcional, mas desejável): Suporte a regras de anti-passback para evitar que um usuário entre ou saia duas vezes seguidas sem o registro correspondente no sentido oposto, se aplicável à topologia de leitores.

Monitoramento e Auditoria:

- Monitoramento em Tempo Real: Dashboard com visualização em tempo real dos eventos de acesso (entradas e saídas autenticadas, tentativas negadas) em todas as unidades, com informações do usuário, local, horário e status.

- Logs Detalhados: Armazenamento seguro e detalhado de todos os eventos de acesso e operações do sistema para fins de auditoria.

- Pesquisa e Filtro: Ferramentas eficientes para pesquisar e filtrar eventos por data, hora, usuário, dispositivo, tipo de evento, etc.

- Dados Auditáveis: Todas as ações de configuração, cadastro e exclusão na plataforma devem ser registradas em logs de auditoria, identificando o operador, data/hora e ação realizada.

Interface e Idioma:

- Interface Intuitiva: A interface da plataforma de gerenciamento (cliente desktop ou web) deve ser intuitiva e amigável.

- Idioma: A plataforma de gerenciamento deve possuir interface totalmente em português (Brasil) nativo.

Comunicação e Integração:

- Conectividade: Os dispositivos de reconhecimento facial devem suportar comunicação via rede Ethernet. A infraestrutura de rede Wi-Fi (se utilizada para outros fins) e o link de internet são de responsabilidade da Contratada/Cliente (conforme definido no TR).

- Protocolos: Comunicação segura entre dispositivos e servidor utilizando protocolos padrão como TCP/IP, com criptografia (ex: TLS). Suporte a HTTP/HTTPS para integrações web, se aplicável.

- API/SDK: A plataforma central deve obrigatoriamente deverá fornecer uma API (Application Programming Interface) ou SDK (Software Development Kit) robusta e bem documentada.

o Documentação: Fornecimento de documentação completa e clara da API/SDK em português.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

o Funcionalidades da API: A API deve permitir, no mínimo, a consulta de eventos de acesso, consulta e cadastro/modificação de usuários e integração com o sistema de notificação em massa via SMS.

Aplicação Web Complementar:

- Plataforma e Hospedagem: Uma aplicação web, preferencialmente desenvolvida em plataforma no-code/low-code para agilidade, hospedada em nuvem pública (AWS, Azure, Google Cloud, etc.) com garantia de alta disponibilidade (SLA mínimo de 99,5%) e escalabilidade automática ou sob demanda.

- Integração: A aplicação web deverá integrar-se via API/SDK com a Plataforma Central de Gerenciamento para obter os dados de acesso e presença dos alunos.

- Dashboard e Monitoramento:

o Painel administrativo web com visualização em tempo real da situação de presença dos alunos (presente, ausente, entrada/saída) por unidade escolar e de forma consolidada (geral).

o Indicadores visuais e gráficos resumindo a frequência diária/semanal/mensal.

- Relatórios:

o Geração de relatórios de frequência, presença, ausência, atrasos e saídas antecipadas.

o Filtros por unidade escolar, turma, aluno, período (dia, semana, mês, personalizado).

o Hierarquia de Acesso: Permissões de acesso aos relatórios baseadas em perfis.

o Exportação: Exportação de relatórios nos formatos PDF e CSV.

o Visualização Gráfica: Inclusão de gráficos estatísticos nos relatórios e dashboards.

- Integração SMS: Integração nativa ou via API com um sistema de notificação em massa via SMS para envio de alertas aos responsáveis cadastrados (ex: notificação de ausência não justificada, comunicados gerais).

- Usabilidade: Interface 100% web, responsiva (adaptável a diferentes tamanhos de tela), intuitiva e de fácil utilização para usuários administrativos e pedagógicos, sem necessidade de instalação de software cliente.

Cadastros na Aplicação Web:

A aplicação web deverá permitir o cadastro e gerenciamento das seguintes entidades (podendo sincronizar parte dos dados com a Plataforma Central via API, se aplicável):

- Unidade

- Locais de Acesso (Portarias, Blocos - para referência nos relatórios)

- Alunos (com associação ao cadastro da Plataforma Central)

- Visitantes (se o controle for estendido a eles)

- Responsáveis (com dados de contato para notificações SMS/whatsapp)

- Horários Segurança da Informação:

A solução completa (Plataforma Central e Aplicação Web) deve atender aos seguintes requisitos mínimos de segurança:

- Comunicação Segura: Criptografia SSL/TLS para toda comunicação web (HTTPS) e entre componentes do sistema.

- Armazenamento Seguro: Dados sensíveis (templates faciais, dados pessoais) armazenados de forma criptografada no banco de dados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- Senhas: Senhas de usuários da plataforma e aplicação web deve ser armazenadas utilizando criptografia unidirecional (hashing) com salt.
- Infraestrutura: Utilização de Firewalls de borda e de aplicação web (WAF), sistemas de prevenção de intrusão (IPS/IDS) na infraestrutura de nuvem ou local.
- Vulnerabilidades: Processos de monitoramento contínuo de vulnerabilidades e aplicação de patches de segurança.
- Gestão de Incidentes: Processos claros para gerenciamento, notificação e resposta a incidentes de segurança.
- LGPD: A solução deve estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a privacidade e segurança dos dados dos titulares.

Principais Características:

- Plataforma Unificada: Gerencia vídeo (se houver), controle de acesso, alarme, etc., em um só lugar.
- Gerenciamento Centralizado de Dispositivos: Configuração, status, firmware.
- Gerenciamento Robusto de Pessoas/Credenciais: Cadastro detalhado, múltiplos tipos de credenciais, sincronização eficiente.
- Lógica de Controle de Acesso Avançada: Níveis de acesso, horários, regras flexíveis.
- Monitoramento em Tempo Real: Visão clara dos eventos conforme acontecem.
- Logs e Auditoria Completos: Rastreabilidade de eventos e ações.
- API/SDK para Integração: Permite conectar com outros sistemas (como o de SMS ou sistemas acadêmicos).
- Escalabilidade: Suporta desde pequenas instalações até grandes projetos com milhares de dispositivos e usuários.
- Segurança: Funções nativas de segurança para proteger dados e acessos.

Implantação:

- A solução deve garantir a comunicação entre os equipamentos e o sistema web.
- A solução deve poder ser publicada em servidor em nuvem.
- O equipamento deve permitir cópia de segurança dos dados e ser compatível com clusterização para redundância no armazenamento.
- A solução deve ter interface para incluir/alterar/consultar dados armazenados.
- Deve ser capaz de armazenar e organizar os eventos por ano letivo.
- A solução deve permitir integração com aplicação web para captura remota dos logs de eventos dos usuários cadastrados ou não, com hora, dia e unidade escolar.
- A solução deve ter um serviço para enviar os cadastros de usuários para os equipamentos, com alterações e remoções agrupados por escola, independentemente do número de dispositivos.
- A solução web deve permitir download das bases de dados das unidades, por usuário com privilégio.
- A solução deverá possuir aplicação cliente que deverá capturar as imagens dos usuários cadastrados;
- A solução deverá possuir um serviço capaz de recuperar as informações de acesso em caso de falha de comunicação. Dessa forma, devem ser retornados todos os acessos contidos no

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

dispositivo, com, no mínimo, as seguintes informações: identificador do usuário, data e hora no momento do acesso;

- O contratante designará servidores públicos da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia para apoio e orientação aos técnicos da empresa a ser contratada para implantação do sistema, definindo os administradores do sistema.
- Deverão ser realizados todos os processos de homologação, validação e implementação no ambiente de produção pela empresa contratada em conjunto com a contratante, em que deverá ser demonstrado o perfeito funcionamento do equipamento;
- No processo de implantação do equipamento a empresa contratada deverá ministrar treinamentos presenciais aos usuários que utilizarão o sistema, implantando uma metodologia de multiplicadores para facilitar.
- A empresa a ser contratada terá a obrigação de realizar o projeto geral de implantação em 60 dias a partir da ordem de serviço, após a chegada dos equipamentos que deverão ser entregues no máximo 30 dias após a assinatura do contrato.
- O sistema de monitoramento funcionará 24h por dia durante os 7 (sete) dias da semana.

ITEM 11 – CODIGO: 27758: GESTÃO E BACKUP DOS DADOS COM FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO FULLDUPLEX, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.

Gestão e Backup de Dados:

· Escopo do Backup:

o **Imagens de Câmeras (NVDs):** Backup das gravações de vídeo capturadas por todos os NVDs (Network Video Devices, como NVRs ou DVRs). **O armazenamento destas imagens será realizado por um período máximo de 90 dias.**

o **Dados do Sistema de Acesso:** Backup completo e consistente do banco de dados que armazena informações do sistema, incluindo, mas não se limitando a:

§ Cadastros de usuários (dados pessoais).

§ Fotografias para reconhecimento facial.

§ Registros e logs de acesso. **Estes dados (cadastros, fotos faciais e registros de acesso) serão armazenados por tempo indeterminado, enquanto o contrato estiver vigente.**

· Metodologia de Backup:

o Implementação de rotinas de backup automatizadas e agendadas, utilizando estratégias combinadas (backup completo, incremental e/ou diferencial) para otimizar o uso de recursos.

o A frequência dos backups será definida em conformidade com os requisitos operacionais e de segurança. A política de retenção observará os períodos distintos definidos acima, em total conformidade com os requisitos legais (incluindo LGPD) e regulatórios aplicáveis.

o Validação periódica da integridade dos backups e testes de restauração (recovery drills) para assegurar a eficácia do processo em cenários de necessidade.

· Armazenamento e Segurança:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

o Os dados de backup serão armazenados em local seguro, física e logicamente segregado do ambiente de produção, preferencialmente em data center ou ambiente de nuvem que atenda a certificações de segurança reconhecidas (ex: ISO 27001).

o Utilização de criptografia em trânsito (durante a transferência dos dados) e em repouso (nos dispositivos de armazenamento) para proteger a confidencialidade das informações.

o Implementação de controle de acesso rigoroso aos dados de backup, baseado em funções e privilégios mínimos necessários.

Conformidade com a LGPD:

- Todo o processo de coleta (implícita no armazenamento para backup), tratamento (backup, armazenamento, restauração) e eliminação dos dados (expurgo após período de retenção) observará os princípios da LGPD, incluindo finalidade legítima (segurança e recuperação), adequação, necessidade, livre acesso (quando aplicável e solicitado pelo titular), segurança, prevenção e não discriminação.
- As fotografias de acesso, por serem dados pessoais sensíveis ou biométricos (dependendo da classificação), receberão tratamento especial com medidas de segurança reforçadas.
- Garantia de mecanismos para atender aos direitos dos titulares, conforme aplicável ao contexto de backup (ex: confirmação da existência de tratamento, informação sobre o período de retenção).

Infraestrutura de Rede - Link Dedicado Full-Duplex:

· **Fornecimento e Autonomia:** A contratada deverá fornecer, instalar e manter ativo um link de comunicação de dados **exclusivo e independente da infraestrutura de rede da Prefeitura de Macaé**, por localidade atendida, operando em **modo full- duplex**, com capacidade de envio e recebimento simultâneo de dados na velocidade contratada. É vedado o compartilhamento ou o uso de rede existente da Administração Pública.

· **Capacidade e Dimensionamento:** O link deverá possuir **banda garantida e simétrica**, com **largura de banda mínima de 10 Mbps por dispositivo ativo** (como câmeras IP, terminais de reconhecimento facial, sensores, etc.), por localidade. A velocidade de **upload** será fator crítico e deverá estar dimensionada para suportar o tráfego **simultâneo de todos os dispositivos**, garantindo fluidez, estabilidade e baixa latência na transmissão de vídeos e dados sensíveis. A empresa contratada deverá apresentar **memória de cálculo técnica** detalhando a metodologia adotada para o dimensionamento da banda em cada ponto de rede.

· **Requisitos Técnicos do SLA:** O link fornecido deverá observar os seguintes parâmetros mínimos de desempenho, formalizados em contrato de **Acordo de Nível de Serviço (SLA)**:

o Disponibilidade: **≥ 99,8% mensal**

o Latência: **≤ 50 ms**

o Jitter: **≤ 10 ms**

o Tempo máximo de reparo: **≤ 4 horas corridas** após notificação

· **Finalidade e Segurança:** O link dedicado será utilizado como **via principal para a transmissão segura e contínua dos dados gerados pelo sistema de segurança eletrônico**, especialmente os arquivos de imagem, registros de acesso, alarmes e backups para o centro de

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

dados em nuvem ou local. Deverá empregar **criptografia de nível empresarial (mínimo AES-256)** para proteção dos dados em trânsito.

· **Redundância e Continuidade Operacional:** Este link dedicado fará parte da estratégia de **resiliência da infraestrutura de conectividade**, atuando como canal **prioritário e autônomo**. Caso a unidade possua outro link de internet institucional, o sistema deverá ser configurado com mecanismo de **failover automático ou balanceamento de carga**, garantindo continuidade da operação em caso de falha parcial da rede.

4. SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO

4.1. O suporte técnico e a manutenção técnica, mecânica e operacional, dos equipamentos e softwares deverá ser efetuada nos locais onde estes estiverem instalados, de forma contínua, de modo a mantê-los em permanente, plena e eficaz capacidade produtiva, sem qualquer interrupção ou falha, seja do ponto de vista dos equipamentos, seja do ponto de vista da operacionalidade dos softwares utilizados, inclusive com dispositivo/sistema que garanta o fornecimento ininterrupto de energia elétrica (ex., nobreak), através de pessoal próprio da CONTRATADA, sem quaisquer ônus, encargos ou responsabilidades para o CONTRATANTE.

4.2. Caso seja necessária a retirada ou substituição de algum equipamento, está se fará por conta da CONTRATADA.

4.3. Disponibilizar um Software de Gestão de Web de Help Desk para o gerenciamento, monitoramento e abertura de ocorrências.

4.4. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico, classificado em três níveis e será prestado por equipe capacitada, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Macaé, conforme abaixo:

TIPO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
Primeiro Nível	Trata dúvidas relacionadas à utilização e às características do sistema.	Contratada
Segundo Nível	Assistência com análise, diagnóstico e solução de problemas relacionados ao sistema, tanto em seus aspectos operacionais quanto legais. Assistência com análise, diagnóstico, monitoração, solução de problemas, atualizações e otimização de desempenho.	Contratada
Terceiro	Quando necessário, os técnicos	Contratada



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

Nível	responsáveis pelo atendimento do chamado deverão comparecer aos locais devidamente identificados, devendo agendar sua visita à localidade com antecedência.	
-------	---	--

Quanto à análise, diagnóstico e solução de problemas, os gestores por parte da Prefeitura de Macaé e a Contratada determinarão a severidade do problema, respeitadas as situações abaixo:

GRAU	DEFINIÇÃO DA SEVERIDADE
1	Problema que implique na impossibilidade do uso do equipamento/sistema, com grave impacto para uma ou mais usuários.
2	Problema de alto impacto que prejudique o uso do equipamento/sistema por uma ou mais usuários, mas possibilitando a continuidade de uso parcial da solução e mantendo os níveis mínimos de continuidade dos serviços oferecidos.
3	Problema de médio e baixo impacto que dificulte parcial e não relevantemente o uso das funções do equipamento/sistemas por uma ou mais usuários, impossibilitando o uso de funções não essenciais à continuidade dos serviços oferecidos.
4	Questões gerais de uso, recomendações para melhorias ou modificações futuras do equipamento/sistema, não impactando a qualidade, desempenho ou funcionalidades.

A severidade para um chamado específico poderá ser reclassificada a critério da Prefeitura. Caso isso ocorra, haverá a readequação da contagem de prazos com base na hora de abertura do chamado e em conformidade com o novo nível de severidade e o disposto na Tabela Abaixo.

Todos os prazos expostos na Tabela Abaixo têm como termo inicial o horário de abertura do chamado pela Prefeitura junto à Contratada.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

PRAZO	GRAU DE SEVERIDADE			
	1	2	3	4
INÍCIO DE ATENDIMENTO	2h	2h	4h	Conforme estabelecido pela Prefeitura de Macaé
SOLUÇÃO PROVISÓRIA DE CONTORNO	4h	12h	24h	Conforme estabelecido pela Prefeitura de Macaé

Entende-se por início de atendimento da tabela acima a hora de chegada ao local onde está instalado o equipamento/sistemas, ou contato telefônico do técnico de suporte.

Entende-se por solução provisória de contorno a que minimize o impacto do problema, cessando temporariamente quaisquer impedimentos ao pleno uso do equipamento/sistema, garantindo a continuidade dos serviços.

A Prefeitura de Macaé poderá concordar com a extensão dos prazos expostos na acima para um chamado específico, sem que essa excepcionalidade altere o contrato ou possa servir como base para extensão automática de outros chamados e prazos por parte da Contratada.

5. DO DESENVOLVIMENTO NOVAS FUNCIONALIDADES:

6.1 A CONTRATADA irá dispor de equipe técnica de desenvolvimento para novas e futuras implementações, e funções que vierem a serem necessárias, mediante aprovação de orçamento previamente apresentado pela contratada;

6.2 Deverá conter desenvolvimento de uma API (Application Programming Interface) para comunicação entre os dispositivos e o sistema web;

6.3 Todas as informações geradas pelo dispositivo serão armazenadas no serviço (API) para serem disponibilizadas ao sistema web;

6.4 Atualizações do serviço (API), quando disponibilizadas pelo departamento de desenvolvimento para correção de eventuais inconsistências, assim como melhorias contínuas, mediante apresentação de orçamento quando fugirem do escopo apresentado neste projeto;

6. DA GARANTIA TECNOLÓGICA:

6.1 Se ao término do contrato não houver interesse na renovação por parte da Prefeitura de Macaé ou por parte da empresa a ser contratada, essa empresa deverá garantir o direito de acesso para consulta e impressão dos dados oriundos da operacionalização da mesma, disponibilizar todas as ordens de serviço geradas durante a vigência do contrato. Essa garantia deverá ser por um período de 6 (seis) meses. A CONTRATADA deverá ainda, fornecer mensalmente nas medições e ao final do contrato através de Termo de Recebimento definitivo de backup de dados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

6.2 A empresa contratada deverá garantir a manutenção do equipamento ofertado, visando mantê-lo em conformidade com as legislações vigentes, sem nenhum ônus adicional para a Prefeitura de Macaé, no período de vigência do contrato;

6.3 Enquanto estiver no período de garantia do equipamento, as manutenções corretivas necessárias não poderão ser cobradas caso não sejam referentes aos eventuais defeitos de fabricação;

6.4 Os dispositivos de biometria facial que forem constatados defeitos de fabricação serão automaticamente substituídos enquanto durar o período de garantia. Essa substituição deverá ser automática;

6.5 Em caso de mau uso ou imperícia, sobrecargas elétricas, fontes e acessórios queimados ou danificados, danos como quebras, arranhões e vandalismo, cabos elétricos danificados, cortados ou rompidos, oxidação, portas LAN sem comunicação, queimadas ou danificadas, furtos e roubos, a contratada deverá declarar estar ciente de que, na constatação da prática de atos acima, estará sujeita ao ônus da substituição do dispositivo com valor de mercado encontrado na época;

7. DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1 A empresa vencedora deverá efetuar a instalação dos dispositivos, bem como a execução dos serviços solicitados, nos endereços abaixo descritos:

7.2 A entrega dos materiais, bem como a instalação e manutenção, deverá ser efetuada, segunda à sexta-feira no horário das 08:00 às 17:00 horas, nos endereços deste termo de referência.

7.3 Os equipamentos, caso apresentem defeitos, deverão ser relacionados pelo técnico da licitante vencedora e, após aprovação do fiscal do contrato, será providenciada sua troca pela licitante vencedora.

7.4 Em caso da entrega do equipamento, bem como sua instalação, sejam executadas em desacordo com o especificado serão rejeitadas, parcial ou totalmente, conforme o caso, podendo ser aplicadas sanções previstas em contrato.

7.5 As solicitações de autorização para as visitas nas unidades deverão ser solicitadas na Prefeitura de Macaé, que informará às unidades por meio de memorando com dois dias de antecedência a visita das empresas. O horário de funcionamento das unidades é de segunda à sexta-feira no horário das 08:00 às 17:00 horas.

8. QUANTITATIVO ESTIMADO POR UNIDADE:

Código INEP	UNIDADE	CAMERA	CATRACA COM RECONHECIMENTO FACIAL	CONTROLE DE ACESSO FACIAL	NOBREAKS	ALARME MONITORADO
33015198	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL MAI PREFEITO ALCIDES RAMOS	16	3	4	4	1
33015201	EMEI MAI CARMEN DE	16	3	4	4	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	JESUS FRANCA					
33015325	EEM NOSSO SENHOR DOS PASSOS	16	3	4	4	1
33015376	CM AROEIRA	32	4	4	5	1
33015384	EM AMIL TANOS	16	3	4	4	1
33015406	CEM COQUINHO	16	3	4	4	1
33015414	CM ERALDO MUSSI	16	3	4	4	1
33015430	COLEGIO ESTADUAL MUNICIPALIZADO ANA MARIA BACELLAR LEITE E SANTOS	16	3	4	4	1
33015449	EEM JACYRA TAVARES DUVAL	16	3	4	4	1
33015457	EM PROF JOAQUIM LUIZ FREIRE PINHEIRO	16	3	4	4	1
33015465	EM JOFFRE FROSSARD	16	3	4	4	1
33015473	EEM POLIVALENTE ANISIO TEIXEIRA	32	4	4	5	1
33015481	EM PROF ANTONIO ALVAREZ PARADA	16	3	4	4	1
33015538	EMEI ATTILA DE AGUIAR MALTEZ JUNIOR	13	3	4	4	1
33015554	EEMEI ANNA BENEDICTA DA SILVA SANTOS	16	3	4	4	1
33015562	EM LIONS	16	3	4	4	1
33015570	CM GENERINO TEOTONIO DE LUNA	32	4	4	5	1
33015635	EMEI ELEA TATAGIBA DE	16	3	4	4	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	AZEVEDO					
33015643	CM ANCYRA GONCALVES PIMENTEL	32	4	4	5	1
33015686	CIEP 058 M OSCAR CORDEIRO	32	4	4	5	1
33015708	EMEI NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	16	3	4	4	1
33015775	EM ATERRADO DO IMBURO	13	3	4	4	1
33015783	EEM CAETANO DIAS	13	3	4	4	1
33015791	EMEI CHRISTOS JEAN KOUSOULAS	16	3	4	4	1
33015805	CM ENGENHO DA PRAIA	32	4	4	5	1
33015821	EEMEI PROF MARIA MAGDALA AGOSTINHO CIPRIANI	13	3	4	4	1
33015830	CM JOSE CALIL FILHO	16	3	4	4	1
33015848	CM PROF SAMUEL BRUST	32	4	4	5	1
33015856	CM RENATO MARTINS	32	4	4	5	1
33015872	EM MARIA CRISTINA CASTELLO BRANCO DA CRUZ	13	3	4	4	1
33015880	CM WOLFANGO FERREIRA	32	4	4	5	1
33015899	CM ZELITA ROCHA DE AZEVEDO	32	4	4	5	1
33015910	EMEI DR JUVENTINO DA SILVA PACHECO	16	3	4	4	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

33015988	EEM CARLOS GASPAR	13	3	4	4	1
33016054	EM ZELIA DE SOUZA AGUIAR	13	3	4	4	1
33016240	EEM CORREGO DO OURO	16	3	4	4	1
33016305	EEM FAZENDA SANTA MARIA	16	3	4	4	1
33016321	CM PEDRO ADAMI	16	3	4	4	1
33016330	CEM RAUL VEIGA	16	3	4	4	1
33016356	CEM CAROLINA CURVELLO BENJAMIN	16	3	4	4	1
33016380	EEM FANTINA DE MELLO	16	3	4	4	1
33016402	CM IVETE SANTANA DRUMOND DE AGUIAR	13	3	4	4	1
33016445	EMEI THEREZINHA LOURENCO DA SILVA	13	3	4	4	1
33016488	COLEGIO MUNICIPAL DO SANA	16	3	4	4	1
33093768	EMEI PROF EMILSON DE JESUS MACHADO	16	3	4	4	1
33093776	CM DR CLAUDIO MOACYR DE AZEVEDO	32	4	4	5	1
33100845	EMEI PROF HILDA RAMOS MACHADO	16	3	4	4	1
33100853	EMEI MAI PROF MARIA DAS DORES SOUZA TAVARES	13	3	4	4	1
33100861	EM MARIA AUGUSTA DE AGUIAR	13	3	4	4	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	FRANCO					
33100870	EMEI MAI MARIA CECILIA TOURINHO FURTADO	16	3	4	4	1
33100896	CIEP M PROF DARCY RIBEIRO	32	4	4	5	1
33100918	CIEP 455 M MARINGA	32	3	4	4	1
33100934	EEM LEONEL DE MOURA BRIZOLA	32	3	4	4	1
33100950	EM PROF EDA MOREIRA DAFLON	32	3	4	4	1
33112339	EMEI PROF CANDIDA MARIA DA SILVA VIEIRA	13	3	4	4	1
33112347	EMEI PROF MARIA JOSE FERREIRA BARROS	13	3	4	4	1
33112363	EMEI OLIMPIA RIBEIRO DOS SANTOS MACHADO	13	3	4	4	1
33117241	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AO ESCOLAR - MOD I	8	3	4	4	1
33118930	EMEI PROF MARIA DE MARIS SARMENTO TORRES	16	3	4	4	1
33125830	EMEI PROF THEREZINHA CARVALHO MOREIRA	13	3	4	4	1
33126330	EM DOLORES GARCIA RODRIGUEZ	16	3	4	4	1
33127505	EMEI	13	3	4	4	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	WANDERLEY QUINTINO TEIXEIRA					
33130825	EPM PROF MARIA ANGELICA RIBEIRO BENJAMIN	16	3	4	4	1
33130833	EMEI PROF NEIVA MARIANO DOS SANTOS	13	3	4	4	1
33130841	EMEI LUIZ CARLOS MARTINS	16	3	4	4	1
33130850	EM PROF NEUZA MARIA DE ALMEIDA	32	3	4	4	1
33130868	EMEI PROF MARIA LIRA BERALDINI CAMPOS	13	3	4	4	1
33139431	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AO ESCOLAR - MOD III	8	3	4	4	1
33139563	EM ALMIR FRANCISCO LAPA	32	3	4	4	1
33139636	CM PROF MARIA LETICIA SANTOS CARVALHO	32	3	4	4	1
33139822	EM INTERAGIR	16	3	4	4	1
33142955	EMEI PROF ARLETE RIBEIRO JOSE	13	3	4	4	1
33142963	EMEI AMCORIN	16	3	4	4	1
33142971	EMEI PROF MARLI VASCONCELOS LEMS	16	3	4	4	1
33142998	EMEI CLEIDE	16	3	4	4	1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	CANELA DE SOUZA					
33143005	EM PROF SANDRA MARIA DE OLIVEIRA ARAUJO FRANCO	16	3	4	4	1
33143021	CM PROF MARIA ISABEL DAMASCENO SIMAO	32	3	4	4	1
33143030	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AO ESCOLAR - MOD IV	8	3	4	4	1
33146314	EMEI PROF MARIA DA CONCEICAO CARVALHO	13	3	4	4	1
33146322	EMEI PROF CELITA REID FERNANDES	16	3	4	4	1
33146349	EMEI PROF JOSE BRUNO DE AZEVEDO	13	3	4	4	1
33146373	EMEI PROF LIA KOPP FRANCO	13	3	4	4	1
33146381	ESCOLA MUNICIPAL DE ARTES MARIA JOSE GUEDES	13	3	4	4	1
33146411	CM BOTAFOGO	32	3	4	4	1
33146438	EMEI PROF ANGELA MARIA FELIX PEREIRA	13	3	4	4	1
33146462	EMEI PROF GESIA DE OLIVEIRA	13	3	4	4	1
33146470	EMEI PROF LAURA SUELI DE CAMPOS	16	3	4	4	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	BACELAR					
33151156	EMEI PROFESSORA ARLEA CARVALHO JOSE	16	3	4	4	1
33151164	CM NEUSA GOULART BRIZOLA	32	3	4	4	1
33151180	EMEI PROF ANA CRISTINA FERREIRA AZARANY ALMEIDA	16	3	4	4	1
33151199	EMEI PROF ESMERIA PEREIRA REID DOS SANTOS	16	3	4	4	1
33151210	EMEI PROF MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA DAS DORES	16	3	4	4	1
33151229	EMEI ALCINA MUZZY DE JESUS	13	3	4	4	1
33154473	EM PROF LETICIA PECANHA DE AGUIAR	16	3	4	4	1
33156964	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AO ESCOLAR ALAN CALDAS PACHECO - MOD V	8	3	4	4	1
33156972	CM PROF ELZA IBRAHIM	32	3	4	4	1
33166897	ETM NATALIO SALVADOR ANTUNES	16	3	4	4	1
33168342	CM TARCISIO PAES DE	16	3	4	4	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	FIGUEIREDO					
33171297	EMEI PROF AFONSO CORREA SABINO	16	3	4	4	1
33171300	EM OLGA BENARIO PRESTES	32	3	4	4	1
33171327	EM PAULO FREIRE	32	3	4	4	1

33171432	EMEI ANDRE VINICIUS DE SOUZA GONCALVES	16	3	4	4	1
33176582	EM SONIA REGINA DE SOUZA LAPA	16	3	4	4	1
33176590	EMEI MARLENE DINIZ CALDAS	13	3	4	4	1
33176620	EMEI PROF EDDA EVELYN D SIMAO ALMEIDA	13	3	4	4	1
33181942	EMEI PROF NORMA SHIRLEY DA S FERNANDES	16	3	4	4	1
33187991	EMEI PROF JOSE AUGUSTO ABREU AGUIAR	13	3	4	4	1
33188955	EMEI PROF ELISA MARIA SILVA DE AZEVEDO PORTUGAL	13	3	4	4	1
33190380	EM PROF ELISABETE DE AZEVEDO D BRANDAO	32	3	4	4	1
33548226	EM ONILDA MARIA DA COSTA	32	3	4	4	1
33548234	COLEGIO DE APLICACAO	16	3	4	4	1
	CENTRO DE LOGISTICA1	8	3	4	4	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	CENTRO DE LOGISTICA2	8	3	4	4	1
	CEMEAS1	8	3	4	4	1
	CEMEAS2	8	3	4	4	1
	CEMEAS3	8	3	4	4	1
	CEMEAS4	8	3	4	4	1
	CEMEAS5	8	3	4	4	1
	CEMEAS6	8	3	4	4	1
	CENTRO DE IDIOMAS	8	3	4	4	1
	PRÉDIO ADMINISTRATIVO	16	3	4	4	1

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

9.1 O Contrato terá vigência de 01 (um) ano meses a contar de sua assinatura, podendo ser aditivado na forma da Lei por igual período, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração, assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro. Podendo ser rescindido antes do prazo estabelecido, mediante comunicação formal a Contratada no prazo de 30 dias de antecedência, sem ônus para a contratante. Sendo a execução contratual interrompida, bem como os pagamentos.

9.2 O prazo para aceitação provisória dos serviços será de 05 (cinco) dias corridos, contados da comunicação escrita da CONTRATADA informando o término dos serviços.

10. DA FUNDAMENTAÇÃO:

10.1. A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O presente processo tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus adendos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé.

10.3. A adoção de tecnologias avançadas para o monitoramento e apoio à segurança, permitirá ainda, em conformidade com legislações pertinentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurar o tratamento adequado dos dados pessoais e sensíveis dos usuários. Por fim, a implementação deste sistema contribuirá significativamente para aprimorar atender aos requisitos de modernização e eficiência almejados pela Prefeitura de Macaé.

10.4. A contratação será por meio de licitação na modalidade **PREGÃO**.

10.5. O tipo de licitação é o **MENOR PREÇO**.

10.6. A adjudicação será **GLOBAL**.

10.7. O regime de execução será o de empreitada por preço global.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

10.8. Será efetuada uma **PROVA DE CONCEITO**, com seu roteiro no **ADENDO C**, de caráter eliminatório com a licitante mais bem classificada para os itens 02, 03, 04, 09 e 10.

10.8.1. A prova deverá ser realizada no prazo de 01 (um) dia útil a contar do pedido formalizado pelo Pregoeiro e registrado em Ata.

10.8.1.1. Caso ocorra desistência, recusa, ou outro fato impeditivo para a realização da prova de conceito, o Pregoeiro poderá antecipar a convocação da licitante remanescente.

10.8.2. O não comparecimento para a realização da prova de conceito no prazo definido e/ou reprovação na prova de conceito, a licitante será desclassificada, sendo comunicado a todos os licitantes, e, em ato contínuo, convocação da(s) empresa(s) remanescente(s), em ordem de classificação, para apresentação de amostra no prazo previsto deste Termo.

10.8.3. A Comissão Avaliadora, caso entenda necessário, poderá solicitar que determinado item seja dispensado ou demonstrado novamente em virtude de eventuais dúvidas mesmo após a demonstração pelo licitante;

10.9 Não será vedada a participação de empresas em consórcio, desde que seja observada a similaridade do objeto pelas empresas participantes.

10.10 Considerando o volume e a complexidade dos serviços, tendo em vista que será necessário que a empresa possua estrutura e capacidade técnica para atender a demanda não será aplicado o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe os Art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. Deste modo, justifica-se pela inviabilidade de aplicar o inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, em razão de se causar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto ora solicitado, amparado nos termos do art.49 inc. III da mesma Lei. Assim, aplica-se o procedimento licitatório em **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.

10.11. Esta contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual, para o exercício de 2025.

10.12. A contratação será realizada no Sistema de Registro de Preços.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Secretaria Municipal de Educação (28.01)

Programa de Trabalho: 12.122.0055.2.343.000 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMED

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 145

Fonte de Recurso: 573

Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

Programa de Trabalho: 12.361.0033.2.349.000 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 -Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 219

Fonte de Recurso: 500

Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

Programa de Trabalho: 12.361.0033.2.349.000 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 220

Fonte de Recurso: 573

Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

Programa de Trabalho: 12.365.0033.2.215.000 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 369

Fonte de Recurso: 500

Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

Programa de Trabalho: 12.365.0033.2.215.000 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Número Reduzido: 370

Fonte de Recurso: 573

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.3. Quanto à habilitação técnica, será exigido do licitante o seguinte:

12.3.1. Certidões ou atestados, emitidos por entidades da Educação Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem capacidade técnica na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, comprovando a realização de pelo menos 10% (dez por cento) dos serviços referentes à parcela de maior relevância técnica e operacional ao objeto deste Termo de Referência, e que comprovem o desempenho satisfatório dos serviços, devidamente averbados e registrados no conselho profissional competente.

Parcela de maior relevância técnica:

* Item 2 – Quantidade exigida: 250 equipamentos;

* Item 3 - Quantidade exigida: 37 equipamentos;

* Item 4 - Quantidade exigida: 25 equipamentos;

* Item 5 - Quantidade exigida: 50 equipamentos;

A exigência de atestado tem por fundamento a comprovação da qualificação técnica dos participantes do certame a fim de verificar se a empresa possui ou não condições de realizar os serviços (objeto da licitação) de forma a evitar que empresas sem experiência na prestação dos serviços inviabilizem, por incapacidade técnica, a execução do contrato.

A escolha dos itens de maior relevância foi baseada na complexidade técnica relacionada aos serviços, referente ao sistema de segurança eletrônico (SSE) da Secretaria de Educação da Prefeitura de Macaé.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

A Prefeitura de Macaé se ressalva do direito de vir a fazer diligências para aferir a veracidade das informações colocadas na proposta pela empresa adjudicada, para que então ocorra a assinatura do contrato entre as partes.

12.3.2. Comprovação de possuir Certificação de adequação e conformidade das normas e requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações), indicando que a empresa implementou políticas e medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais e sensíveis coletados e processados.

Adicionalmente, a empresa contratada deverá:

a) Designar formalmente um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), em conformidade com o art. 41 da LGPD, apresentando seu nome e contatos à Administração Pública no ato da assinatura contratual, mantendo-os atualizados durante toda a vigência do contrato;

b) Apresentar um Plano de Resposta a Incidentes de Segurança, prevendo comunicação à Administração, aos titulares e à ANPD no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a ciência do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD;

c) Dispor de Política de Retenção e Descarte de Dados Pessoais, assegurando que o tratamento seja realizado apenas pelo período necessário ao cumprimento das finalidades contratuais, observadas as hipóteses legais de conservação previstas na LGPD.

12.3.3. Comprovação de possuir autorização do fabricante para realizar manutenções dos equipamentos utilizados.

12.3.4. Visita Técnica Facultativa:

12.3.4.1. Atestado de visita técnica do local onde será executado o serviço, conforme **ADENDO IV**, expedido pela Secretaria Municipal de Educação. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, de segunda a sexta feira no horário das 09:00h às 17:00h, através do telefone [\(22\)2763-6312](tel:(22)2763-6312) ou por endereço eletrônico – e-mail: sectec@macae.rj.gov.br, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da licitação. A última visita ocorrerá até o último dia anterior a data da realização do certame e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante. O local de encontro para o representante da licitante será definido no momento do agendamento da visita técnica, de onde seguirá juntamente com o representante designado pela Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia até o local de execução dos serviços.

Caso a empresa opte por não realizar a visita, deverá apresentar Declaração, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, conforme **ADENDO IV** deste Termo de Referência, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita técnica e que **não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros**, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar o Município de Macaé Grande.

Não será permitida a reunião de vários licitantes numa mesma data e horário, para evitar o conhecimento prévio acerca do universo de licitantes.

A falta de apresentação do atestado de visita técnica ou da declaração de conhecimento das áreas onde serão executados os serviços, será motivo de inabilitação do licitante.

12.3.5. Responsabilidade Técnica:

12.3.5.1. A empresa deverá possuir registro ativo no CREA ou CFT, demonstrado através de Certidão de Registro;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

12.3.5.2. Comprovação de possuir em seu quadro funcional ou como sócio, na data prevista da entrega da proposta, profissional de nível superior (engenheiro elétrico ou eletrônico ou telecomunicações) reconhecido por entidade competente (CREA) ou (técnico em eletrotécnica) reconhecido por entidade competente (CFT) responsável técnico pelos serviços a serem contratados, mediante apresentação de contrato social ou carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços, acompanhado da certidão de acervo técnico com a respectiva certidão de atribuições profissionais com ART/RRT registrada compatível com o objeto da licitação.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1 Permitir o acesso dos empregados da licitante vencedora ao local da entrega do equipamento e do serviço a ser realizado, desde que devidamente identificados.

13.2 Efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas neste termo de referência.

13.3 - Prestar informações que venham a ser solicitadas pelos empregados da licitante vencedora.

13.4 Comunicar formal, circunstanciada e tempestivamente à licitante vencedora qualquer anormalidade havida durante a execução do contrato.

13.5 Observar para que durante a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e qualificações exigidas para a pactuação.

13.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

13.7 Não permitir, em hipótese alguma, a reparação de possíveis problemas por intermédio de pessoas não qualificadas.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.1 Efetuar a entrega do equipamento e a execução do serviço no local e período descritos.

14.2 Atender às observações e reclamações do servidor responsável pela fiscalização, concernentes à entrega do equipamento e à execução do serviço;

14.3 Especificar a marca do equipamento bem como o serviço solicitado, facilitando a conferência da nota fiscal;

14.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a entrega do equipamento e a execução de serviço e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta na Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

14.5 Reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções no prazo máximo de 7 (sete) dias após notificação da Secretaria Municipal de Educação;

14.6 Reconhecer, por este instrumento, que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à Prefeitura de Macaé, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de execução do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a prefeitura, ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar;

14.7 Tratar como confidenciais e zelar pelo sigilo de todos os dados, informações e documentos que tomar conhecimento em decorrência do contrato, não devendo divulgá-los a terceiros sem o prévio e expresso consentimento da contratante, responsabilizando-se individual ou solidariamente, de forma administrativa, civil, criminal ou fiscal, segundo a legislação aplicável e em vigor, em caso de descumprimento.

14.8 O sistema deverá garantir que o acesso ao banco de dados seja restrito somente às pessoas indicadas pelo CONTRATANTE, devendo ser garantida a absoluta integridade,

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

inviolabilidade e segurança dos dados, através de servidor proprietário, vedada a hospedagem das informações/banco de dados em nuvem, para garantir o atendimento a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

15. DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será realizado pela Prefeitura de Macaé, em moeda corrente nacional, em até 30 dias após o cumprimento do objeto e apresentação da nota fiscal e dos documentos elencados no item a seguir.

15.2. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, junto a cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa a débitos federais;
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de guias pagas e Certidões de Regularidade da Situação/CRF;
- c) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade perante a Procuradoria Estadual.
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual.
- f) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal.

16. DA FISCALIZAÇÃO:

16.1 A Prefeitura de Macaé fiscalizará o contrato, registrando todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas;

16.2 A Prefeitura de Macaé se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o recebimento do equipamento e a execução do serviço que estiverem em desacordo com o solicitado;

16.3 A existência de atuação da fiscalização e operacionalidade pela Prefeitura de Macaé em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado;

17. DAS SANÇÕES:

17.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado pela Prefeitura de Macaé, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa sobre o valor do contrato e/ou empenho, por atrasos injustificados ou negligência na entrega dos produtos e na prestação dos serviços;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a administração municipal de até dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

17.2 No caso de impedimento de licitar, a licitante vencedora será descredenciada perante o sistema pelo igual período, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais comunicações legais.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

17.3 Qualquer penalidade aplicada será precedida da observância do contraditório e da ampla defesa.

18. DA VISITA TÉCNICA:

As empresas interessadas em participar desta licitação poderão comparecer à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, para vistoriar os postos de trabalhos, objeto deste edital. A visita será efetivada para todos os interessados, mediante agendamento prévio com a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação, de segunda a sexta feira no horário das 09:00h às 17:00h, através do telefone [\(22\) 2763-6312](tel:(22) 2763-6312) ou por endereço eletrônico – e-mail: sectec@macae.rj.gov.br, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da licitação. O Município fornecerá o Atestado de Visita e informações Técnicas, conforme modelo no Edital.

19. CONDIÇÕES GERAIS:

19.1 - As rotinas, especificações e quantitativos constantes deste termo, são apenas referência de serviços a serem verificados de uma forma geral. Assim, este termo jamais é exaustivo, havendo sempre a possibilidade de exceções, que justificadas, serão prontamente acatadas.

19.2 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão jamais constituir pretexto para a contratada pretender cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á a contratada como especializada na execução dos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado no valor global da sua proposta também as complementações por acaso omitidas nas especificações, mais implícitas e necessárias ao adimplemento do objeto.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ADENDO B

ENDEREÇOS PREVISTOS PARA INSTALAÇÃO

	Código INEP	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO
1	33015198	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL MAI PREFEITO ALCIDES RAMOS	ANTONIO BICHARA FILHO, 668 BOTAFOGO. 27946-130 Macaé - RJ.
2	33015201	EMEI MAI CARMEN DE JESUS FRANCA	NOSSA SENHORA DA GLORIA, 745 PRAIA CAMPISTA. 27920-360 Macaé - RJ.
3	33015325	EEM NOSSO SENHOR DOS PASSOS	SAO JOSE, 185 BOTAFOGO. 27946-265 Macaé - RJ.
4	33015376	CM AROEIRA	ALCEBIADES DE AZEVEDO, 186 AROEIRA. 27946-080 Macaé - RJ.
5	33015384	EM AMIL TANOS	LEOPOLDINA NEVES PINHEIRO, 160 AROEIRA. 27945-330 Macaé - RJ.
6	33015406	CEM COQUINHO	PROFESSOR GUSMAO, 400 PRAIA CAMPISTA. 27923-311 Macaé - RJ.
7	33015414	CM ERALDO MUSSI	H, 486 MALVINAS. 27946-340 Macaé - RJ.
8	33015430	COLEGIO ESTADUAL MUNICIPALIZADO ANA MARIA BACELLAR LEITE E SANTOS	CARLOS ALBERTO FRAGOSO, 0 IMBOASSICA. 27925-533 Macaé - RJ.
9	33015449	EEM JACYRA TAVARES DUVAL	AVENIDA PASARGADA, 34. NOVO CAVALEIROS. 27930-300 Macaé - RJ.
10	33015457	EM PROF JOAQUIM LUIZ FREIRE PINHEIRO	WALTER ALMEIDA, 0 ALTO DOS CAJUEIROS. 27915-200 Macaé - RJ.
11	33015465	EM JOFFRE FROSSARD	DR.TELIO BARRETO, 994 CENTRO. 27910-060 Macaé - RJ.
12	33015473	EEM POLIVALENTE ANISIO TEIXEIRA	JESUS SOARES PEREIRA, 0 COSTA DO SOL. 27923-370 Macaé - RJ.
13	33015481	EM PROF ANTONIO ALVAREZ PARADA	DR. DENACH LIMA, 0 IMBETIBA. 27913-530 Macaé - RJ.
14	33015538	EMEI ATTILA DE AGUIAR MALTEZ JUNIOR	RUA LIRA DOS CONSPIRADORES, 102 ESCOLA. CAJUEIROS. 27916-200 Macaé - RJ.
15	33015554	EEMEI ANNA BENEDICTA DA SILVA SANTOS	RUA VELHO CAMPOS, 0 0. CENTRO. 27910-210 Macaé - RJ.
16	33015562	EM LIONS	IRENE MEIRELLES, 224 BAIRRO DA GLORIA.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

			27937-020 Macaé - RJ.
17	33015570	CM GENERINO TEOTONIO DE LUNA	RUA PRINCIPAL, 250 VIRGEM SANTA. 27948-055 Macaé - RJ.
18	33015635	EMEI ELEA TATAGIBA DE AZEVEDO	RUA RUBENS DE MORAES, 2 AROEIRA. 27945-000 Macaé - RJ.
19	33015643	CM ANCYRA GONCALVES PIMENTEL	AMARAL PEIXOTO, 555 MIRAMAR. 27943-400 Macaé - RJ.
			RJ.
20	33015686	CIEP 058 M OSCAR CORDEIRO	AV. DR. GERALDO MENEGUCCI DE OLIVEIRA, 481 PARQUE AEROPORTO. 27963-500 Macaé - RJ.
21	33015708	EMEI NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	RUA CURUNKANGO, SN 0. PARQUE AEROPORTO. 27995-000 Macaé - RJ.
22	33015775	EM ATERADO DO IMBURO	ATERADO DO IMBURO, 402 SEMED. IMBURO. 27979-000 Macaé - RJ.
23	33015783	EEM CAETANO DIAS	VANILDE NATALINO MATTOS, S/N SEM COMPLEMENTO. BARRA DE MACAE. 27910-000 Macaé - RJ.
24	33015791	EMEI CHRISTOS JEAN KOUSOULAS	JACINTO MAGRINAM FERRERES, 193 NOVA HOLANDA. 27910-170 Macaé - RJ.
25	33015805	CM ENGENHO DA PRAIA	RUA CEARA, ENGENHO DA PRAIA. 27966-056 Macaé - RJ.
59	33015821	EEMEI PROF MARIA MAGDALA AGOSTINHO CIPRIANI	ESTRADA HILDEBRANDO ALVES BARBOSA, S/N IMBURO. AJUDA DE CIMA. 27963-840 Macaé - RJ.
60	33015830	CM JOSE CALIL FILHO	RUA NELSON RIBEIRO, SAO JOSE DO BARRETO. 27965-020 Macaé - RJ.
61	33015848	CM PROF SAMUEL BRUST	JUSTINIANO VIEIRA, 0 BARRA DE MACAE. 27910-000 Macaé - RJ.
62	33015856	CM RENATO MARTINS	ESTRADA DO IMBURO/RUA DO INCRA, 0 AJUDA DE CIMA. 27979-000 Macaé - RJ.
63	33015872	EM MARIA CRISTINA CASTELLO BRANCO DA CRUZ	AMARAL PEIXOTO - ASSENTAMENTO, 0 ASSENTAMENTO RURAL. CABIUNAS. 27910-000 Macaé - RJ.
64	33015880	CM WOLFANGO FERREIRA	CALIXTO FERNANDES DA NEVES, 625 BARRA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

			DE MACAE. 27961-068 Macaé - RJ.
65	33015899	CM ZELITA ROCHA DE AZEVEDO	RUA ARNALDO CRESPO, 139 COLEGIO. PARQUE AEROPORTO. 27963- 696 Macaé - RJ.
66	33015910	EMEI DR JUVENTINO DA SILVA PACHECO	ESTRADA HILDEBRANDO ALVES BARBOSA, 298 BARRA DE MACAE. 27961-072 Macaé - RJ.
67	33015988	EEM CARLOS GASPAR	BICUDA GRANDE, 0 CACHOEIROS DE MACAE. 27995- 000 Macaé - RJ.
68	33016054	EM ZELIA DE SOUZA AGUIAR	RUA MARIA JOSE MAHON SANTOS, S/Nº ESCOLA. MALVINAS. 27946-240 Macaé - RJ.
69	33016240	EEM CORREGO DO OURO	EDUARDO DE SOUZA MOTA, 0 CORREGO DO OURO. 27980-000 Macaé - RJ.
70	33016305	EEM FAZENDA SANTA MARIA	ESTRADA ADERSON FERREIRA FILHO, S/N NOVA CIDADE. 27949-100 Macaé - RJ.
71	33016321	CM PEDRO ADAMI	PEDRO ADAMI, 108 CORREGO DO OURO. 27980-970 Macaé - RJ.
72	33016330	CEM RAUL VEIGA	RUA LAURO GONCALVES PACHECO, 108 GLICERIO. 27985-000 Macaé - RJ.
73	33016356	CEM CAROLINA CURVELLO BENJAMIN	ESTRADA SERRA DA CRUZ - TRAPICHE, 0 TRAPICHE. 27910-000 Macaé - RJ.
74	33016380	EEM FANTINA DE MELLO	ADELINO JOSE MARTINS, 0 FRADE. 27985-000 Macaé - RJ.
75	33016402	CM IVETE SANTANA DRUMOND DE AGUIAR	JOAO BATISTA RIBEIRO, 0 FRADE. 27985-000 Macaé - RJ.
76	33016445	EMEI THEREZINHA LOURENCO DA SILVA	ESTRADA SERRA DA CRUZ, 13 TRAPICHE. 27910-000 Macaé - RJ.
77	33016488	COLEGIO MUNICIPAL DO SANA	FAZENDA TRES MARIAS, 0 SANA. 27910-000 Macaé - RJ.
78	33093768	EMEI PROF EMILSON DE JESUSMACHADO	RUA ALVARO DE MORAES, 0 PARQUE AEROPORTO. 27963-752 Macaé - RJ.
79	33093776	CM DR CLAUDIO MOACYR DE AZEVEDO	FRANCISCO TEIXEIRA JUNIOR, 0 PARQUE AEROPORTO. 27963- 744 Macaé - RJ.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

80	33100845	EMEI PROF HILDA RAMOS MACHADO	MARECHAL DEODORO, 684 CENTRO. 27910-310 Macaé - RJ.
81	33100853	EMEI MAI PROF MARIA DAS DORES SOUZA TAVARES	GENERAL CRAVEIRO LOPES, 203 AROEIRA. 27945-430 Macaé - RJ.
82	33100861	EM MARIA AUGUSTA DE AGUIAR FRANCO	BICUDA PEQUENA, 0 CACHOEIROS DE MACAE. 27990-000 Macaé - RJ.
83	33100870	EMEI MAI MARIA CECILIA TOURINHO FURTADO	ESTRADA DO IMBURO, RUA BENEDITO FERNANDES COUTINHO, 501 BARRA DE MACAE. 27979-000 Macaé - RJ.
84	33100896	CIEP M PROF DARCY RIBEIRO	RUA AURELIO CRISTIANO DA SILVA, 679 - NOVA HOLANDA. 27910-000 Macaé - RJ.
85	33100918	CIEP 455 M MARINGA	RUA DINAMARCA, 72 CAMPO DO OESTE. 27936-455 Macaé - RJ.
86	33100934	EEM LEONEL DE MOURA BRIZOLA	ESTRADA DO AEROPORTO, 146 BARRA DE MACAE. 27961-072 Macaé - RJ.
87	33100950	EM PROF EDA MOREIRA DAFLON	RUA TENENTE CORONEL RUI LOPES RIBEIRO, 200 CENTRO. 27910-200 Macaé - RJ.
4	33112339	EMEI PROF CANDIDA MARIA DA SILVA VIEIRA	RUA LIRA DOS CONSPIRADORES, S/N CENTRO. 27916-200 Macaé - RJ.
89	33112347	EMEI PROF MARIA JOSE FERREIRA BARROS	RUA PREFEITO ANTONIO CURVELO BENJAMIN, 459 PREDIO. VISCONDE DE ARAUJO. 27940-310 Macaé - RJ.
26	33112363	EMEI OLIMPIA RIBEIRO DOS SANTOS MACHADO	RUI BARBOSA, 1563 LAR DE MARIA. CENTRO. 27915-011 Macaé - RJ.
27	33117241	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AO ESCOLAR - MOD I	RUA NOVA AURORA, 71 CENTRO. 27916-270 Macaé - RJ.
28	33118930	EMEI PROF MARIA DE MARIS SARMENTO TORRES	RUA LEONY DE SOUZA ALVARENGA, 52 TRAVESSA 2. PARQUE AEROPORTO. 27963-778 Macaé - RJ.
29	33125830	EMEI PROF THEREZINHA CARVALHO MOREIRA	ATLANTICA, 1334 PRAIA CAMPISTA. 27920-390 Macaé - RJ.
30	33126330	EM DOLORES GARCIA RODRIGUEZ	W 29, 152 MIRANTE DA LAGOA. 27910-000 Macaé - RJ.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

31	33127505	EMEI WANDERLEY QUINTINO TEIXEIRA	DA FELICIDADE, 0 MALVINAS. 27946-400 Macaé - RJ.
32	33130825	EPM PROF MARIA ANGELICA RIBEIRO BENJAMIN	LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, 100 AROEIRA. 27945- 000 Macaé - RJ.
33	33130833	EMEI PROF NEIVA MARIANO DOS SANTOS	LEOPOLDINA DE ARAUJO, 466 VISCONDE DE ARAUJO. 27940-461 Macaé - RJ.
34	33130841	EMEI LUIZ CARLOS MARTINS	RUA 06, S/N S/N. NOVA HOLANDA. 27910-000 Macaé - RJ.
35	33130850	EM PROF NEUZA MARIA DE ALMEIDA	RUA HULDA ALVES FERNANDES, S/N S/N. LAGOMAR. 27966-690 Macaé - RJ.
36	33130868	EMEI PROF MARIA LIRA BERALDINI CAMPOS	RUA SANTA BARBARA, 106 JARDIM VITORIA. 27944- 711 Macaé - RJ.
37	33139431	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AO ESCOLAR - MOD III	RUA EDUARDO MOTTA, - CORREGO DO OURO. 27980-000 Macaé - RJ.
38	33139563	EM ALMIR FRANCISCO LAPA	I, 0 S/N. VIVENDAS DA BARRA. 27963-044 Macaé - RJ.
39	33139636	CM PROF MARIA LETICIA SANTOS CARVALHO	PROJETADA, 130 NOVO CAVALEIROS. 27933- 300 Macaé - RJ.
40	33139822	EM INTERAGIR	VEREADOR MANOEL BRAGA, 472 CENTRO. 27910-350 Macaé - RJ.
41	33142955	EMEI PROF ARLETE RIBEIRO JOSE	AVENIDA GETULIO VARGAS, 569 CASA. MIRAMAR. 27943-381 Macaé - RJ.
42	33142963	EMEI AMCORIN	ESTRADA DO IMBURO, 0 ESCOLA. AJUDA DE BAIXO. 27979-000 Macaé - RJ.
43	33142971	EMEI PROF MARLI VASCONCELOS LEMOS	VEREADOR DJALMA SALES PESSANHA, 0 S/N.. NOVO BOTAFOGO. 27947-670 Macaé - RJ.
44	33142998	EMEI CLEIDE CANELA DE SOUZA	AVENIDA MIGUEL PEIXOTO GUIMARAES, 342 CORREGO DO OURO. 27980-970 Macaé - RJ.
45	33143005	EM PROF SANDRA MARIA DE OLIVEIRA ARAUJO FRANCO	RUA JONAS MUSSI, 340 VISCONDE DE ARAUJO. 27940-550 Macaé - RJ.
46	33143021	CM PROF MARIA ISABEL DAMASCENO SIMAO	DR FRANCISCO PORTELA, 410 CENTRO. 27910-200 Macaé - RJ.
47	33143030	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AO	RUA LEONY DE SOUZA ALVARENGA, 52 PARQUE AEROPORTO. 27963-



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

		ESCOLAR - MOD IV	778 Macaé - RJ.
48	33146314	EMEI PROF MARIA DA CONCEICAO CARVALHO	TENENTE FRANCISCO PIRES, 53 PARQUE AEROPORTO. 27963-508 Macaé - RJ.
49	33146322	EMEI PROF CELITA REID FERNANDES	JOAO BATISTA DE LIMA, 0 NOVO HORIZONTE. 27935-190 Macaé - RJ.
50	33146349	EMEI PROF JOSE BRUNO DE AZEVEDO	MARIA JOSE MAHON SANTOS, 1256 MALVINAS. 27910-000 Macaé - RJ.
51	33146373	EMEI PROF LIA KOPP FRANCO	RUA WILDE BRANDAO WILLEMMEN, S/N VILA BADEJO. PARQUE AEROPORTO. 27963-812 Macaé - RJ.
52	33146381	ESCOLA MUNICIPAL DE ARTES MARIA JOSE GUEDES	AVENIDA RUI BARBOSA, 780 2º AO 5º ANDAR. CENTRO. 27910-362 Macaé - RJ.
53	33146411	CM BOTAFOGO	ANTONIO BICHARA FILHO, 668 BOTAFOGO. 27946-130 Macaé - RJ.
54	33146438	EMEI PROF ANGELA MARIA FELIX PEREIRA	GEORGINA LIDUINO - OLEO, 2 OLEO. 27985-000 Macaé - RJ.
55	33146462	EMEI PROF GESIA DE OLIVEIRA	ARNALDO SUSSEKIND, 60 LOT. PQ ATLANTICO. SAO JOSE DO BARRETO. 27965-042 Macaé - RJ.
56	33146470	EMEI PROF LAURA SUELI DE CAMPOS BACELAR	ESTRADA HILDEBRANDO ALVES BABOSA, KM2 - LOTEAMENTO NOSSA SENHORA DA AJUDA - ESTRADA DO IMBURO, S/N ANTIGA EST DO INCRA. AJUDA DE BAIXO. 27910-000 Macaé - RJ.
57	33151156	EMEI PROFESSORA ARLEA CARVALHO JOSE	AV. GASTAO HENRIQUE SCHULLER, 143 ESCOLA. BOTAFOGO. 27946-190 Macaé - RJ.
58	33151164	CM NEUSA GOULART BRIZOLA	RUA EXPEDICIONARIO ROBERTO PEREIRA DA SILVA, S/N BARRA DE MACAE. 27961-082 Macaé - RJ.
90	33151180	EMEI PROF ANA CRISTINA FERREIRA AZARANY ALMEIDA	AVENIDA PARNAIBA, S/Nº LAGOMAR. 27966-850 Macaé - RJ.
91	33151199	EMEI PROF ESMERIA PEREIRA REID DOS SANTOS	RUA CEARA, S/N S/N. ENGENHO DA PRAIA. 27910-000 Macaé - RJ.
92	33151210	EMEI PROF MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA DAS DORES	RUA HULDA ALVES FERNANDES, S/N LAGOMAR. 27966-690 Macaé - RJ.
93	33151229	EMEI ALCINA MUZZY DE	RUA PRINCIPAL, S/N -.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

		JESUS	SANA. 27995-000 Macaé - RJ.
94	33154473	EM PROF LETICIA PECANHA DE AGUIAR	SAO JOAO, 180 PC VERISSIMO DE MELO. CENTRO. 27913-070 Macaé - RJ.
95	33156964	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AO ESCOLAR ALAN CALDAS PACHECO - MOD V	ESTRADA HILDEBRANDO ALVES BARBOSA, 352 BARRA DE MACAE. 27961-072 Macaé - RJ.
96	33156972	CM PROF ELZA IBRAHIM	ESTRADA DO CAMINHO, S/N AJUDA DE BAIXO. 27971-315 Macaé - RJ.
97	33166897	ETM NATALIO SALVADOR ANTUNES	MIGUEL PEIXOTO GUIMARAES, 87 CORREGO DO OURO. 27910-000 Macaé - RJ.
98	33168342	CM TARCISIO PAES DE FIGUEIREDO	BICUDA GRANDE, 1 CACHOEIROS DE MACAE. 27910-000 Macaé - RJ.
99	33171297	EMEI PROF AFONSO CORREA SABINO	RUA IRANI MENDES NETO, SN VILA BADEJO. PARQUE AEROPORTO. 27963-814 Macaé - RJ.
100	33171300	EM OLGA BENARIO PRESTES	AMARAL PEIXOTO KM 181, 0 LOTE 19. SAO JOSE DO BARRETO. 27965-250 Macaé - RJ.
101	33171327	EM PAULO FREIRE	AVENIDA DR SERGIO VIEIRA DE MELLO, S/N W5. LAGOMAR. 27966-620 Macaé - RJ.
102	33171432	EMEI ANDRE VINICIUS DE SOUZAGONCALVES	RUA CARIME MUSSI, S/N NA CRECHE. SAO MARCOS. 27930-650 Macaé - RJ.
103	33176582	EM SONIA REGINA DE SOUZA LAPA	AVENIDA JOSE ALVARES DE AZEVEDO, 600 AJUDA DE BAIXO. 27971-340 Macaé - RJ.
104	33176590	EMEI MARLENE DINIZ CALDAS	PRINCIPAL, 0 PIRACEMA. 27960-000 Macaé - RJ.
105	33176620	EMEI PROF EDDA EVELYN D SIMAOALMEIDA	AV GOVERNADOR CHAGAS FREITAS, 42 SEM COMPLEMENTO. PARQUE AEROPORTO. 27963-000 Macaé - RJ.
106	33181942	EMEI PROF NORMA SHIRLEY DA S FERNANDES	DOCTOR SERGIO VIEIRA DE MELLO, 408 ANTIGA W 5. LAGOMAR. 27966-620 Macaé - RJ.
107	33187991	EMEI PROF JOSE AUGUSTO ABREU AGUIAR	FRANCISCO PORTELA, 91 CENTRO. 27910-200 Macaé - RJ.
108	33188955	EMEI PROF ELISA MARIA	RUA CATETE, S/Nº, 0



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

		SILVA DE AZEVEDO PORTUGAL	PARQUE UNIAO - JARDIM FRANCO. 27964-115 Macaé - RJ.
109	33190380	EM PROF ELISABETE DE AZEVEDO D BRANDAO	W 28, 40 TRAV VILA FRAZAO. LAGOMAR. 27995-000 Macaé - RJ.
110	33548226	EM ONILDA MARIA DA COSTA	RUA CEARA, LAGOMAR/ENGENHO DA PRAIA. 27966- 056 Macaé - RJ.
111	33548234	COLEGIO DE APLICACAO	ALUISIO DA SILVA GOMES, 50 NOVOCAVALEIROS. 27930-560 Macaé - RJ.
		CENTRO DE LOGISTICA1	
		CENTRO DE LOGISTICA2	
		CEMEAS1	
		CEMEAS2	
		CEMEAS3	
		CEMEAS4	
		CEMEAS5	
		CEMEAS6	
		CENTRO DE IDIOMAS	
		PRÉDIO ADMINISTRATIVO	

Tabela indicativa de previsão de locais de instalação, podendo ser alterados, a critério da Contratante, respeitando o limite máximo de locações contratadas, bem como, dentro dos limites geográficos do Município de Macaé.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ADENDO C

ROTEIRO PROVA DE CONCEITO

Prova de Conceito: realizada com a licitante mais bem classificada, para os itens 02, 03, 09 e 10.

Será de caráter eliminatório, abrangendo não apenas os testes técnicos e operacionais dos componentes do sistema (câmeras, catracas/facial, controles de acesso, aplicação móvel, plataforma web e central de monitoramento), mas também a demonstração prática da capacidade da empresa em implementar toda a solução contratada.

A demonstração deverá ser realizada em ambiente real ou em bancada simulada, utilizando exclusivamente os equipamentos previstos na proposta.

A solução deverá operar com conexão ativa de dados (internet/rede), em conformidade com as condições contratuais.

A licitante deverá disponibilizar:

Notebook com os devidos sistema instalados;

Câmeras IP com NVR/NVD e monitor de LED conforme item;

Catraca com controle de acesso facial conforme item;

Dispositivo móvel com o app em funcionamento;

Sistema de acesso web, com autenticação válida e demonstrável;

Outros equipamentos que se fazem necessários.

validação de mecanismos de segurança da informação;

ITEM 02 – CODIGO 21660: LOCAÇÃO DE CÂMERAS IP FULLHD			
Item a Validar	Procedimento de Verificação	Responsável pela Verificação	Resultado Esperado
Configuração de Rede (TCP/IP)	Configurar IP fixo, porta e sincronização de data/hora.	Comissão de Avaliação Técnica	Câmera acessível na rede; data/hora corretas; comunicação estável.
Integração com Plataforma de Nuvem	Adicionar câmera na plataforma VSaaS; validar visualização ao vivo.	Comissão de Avaliação Técnica	Câmera aparece na plataforma; stream ao vivo estável.
Gravação em Nuvem	Gerar evento e validar gravação acessível pelo portal/app.	Comissão de Avaliação Técnica	Vídeo armazenado e disponível em até 2 minutos.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

Backup Local	Configurar backup e reproduzir gravação.	Comissão de Avaliação Técnica	Backup gravado e acessível mesmo sem internet.
Qualidade de Imagem (FullHD/WDR)	Capturar vídeo em 1080p e simular cenário com forte contraste de luz.	Comissão de Avaliação Técnica	Imagem nítida, WDR ajustado corretamente.
Baixa Luminosidade (IR)	Apagar luz ambiente; acionar IR.	Comissão de Avaliação Técnica	Imagem legível em escuridão; alcance conforme especificação.
Analíticos de Vídeo	Configurar regra de detecção de movimento ou linha; simular passagem.	Comissão de Avaliação Técnica	Evento gerado corretamente; sem falsos positivos excessivos.
Segurança de Acesso	Tentar login com senha incorreta; validar autenticação HTTPS.	Comissão de Avaliação Técnica	Acesso bloqueado; comunicação segura via HTTPS.
Relatórios e Monitoramento	Apresentar relatório de status das câmeras (online/offline) e consumo de armazenamento.	Comissão de Avaliação Técnica	Relatórios claros e exportáveis (CSV/PDF).

ITEM 03 – CÓDIGO: 27430: LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO PARA CONTROLE DE ACESSO FÍSICO			
Item a Validar	Procedimento de Verificação	Responsável pela Verificação	Resultado Esperado
Capacidade de Cadastro	Cadastrar lote de 3.000 faces no dispositivo e validar performance.	Comissão de Avaliação Técnica	Dispositivo aceita ≥3.000 perfis sem lentidão.
Velocidade de Autenticação Facial	Realizar 30 passagens consecutivas com catraca integrada.	Comissão de Avaliação Técnica	Reconhecimento ≤0,3s; liberação imediata do giro.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

Integração Facial ↔ Relé da Catraca	Associar dispositivo facial ao relé da catraca; acionar liberação simultânea.	Comissão de Avaliação Técnica	Liberação física da catraca ocorre apenas após autenticação facial válida.
Anti-Spoofing	Tentar autenticação com foto ou vídeo.	Comissão de Avaliação Técnica	Acesso bloqueado; evento registrado como fraude.
Acesso PCD (porta larga)	Acionar passagem PCD	Comissão de Avaliação Técnica	Porta de ≥90cm abre suavemente; registro em log.
Operação Offline	Desconectar rede; validar autenticações locais em 10 tentativas.	Comissão de Avaliação Técnica	Autenticações funcionam; sincronizam ao retornar rede.
Logs e Auditoria	Extrair relatório de passagens (válidas, negadas, emergenciais).	Comissão de Avaliação Técnica	Relatório completo com usuário, horário e tipo de evento.
Integração com Sistema Central	Mostrar no dashboard central os eventos da catraca em tempo real.	Comissão de Avaliação Técnica	Eventos aparecem no painel imediatamente, com unidade/local correto.
Teste de Manutenção Preventiva	Solicitar atualização remota de firmware ou reinicialização do terminal.	Comissão de Avaliação Técnica	Comando executado com sucesso e registrado em log.
ITEM 09 – CODIGO: 25860: SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE APLICAÇÃO MOBILE DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES			
Item a Validar	Procedimento de Verificação	Responsável pela Verificação	Resultado Esperado
Instalação e Autenticação do App	Realizar login com usuário e senha fornecidos.	Comissão de Avaliação Técnica	Instalação rápida; login autenticado com sucesso; conexão segura (HTTPS).
Botão de Pânico	Acionar o botão de alerta; validar	Comissão de Avaliação	Alerta transmitido em



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	mecanismo contra acionamento acidental.	Técnica	≤10s com confirmação visual/sonora.
Transmissão de Dados do Alerta	Validar envio de ID da unidade, usuário, localização GPS, data/hora e status de conexão.	Comissão de Avaliação Técnica	Todos os metadados são transmitidos corretamente.
Notificações Push	Receber confirmação de recebimento e mensagens da central no app.	Comissão de Avaliação Técnica	Notificação recebida em ≤10s, exibindo remetente e conteúdo.
Notificação via SMS/WhatsApp	Acionar alerta e validar envio para responsáveis cadastrados.	Comissão de Avaliação Técnica	Mensagens entregues corretamente e registradas em log.
Dashboard de Monitoramento Web	Mostrar painel em tempo real com alertas recebidos, mapa interativo e indicadores visuais.	Comissão de Avaliação Técnica	Painel central exibe alerta imediatamente, com localização no mapa.
Gestão de Alertas	Operador aceitar/atender alerta, alterar status (novo, em atendimento, resolvido).	Comissão de Avaliação Técnica	Alterações refletidas em tempo real; log de todas as interações.
Mecanismo de Contra-Senha	Validar exibição do código secreto associado à unidade no atendimento.	Comissão de Avaliação Técnica	Contra-senha correta apresentada para confirmar autenticidade do alerta.
Gestão de Cadastros	Demonstrar cadastro/edição de unidades, usuários e perfis de permissão.	Comissão de Avaliação Técnica	Dados inseridos corretamente; permissões aplicadas por perfil.
Relatórios Operacionais	Gerar relatório de alertas por período, status, unidade e tempo de	Comissão de Avaliação Técnica	Relatórios completos e exportáveis.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	resposta; exportar em PDF/CSV/XLSX.		
Segurança e LGPD	Validar criptografia HTTPS/TLS, política de senhas fortes e logs de auditoria.	Comissão de Avaliação Técnica	Comunicação segura, acessos auditados, dados protegidos conforme LGPD.
Treinamento e Suporte	Solicitar apresentação de manual do usuário e canais de suporte.	Comissão de Avaliação Técnica	Documentação entregue; canais de suporte ativos e funcionais.

ITEM 10 – CODIGO:15741: SOFTWARE DE INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CADASTRO DE USUÁRIOS DE CONTROLE DE ACESSO			
Item a Validar	Procedimento de Verificação	Responsável pela Verificação	Resultado Esperado
Dashboard de Monitoramento em Tempo Real	Apresentar a tela do dashboard com status online/offline dos dispositivos, taxa de sucesso de autenticação e indicadores gráficos.	Comissão de Avaliação Técnica	Painel atualizado em tempo real ($\leq 30s$), com indicadores visuais claros e históricos registrados.
Relatórios de Acesso e Presença	Gerar relatórios de presença/ausência por unidade, turma e usuário, incluindo exportação em PDF/CSV e gráficos.	Comissão de Avaliação Técnica	Relatórios completos com filtros (unidade, período, aluno), exportáveis e auditáveis.
Configurações Hierárquicas de Acesso	Demonstrar a criação de níveis/grupos de acesso (ex.: secretaria, alunos, visitantes) com horários específicos e regras flexíveis.	Comissão de Avaliação Técnica	Perfis aplicados corretamente, bloqueando/permitindo acessos conforme regra.
Cadastro Unificado de Pessoas e Credenciais	Incluir usuário com múltiplas credenciais (facial + cartão + senha); importar lote via planilha.	Comissão de Avaliação Técnica	Cadastro realizado com sucesso; sincronização imediata nos dispositivos.
Sincronização e Modo Offline	Simular perda de comunicação; validar autenticações offline e sincronização posterior.	Comissão de Avaliação Técnica	Autenticações locais válidas; sincronização sem perda de eventos.
Comandos e Configurações Remotas	Demonstrar envio de comando remoto (reinicializar dispositivo, atualizar firmware, abrir	Comissão de Avaliação Técnica	Comandos executados corretamente e registrados em log de



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

	porta).		auditoria.
Auditoria de Configurações e Ações	Mostrar log detalhado de inclusão/alteração/exclusão de usuários e dispositivos.	Comissão de Avaliação Técnica	Todas as ações registradas com operador, data e hora.
Notificações SMS/WhatsApp	Acionar evento de ausência não justificada e validar envio de alerta para responsáveis.	Comissão de Avaliação Técnica	Mensagem entregue ao responsável em tempo hábil, registrada no log.
Adequação a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações)	Demonstrar o encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), demonstrar o Plano de Resposta a Incidentes de Segurança e demonstrar a Política de Retenção e Descarte de Dados Pessoais	Comissão de Avaliação Técnica	Um sistema de qualidade implementado referente ao atendimento a LGPD.

Disposições Complementares:

O não atendimento integral a qualquer item previsto neste requisito resultará na desclassificação imediata da licitante;

A realização da POC não acarretará qualquer ônus ao Município;

Será lavrada em até 72hrs, ata circunstanciada de avaliação técnica, assinada pela Comissão, registrando os resultados obtidos;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa abaixo se propõe a prestar os serviços o objeto deste edital, conforme discriminado no **Termo de Referência – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ - _____ Fax: (____) _____ - _____

E-mail: _____

CNPJ: _____._____._____/_____-____

Empresa Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ - _____ Fax: (____) _____ - _____

E-mail: _____

CNPJ: _____._____._____/_____-____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

(AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	QTD	UND	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE			VALOR UNITARIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
					VALOR UNITARIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)			
1	21687	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE DE ENERGIA AC 110/220 VAC E DADOS TCP/IP E CABEAMENTOS CAT5/6E POR UNIDADE PARA COMUNICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM A WEB.	125	UND	R\$ 2.200,00	N/A	R\$ 275.000,00			
2	21660	LOCAÇÃO DE CÂMERAS IP FULLHD, COM POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO FACIAL E ANALÍTICOS COM GRAVAÇÃO EM NUVEM, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	2.500	UND	R\$ 250,00	R\$ 625.000,00	R\$ 7.500.000,00			
3	27430	LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO PARA CONTROLE DE ACESSO FÍSICO, COMPOSTO POR CATRACAS PARA GESTÃO DE ENTRADA/SAÍDA E ACESSO PCD, E POR DISPOSITIVOS DE IDENTIFICAÇÃO POR RECONHECIMENTO FACIAL COM CAPACIDADE PARA, NO MÍNIMO, 3.000 FACES.	375	UND	R\$ 840,00	R\$ 315.000,00	R\$ 3.780.000,00			
4	27430	LOCAÇÃO DE CONTROLES DE ACESSO PARA PORTAS MANUAIS POR RECONHECIMENTO FACIAL COM ARMAZENAMENTO E PROCESSAMENTO DE NO MÍNIMO 3000 FACES, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	250	UND	R\$ 320,00	R\$ 80.000,00	R\$ 960.000,00			
5	22233	LOCAÇÃO DE NOBREAKS PARA MANTER A OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS POR 01 HORA, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	500	UND	R\$ 56,00	R\$ 28.000,00	R\$ 336.000,00			

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ITEM	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	QTD	UND	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE			VALOR UNITARIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
					VALOR UNITARIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)			
6	23868	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E ALARME MONITORADO, COMPOSTO POR CENTRAL DE COMUNICAÇÃO SEM FIO COM CONECTIVIDADE VIA INTERNET (WI-FI), E POR ATÉ 15 SENSORES DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO PARA PORTAS, JANELAS E AMBIENTES INTERNOS	125	UND	R\$ 420,00	R\$ 52.500,00	R\$ 630.000,00			
7	21660	CENTRAL DE MONITORAMENTO LOCAL DE 40"	125	UND	R\$ 2.100,00	N/A	R\$ 262.500,00			
8	21660	CENTRO DE MONITORAMENTO AVANÇADO DE 160"	5	UND	R\$ 12.050,00	N/A	R\$ 60.250,00			
9	25860	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE APLICAÇÃO MOBILE DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES ATRAVES DE HARDWARE DE CONTROLE, HOSPEDADA EM NUVEM PARA CONTROLE DE ACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA/PÂNICO, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	125	UND	R\$ 1.290,00	N/A	R\$ 161.250,00			
10	26077	SOFTWARE DE INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CADASTRO DE USUÁRIOS DE CONTROLE DE ACESSO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	125	UND	R\$ 1.600,00	R\$ 200.000,00	R\$ 2.400.000,00			
11	27758	GESTÃO E BACKUP DOS DADOS COM FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO FULLDUPLEX, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	125	UND	R\$ 530,00	R\$ 66.250,00	R\$ 795.000,00			

1. PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1. O preço total ofertado é R\$ _____ (_____).

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 031/2026 - SRP**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

1.3. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.5. O prazo de execução dos serviços será de 1 (um) ano, contado da assinatura do contrato, com início de execução em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas. Tendo a empresa um período máximo de 15 (quinze) dias corridos para instalação dos equipamentos e 30 (dias) para a implantação completa do Sistema de segurança eletrônico (SSE).

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

4. DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:



Macaé
P R E F E I T U R A
Coordenadoria Especial de Licitações

COORDENADORIA ESPECIAL DE
LICITAÇÕES

PROC. Nº SEI-002158/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

Local e data

Nome da empresa licitante
Responsável legal
assinar e carimbar



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Aos dias do mês de do ano de, pelo presente instrumento, que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE MACAÉ, inscrito no CNPJ sob o nº _____, por intermédio da **SECRETARIA** _____, neste ato representada por seu/sua Secretário(a), Sr(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, devidamente nomeada através da Portaria nº _____, publicada no de ____/____/____ nos termos do Art. 3º, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 187/2011, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, e do outro as empresas _____, representadas pelo seus representantes legais, Senhor (a) _____, com sede na _____, inscritas no CNPJ/MF sob o número _____, simplesmente denominada de FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTROS DE PREÇOS, conforme decisão exarada no **Processo Administrativo nº SEI-002158/2025** e homologada às fls. _____, referente ao **Pregão Eletrônico nº 031/2026 para Registro de Preços**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 4.960/2022 e Decreto Municipal nº 026/2023, Decreto Municipal nº 032/2025, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro dos preços classificados no **Pregão Eletrônico nº 031/2026**, conforme especificações e condições constantes do **item 16** do mesmo instrumento, no qual estão contemplados o prazo de execução e a estimativa das prestações/quantidades de **prestações de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução**, na medida das suas necessidades e segundo a conveniência do serviço público, e que a este termo integram, como se transcritas.

1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 01 (um) ano, a contar a partir da publicação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, passível de prorrogação, por igual período, mediante justificativa do órgão ou ente gerenciador, nos termos do artigo 59-A do Decreto Municipal nº 255/2025, durante o qual o **FORNECEDOR** que tenha os seus preços registrados poderá ser convidado a firmar as contratações pela **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, observadas as condições fixadas no edital e nas normas pertinentes.

1.3. A Ata de Registro de Preços será válida por 01 (um) ano, a contar a partir da publicação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, passível de prorrogação, por igual período, mediante justificativa do órgão ou ente gerenciador, nos termos do artigo 59-A do Decreto Municipal nº 255/2025.

1.4. A(s) contratação(ões) derivada(s) do registro obedecerá(ao) às condições previstas no **Termo de Referência – ANEXO I** deste Edital.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

1.5. A existência de preços registrados não obriga o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

2. PREÇO

2.1. Os preços a serem praticados encontram-se especificados na Planilha de Lances desta Ata.

2.2. Nos preços registrados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

2.3. Em nenhuma hipótese serão registrados preços que se apresentem superiores aos de mercado.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da execução de cada contratação correrão à conta da dotação orçamentária correspondente:

3.1.1. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

3.1.1.1. Programa de Trabalho: 12.122.0037.2.202.000 - Manutenção dos Serviços Administrativos

3.1.1.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

3.1.1.3. Número Reduzido: 448

3.1.1.4. Fonte de Recurso: 573

3.1.2. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

3.1.2.1. Programa de Trabalho: 12.361.0079.2.173.000 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.2.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

3.1.2.3. Número Reduzido: 609

3.1.2.4. Fonte de Recurso: 500

3.1.3. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

3.1.3.1. Programa de Trabalho: 12.361.0079.2.173.000 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.3.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

3.1.3.3. Número Reduzido: 610

3.1.3.4. Fonte de Recurso: 573

3.1.4. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

3.1.4.1. Programa de Trabalho: 12.365.0021.2.215.000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Pré-Escola

3.1.4.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

3.1.4.3. Número Reduzido: 840

3.1.4.4. Fonte de Recurso: 500

3.1.5. Secretaria Executiva de Educação Básica (28.03)

3.1.5.1. Programa de Trabalho: 12.365.0021.2.215.000 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Pré-Escola

3.1.5.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

3.1.5.3. Número Reduzido: 841

3.1.5.4. Fonte de Recurso: 573

4. CONTRATAÇÃO

4.1. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o FORNECEDOR deverá demonstrar a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a inexistência de inidoneidade ou impedimento junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), cujas certidões devem ser juntadas ao respectivo processo pelo órgão gestor da contratação.

4.2. Para a utilização da Ata de Registro de Preços, o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** deverá requisitar os itens registrados.

4.3. O FORNECEDOR será convocado para assinatura do contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contado da data do recebimento da convocação.

4.4. O **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** solicitará ao fornecedor/prestador, por escrito, através da Nota de Empenho, e dentro do prazo de validade do Registro de Preços, os quantitativos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

necessários de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos neste edital e a ordem de classificação das propostas.

4.5. A execução dos serviços deve ter início em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas. Tendo a empresa um período máximo de 15 (quinze) dias corridos para instalação dos equipamentos e 30 (dias) para a implantação completa do Sistema de segurança eletrônico (SSE).

4.6. O **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, observados os critérios e condições estabelecidas neste edital, poderá contratar, concomitantemente, com dois ou mais prestadores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de prestação de serviços do licitante e obedecida à ordem de classificação das respectivas propostas.

4.7. Na hipótese de o FORNECEDOR convocado não assinar o termo de contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente, ou não aceitar ou retirar a – Nota de Empenho –, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da convocação, o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** poderá chamar os demais licitantes que tenham os seus preços registrados, obedecendo a ordem de classificação, e propor a contratação do prestação dos **serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução**, registrado pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, respeitado o disposto no Decreto Municipal nº 026/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitarem a contratação nos termos do subitem 4.7, o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço adjudicatário ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.9. A assinatura do contrato ou do instrumento equivalente deverá ser realizada pelo representante legal do FORNECEDOR ou mandatário com poderes expressos.

4.10. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.11. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de **01 (um) ano a contar da data da sua assinatura**, em conformidade com as disposições nela contidas.

4.12. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada e estendida a qualquer Órgão Público ou Entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao **órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços**, desde que devidamente comprovada a vantagem em sua utilização, nos termos do art. 86, §2º, I, II e III da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.13. O (s) Órgão (aos) Público (s) e/ou Entidade (s) da Administração que não participar (em) do registro de preços, e que desejar (em) fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá (ão) manifestar seu interesse junto ao **órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços**,

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

4.14. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não pelo fornecimento a outros Órgãos Públicos e/ou Entidades da Administração, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.15. As aquisições adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder por Órgão Público e/ou Entidades da Administração, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos **registrados** na Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 86, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.16. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem, nos termos do art. 86, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Entregar o material, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

5.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

5.3. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

5.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

5.5. Responsabilizar-se, exclusivamente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

5.7. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cujas condutas seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

5.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

5.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos materiais fornecidos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

5.10. Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

5.11. Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

5.12. Comunicar ao **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

5.13. Comunicar ao **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

5.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

5.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

5.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

5.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

5.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

5.19. Requerer a exclusão do Município e do **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

5.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

5.21.O Município de Macaé e o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade do FORNECEDOR por qualquer vício ou defeito na execução da contratação.

6.2. Notificar, por escrito, ao FORNECEDOR sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

6.3. Efetuar os pagamentos devidos ao FORNECEDOR pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Em consonância com o instrumento convocatório, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo.

7.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir da regularização da pendência por parte da contratada.

7.3. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias contados da ordem de fornecimento, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a 15 (quinze) dias.

7.4. As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com o fornecimento/prestação, no mês anterior à realização dos serviços.

8. CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Durante a sua vigência, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis;

8.2. Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão ou ente gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão ou ente gerenciador poderá:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

8.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

8.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.6. O registro de preços será cancelado quando o fornecedor:

8.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

8.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.6.4. sofrer aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens **8.6.1**, **8.6.2** e **8.6.4** será formalizado por despacho do Ordenador de Despesas do órgão ou ente gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.8.1. por razão de interesse público; ou

8.8.2. a pedido do fornecedor.

9. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 4.960/2022 e do instrumento convocatório.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

10.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por escrito;

10.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022, bem como o Decreto Municipal nº 032/2026.

10.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

10.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

10.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

10.8.O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11. VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

11.1.Integra esta Ata, como se nela estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo constante do Edital e nos seus anexos.

12. CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL N.º 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL N.º 207/15

12.1. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

13. DO CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL N° 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD)

13.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

13.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

13.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

14. FORO

14.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, que prevalecerá sobre qualquer outro – por mais privilegiado que seja – para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente ata.

15. FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

15.1. Havendo manifestação de interessados durante o procedimento licitatório, poderá ser formalizado Cadastro de Reserva de Fornecedor(es), objetivando posteriormente a substituição da titularidade da ata de registro de preços em decorrência de cancelamento, devendo neste caso ser respeitado preços iguais ao do licitante vencedor e observado a ordem de classificação final, nos termos do artigo 58 do Decreto Municipal nº 026/2023.

15.2. Segue no ANEXO I a esta ata de registro de preços a relação de itens com seu respectivo cadastro de reserva.

Item	CATMAT CATSERV	Descrição de Serviços Estrutura	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
					Valor Unitário	Valor Total	
1	21687	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE DE ENERGIA AC 110/220 VAC E DADOS TCP/IP E CABEAMENTOS CAT5/6E POR UNIDADE PARA COMUNICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM A WEB.	UND	125			
2	21660	LOCAÇÃO DE CÂMERAS IP FULLHD, COM POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO FACIAL E ANALÍTICOS COM GRAVAÇÃO EM NUVEM, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	UND	2500			
3	27430	LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO PARA CONTROLE DE ACESSO FÍSICO, COMPOSTO POR CATRACAS PARA GESTÃO DE ENTRADA/SAÍDA E ACESSO PCD, E POR DISPOSITIVOS DE IDENTIFICAÇÃO POR RECONHECIMENTO FACIAL COM CAPACIDADE PARA, NO MÍNIMO, 3.000 FACES.	UND	375			
4	27430	LOCAÇÃO DE CONTROLES DE ACESSO PARA PORTAS MANUAIS POR RECONHECIMENTO FACIAL COM ARMAZENAMENTO E PROCESSAMENTO DE NO MÍNIMO 3000 FACES, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	UND	250			
5	22233	LOCAÇÃO DE NOBREAKS PARA MANTER A OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS POR 01 HORA, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	UND	500			
6	23868	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E ALARME MONITORADO, COMPOSTO POR CENTRAL DE COMUNICAÇÃO SEM FIO COM CONECTIVIDADE VIA INTERNET (WI-FI), E POR ATÉ 15 SENSORES DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO PARA	UND	125			



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

Item	CATMAT CATSERV	Descrição de Serviços Estrutura	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
					Valor Unitário	Valor Total	
		PORTAS, JANELAS E AMBIENTES INTERNOS					
7	21660	CENTRAL DE MONITORAMENTO LOCAL DE 40"	UND	125			
8	21661	CENTRO DE MONITORAMENTO AVANÇADO DE 160"	UND	5			
9	25860	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE APLICAÇÃO MOBILE DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES ATRAVES DE HARDWARE DE CONTROLE, HOSPEDADA EM NUVEM PARA CONTROLE DE ACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA/PÂNICO, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	UND	125			
10	26077	SOFTWARE DE INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CADASTRO DE USUÁRIOS DE CONTROLE DE ACESSO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	UND	125			
11	27758	GESTÃO E BACKUP DOS DADOS COM FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO FULLDUPLEX, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	UND	125			

16. RESULTADO DA SESSÃO PÚBLICA

Item	CATMAT CATSERV	Descrição de Serviços Estrutura	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
					Valor Unitário	Valor Total	
1	21687	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE DE ENERGIA AC 110/220 VAC E DADOS TCP/IP E CABEAMENTOS CAT5/6E POR UNIDADE PARA COMUNICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM A WEB.	UND	125			
2	21660	LOCAÇÃO DE CÂMERAS IP FULLHD, COM POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO FACIAL E ANALÍTICOS COM GRAVAÇÃO EM NUVEM, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	UND	2500			
3	27430	LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO PARA CONTROLE DE ACESSO FÍSICO, COMPOSTO POR CATRACAS PARA GESTÃO DE ENTRADA/SAÍDA E ACESSO PCD, E POR DISPOSITIVOS DE IDENTIFICAÇÃO POR RECONHECIMENTO FACIAL COM CAPACIDADE PARA, NO MÍNIMO, 3.000 FACES.	UND	375			
4	27430	LOCAÇÃO DE CONTROLES DE ACESSO PARA PORTAS MANUAIS POR RECONHECIMENTO FACIAL COM ARMAZENAMENTO E PROCESSAMENTO DE NO MÍNIMO 3000 FACES, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	UND	250			



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

Item	CATMAT CATSERV	Descrição de Serviços Estrutura	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
					Valor Unitário	Valor Total	
5	22233	LOCAÇÃO DE NOBREAKS PARA MANTER A OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS POR 01 HORA, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS.	UND	500			
6	23868	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E ALARME MONITORADO, COMPOSTO POR CENTRAL DE COMUNICAÇÃO SEM FIO COM CONECTIVIDADE VIA INTERNET (WI-FI), E POR ATÉ 15 SENSORES DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO PARA PORTAS, JANELAS E AMBIENTES INTERNOS	UND	125			
7	21660	CENTRAL DE MONITORAMENTO LOCAL DE 40"	UND	125			
8	21661	CENTRO DE MONITORAMENTO AVANÇADO DE 160"	UND	5			
9	25860	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE APLICAÇÃO MOBILE DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE HARDWARE DE CONTROLE, HOSPEDADA EM NUVEM PARA CONTROLE DE ACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA/PÂNICO, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	UND	125			
10	26077	SOFTWARE DE INTEGRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CADASTRO DE USUÁRIOS DE CONTROLE DE ACESSO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	UND	125			
11	27758	GESTÃO E BACKUP DOS DADOS COM FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO FULLDUPLEX, POR LOCALIDADE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.	UND	125			

Macaé RJ, ____ de _____ de 2026.

	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
EMPRESA REGISTRADA	REPRESENTANTE	ASSINATURA

Testemunhas:

1 -
CPF/MF nº

2 -
CPF/MF nº



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O _____, situado na _____, inscrito no CNPJ sob nº _____, neste ato representado pelo _____, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____ e CPF nº _____, nomeado pela(o) Portaria/Ato nº _____, de [DATA], publicada no Jornal _____, edição nº [XX], página [XX], seção [XX], em [DATA], DECLARA, para os devidos fins, que ADERE à Ata de Registro de Preços nº ____/2026, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 031/2026 - SRP** do Município, que tem por objeto o Registro de Preços para futuras **prestações de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução**, em conformidade com os Processo Administrativo nº SEI-002158/2025, e das demais normas legais aplicáveis, cujas especificações, itens e quantitativos se apresentam conforme planilha abaixo:

Item	Quantidade	Material	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1				

O prazo de vigência da ata é de ____ meses/ano, a contar de ____/____/____.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão aderente deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Compete ao órgão aderente os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, com posterior comunicação à Coordenadoria de licitações, para fins de registro da penalidade junto ao Cadastro de Fornecedores.

[Local], [DATA].

(Ordenador de Despesas)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ANEXO V

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº ____/2026

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM**

**A _____ E A
EMPRESA _____, NA
FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE MACAÉ, inscrito no CNPJ sob o nº 29.115.474/0001-60, através da **SECRETARIA** _____ neste ato representada por seu/sua Secretário(a) _____, Sr(a). _____, (*nacionalidade*), (*estado civil*), (*profissão*), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, devidamente nomeada através da Portaria nº _____, nos termos do art. 3º, III, da Lei Complementar Municipal nº 187/2011, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____,

neste ato representado pelo procurador, _____, (*nacionalidade*), (*estado civil*), (*profissão*), portador da Carteira de Identidade nº _____, e CPF nº _____, nascido em ____/____/____, residente e domiciliado à Rua _____,

doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, conforme autorizado no Processo Administrativo nº SEI-002158/2025, na forma da Nota de Empenho constante dos autos, regendo-se o presente instrumento pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 4.960/2022, do Decreto Municipal nº 026/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé, sob o regime de EXECUÇÃO INDIRETA EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme termo de referência em anexo, que faz parte integrante e complementar do Processo Administrativo nº SEI-002158/2025.

1.2. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl. ____ do processo administrativo em epígrafe.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O MUNICÍPIO DE MACAÉ, efetuará o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados no valor de R\$ _____ (_____), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o MUNICÍPIO DE MACAÉ.

2.2. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada, bem como na Nota de Empenho correspondente.

2.3. A Contratada declara que os preços propostos para execução dos serviços contratados levaram em conta todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

2.4. Os pagamentos serão efetuados pelo Município, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por servidores competentes da Secretaria e prepostos habilitado da contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.

2.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionabilíssimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

2.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

2.7. Nenhum faturamento da Contratada será processado sem que tenha sido previamente emitido o respectivo Boletim de Medição.

2.8. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a prestação dos serviços, as seguintes informações:

2.8.1. O número do instrumento contratual;

2.8.2. O número do boletim de medição;

2.8.3. O nome e código do banco;

2.8.4. Agência e número da conta corrente da contratada.

2.9. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

2.10. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:

2.10.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente aos trabalhos desenvolvidos no mês anterior (valor do serviço), ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;

2.10.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, na forma da lei;

2.10.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.10.4. Relação de funcionários que estejam trabalhando em prol do MUNICÍPIO;

2.10.5. Comprovante de pagamentos dos funcionários da relação do item anterior;

2.10.6. Comprovante de pagamento do INSS (GPS) dos funcionários, referente o mês anterior trabalhado;

2.10.7. Comprovante de pagamento do FGTS (GFIP) dos funcionários, referente o mês anterior trabalhado;

2.11. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

2.12. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

2.13. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

2.14. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.

2.15. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

2.16. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada à execução de determinada atividade, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:

2.16.1. Imperfeição dos serviços executados;

2.16.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito dos serviços prestados, por parte da secretaria responsável pelo contrato;

2.16.3. Débito da CONTRATADA para com o Município, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput*;

2.16.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

2.16.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

2.17. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do Município, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **MUNICÍPIO**, programa de trabalho _____, elemento de despesa _____, nota de empenho ____/____, emitida em ____/____/____, vigente para o exercício de _____.

3.2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao princípio da anualidade.

CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

4.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do Município nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. O início da execução dos serviços deve ocorrer em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas. Tendo a empresa um período máximo de 15 (quinze) dias corridos para instalação dos equipamentos e 30 (dias) para a implantação completa do Sistema de segurança eletrônico (SSE).

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços dos contratos que vierem a ser pactuados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data orçamento estimado (22/10/2025), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último período anterior ao novo ciclo, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo, no caso de materiais e equipamentos, à variação dos índices IPCA-IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, nos termos do artigo 182, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

6.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

6.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

6.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

6.5.2. A revisão dos preços registrados em Ata poderá ser realizada a pedido do beneficiário do registro, ou por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, nos termos dos artigos 61 e 62 do Decreto Municipal nº 026/2023.

6.6. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Executar os trabalhos conforme formulários, orientações, rotinas e prazos estabelecidos pelo MUNICÍPIO, os quais serão disponibilizados para a empresa após a assinatura do pertinente instrumento de contrato;

7.2. Arcar com os gastos referentes à realização das atividades previstas no contrato, correspondentes a deslocamentos, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras despesas vinculadas ao objeto contratado;

7.3. Não aceitar demanda na qual esteja faltando documentação mínima necessária para a realização do serviço ou em que esteja impedida de atuar;

7.4. Responder, na qualidade de fiel depositária, por toda a documentação que lhe for entregue pelo MUNICÍPIO, até devolução, sob protocolo;

7.5. Comunicar por escrito ao Município a existência de impedimentos de ordem ética ou legal em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente;

7.6. Não recusar, salvo por motivo justificado, a prestação dos serviços que lhe forem solicitados;

7.7. Corrigir, gratuitamente, e no prazo fixado pelo Município os serviços que apresentem incorreção e imperfeição, sem prejuízo das multas contratuais;

7.8. Esclarecer prontamente ao Município as questões relativas aos trabalhos desenvolvidos, quando solicitada;

7.9. Responder perante o Município por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Município o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade, subsidiariedade ou responsabilidade de qualquer natureza;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- 7.10. Facilitar e permitir ao Município, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços em sua sede/filial, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade à CONTRATADA;
- 7.11. Não utilizar o nome do Município em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
- 7.12. Não se pronunciar em nome do Município a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços a seu cargo;
- 7.13. Não utilizar nem reproduzir, fora dos serviços contratados, atos normativos, documentos e materiais encaminhados ou divulgados pelo Município;
- 7.14. Comunicar ao Município, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico;
- 7.15. Comunicar com antecedência mínima de 02 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., e-mail);
- 7.16. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
- 7.17. Todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras incidentes sobre o objeto deste Contrato;
- 7.18. A CONTRATADA responderá, ainda, pela observância das Leis, Posturas e Regulamentos;
- 7.19. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação, na forma estabelecida;
- 7.20. Responder por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, civis, previdenciárias, fazendárias, trabalhistas e seguros, bem como por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços ora contratados, respondendo por si e por seus sucessores;
- 7.21. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas;
- 7.22. O Município não é responsável por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhistas, previdenciária ou securitária, decorrente da execução ora contratada, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à Contratada.
- 7.23. Apresentar ao Município, junto com a(s) nota(s) fiscal(is) o documento elencado no subitem 2.10, sob pena, de retenção total ou parcialmente do pagamento da(s) nota(s) fiscal(is).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

7.24. Assumir total responsabilidade pela execução dos serviços que apresentarem não-conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato ao Município o valor do prejuízo acarretado.

7.25. Cumprir os serviços, objeto deste contrato, dentro da melhor técnica, e qualidade, bem como, repor, por sua conta e responsabilidade, aqueles considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, ficando a critério do Município aprovar ou rejeitar os materiais fornecidos.

7.26. Atender a prestação dos serviços ora contratado sem qualquer vínculo seja de ordem trabalhista, tributária, previdenciária ou social com o Município.

7.27. Requerer a exclusão do Município de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

7.28. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

7.29. O Município não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

7.30. Cumprir com todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao edital.

7.31. O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

7.32. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.33. A licitante deve cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização dos serviços correspondentes.

8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

8.4. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

8.5. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços efetivamente prestados e faturados, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.5.1. Registrar ocorrências relevantes.

8.5.2. Determinar medidas necessárias ao fiel cumprimento.

8.5.3. Atestar faturas, se conforme, para efeito de pagamento.

8.5.4. Elaborar relatórios de não-conformidade.

8.6. Fiscalizar as condições de cumprimento das normas regulamentares, sob responsabilidade da Contratada.

8.7. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.8. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar os serviços ora contratado, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

CLÁUSULA NONA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes do MUNICÍPIO especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022.

9.1.1. Gestor do Contrato: _____ Matrícula nº _____, designado pela Portaria nº _____.

9.1.2. Comissão de Fiscalização: _____ Matrícula nº _____; designados por intermédio da Portaria nº _____.

9.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

9.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

9.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

9.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- 9.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;
- 9.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 9.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 9.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;
- 9.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;
- 9.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 9.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;
- 9.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;
- 9.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 9.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.
- 9.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:
- 9.3.1. Acompanhar os prazos de entrega, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário;
- 9.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, mediante termo detalhado;
- 9.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;
- 9.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 9.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 9.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 9.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 9.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições;
- 9.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

- 9.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;
- 9.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;
- 9.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;
- 9.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos para a perfeita execução do objeto;
- 9.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 9.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 9.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;
- 9.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 9.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 9.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos;
- 9.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;
- 9.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;
- 9.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- 10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

10.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por escrito;

10.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022, bem como o Decreto Municipal nº 032/2026.

10.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

10.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

10.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

10.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações.

11.2. No ato da rescisão contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.

11.3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da extinção, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.

11.4. Em qualquer hipótese de rescisão contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos materiais fornecidos.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de extinguir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE MACAÉ, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, com cópia à Coordenadoria de Contratos – SEMED, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual.

12.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

12.2.1.1. Para apresentação de oferecimento de títulos da dívida pública, deverão ser observadas as seguintes condições:

12.2.1.2. Devem ser emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

12.2.1.3. Para fins e comprovação do seu valor atual, na forma do art. 225, §1 da Lei estadual nº 287/79, os títulos da dívida pública devem ser acompanhados das seguintes documentações:

12.2.1.3.1. Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registros no balanço patrimonial do CONTRATADO.

12.2.1.3.2. Documento emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando o valor do título atualizado monetariamente.

12.2.1.3.3. Memória de cálculo de correção atualizada ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrado o valor do título atualizado monetariamente.

12.2.1.3.4. Serão aceitos pelo CONTRATANTE apenas e tão somente títulos passíveis de resgate incontestável sob qualquer aspecto e com prazos de resgate de no máximo 90 dias após o prazo contratual.

12.2.2. Seguro-garantia;

12.2.2.1. Para apresentação do seguro garantia, deverão ser observadas as seguintes condições:

12.2.2.1.1. A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

12.2.2.1.2. Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado BA hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou adimplemento pela Administração.

12.2.2.1.3. A apólice somente será aceita se contemplar todo o objeto, observada a legislação que rege a matéria.

12.2.2.1.4. Deverá ser apresentada Certidão de Regularidade Operacional junto a SUSEP, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

12.2.2.1.5. A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO, em até 30(trinta) dias ante do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

12.2.2.1.6. Em se tratando de seguro-garantia, ocorrido sinistro durante a vigência a apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662 de 11 de abril de 2022.

12.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.2.3.1. Deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios dos artigos 827 e 838 do Código Civil, bem como sua expressa afirmação que, como

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

devedor solidário, fará o pagamento ao CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

12.2.3.2. A fiança bancária deverá ter prazo e validade correspondente ao período de vigência deste Contrato, acrescido de 90 dias para apuração de eventual inadimplemento do CONTRATADO, ocorrido durante a vigência contratual, e para a comunicação do inadimplemento às instituições financeiras.

12.2.3.3. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

12.2.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial em Conta Corrente em nome da CONTRATANTE, cujo valor será corrigido monetariamente e restituído ao CONTRATADO.

12.2.5. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.2.6. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;

12.2.7. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;

12.2.8. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia;

12.2.9. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

12.2.10. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, que será acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12.2.11. O atraso injustificado na prestação da garantia sujeitará o contratado à sanção de advertência, com a fixação de prazo para a devida regularização;

12.2.12. O descumprimento do prazo estabelecido no item anterior sujeitará o contratado à multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, limitada a 2% (dois por cento) do valor total do contrato; e

12.2.13. A não apresentação definitiva da garantia, após notificação, ensejará rescisão unilateral do ajuste, cumulada com multa de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato e impedimento de licitar e contratar com o Município de Macaé por até 3 (três) anos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

12.2.14. A apresentação da garantia não isentam as partes de suas obrigações e responsabilidades atribuídas no Termo de Referência e todas as documentações inseridas no **Processo Administrativo nº SEI-002158/2025**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

13.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.

13.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre o serviço objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO DE MACAÉ procederá conforme a seguir:

13.2.1. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela **Contratada** do ônus decorrente;

13.2.2. Na hipótese da **Contratada**, vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o **MUNICÍPIO** procederá à revisão do custo indicado na data-base;

13.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.

13.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à **Contratada** quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

13.4. Quando por disposição legal, o MUNICÍPIO for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da **Contratada**, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS

14.1. A CONTRATADA, no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO

15.1. O presente Contrato fica vinculado ao Termo de Referência, ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

16.2. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

17.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

17.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO USO DE MEIOS ADEQUADOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

19.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 141/2024, as partes poderão utilizar meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias para dirimir conflitos relacionados a direitos patrimoniais disponíveis do presente Contrato, quais sejam, a conciliação, a mediação, o compromisso, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

19.2. São considerados direitos patrimoniais disponíveis:

19.2.1. questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

19.2.2. indenizações;

19.2.3. inadimplemento de obrigações contratuais pelas partes;

19.2.4. penalidades contratuais e seu cálculo.

19.3. Não serão submetidas aos meios de prevenção e resolução as controvérsias relacionadas:

19.3.1. a direitos indisponíveis não transacionáveis;

19.3.2. à natureza e à titularidade públicas de serviços concedidos ou permitidos;

19.3.3. ao poder de fiscalização e de regulação;

19.3.4. à rescisão do contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

19.4. A utilização de meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias deve ser preferencial à judicialização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A administração do MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

21.1.1. Para os casos previstos no caput, o MUNICÍPIO poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

21.2. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

21.3. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

21.4. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a **Contratada** a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

21.5. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão integras.

21.6. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.

21.7. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL Nº 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL Nº 207/15

22.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

23.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

23.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

23.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

23.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

23.5. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FORO

24.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Macaé, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE MACAÉ
(Secretário Municipal)
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
RL XXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

TESTEMUNHAS:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

RG. nº
CPF nº

RG nº
CPF nº



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA-FACULTATIVA

Eu, (Representante Legal devidamente qualificado), da empresa, inscrita no CNPJ nº, portador(a) do CPF nº, declaro, em atendimento ao previsto no Termo de Referência com vistas a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé.

DECLARO, para os devidos fins, que vistoriei todas as dependências dos edifícios onde serão executados os serviços, para efeito de conhecimento do objeto licitado, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

DECLARO também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação

Assinatura do Técnico credenciado da Empresa

* Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - SRP

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

Eu, (Representante Legal devidamente qualificado), da empresa, inscrita no CNPJ nº, portador(a) do CPF nº, declaro, em atendimento ao previsto no Termo de Referência com vistas a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, referente a sistema de segurança eletrônico (SSE), composto por sistemas integrados de circuito fechado de televisão (SCFTV), de controle de acesso (SCA), de alarme com central monitorada (SACM) e de alarme de pânico (SAP), incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários, como softwares, meios de interconexão, recursos de armazenamento, licenças de uso, treinamento com transferência de conhecimento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva de todos esses componentes da solução, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé.

DECLARO, para os devidos fins, que **NÃO** vistoriei as dependências dos edifícios onde serão prestados os serviços, para efeito de conhecimento do objeto licitado, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus ANEXOS, e que, ainda assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de minha omissão na verificação das condições do local de execução do objeto.

DECLARO ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa esta de acordo com as exigências do Termo de Referência e seus ANEXOS e assim assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório, sem quaisquer direito a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimento quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado, utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Técnico credenciado da Empresa.

* Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.

Preenchimento obrigatório se não for realizada a visita técnica